



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**  
**CÂMPUS DE TRÊS LAGOAS**

**DANIELE CRISTINA SCALIANTE**

**ESCRITA DE SI: SUBJETIVIDADE EM  
CARTAS DE INTERNAS DE TRÊS  
LAGOAS (MS) - MUROS QUE SILENCIAM?**

**TRÊS LAGOAS - MS**  
**2014**

**DANIELE CRISTINA SCALIANTE**

**ESCRITA DE SI: SUBJETIVIDADE EM  
CARTAS DE INTERNAS DE TRÊS  
LAGOAS (MS) - MUROS QUE SILENCIAM?**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras - Área de concentração: Estudos Linguísticos - do Câmpus de Três Lagoas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Letras.

**Orientadora: Profa. Dra. Celina Aparecida Garcia de Souza Nascimento**

**TRÊS LAGOAS - MS  
Março de 2014**



**DANIELE CRISTINA SCALIANTE**

**ESCRITA DE SI: SUBJETIVIDADE EM  
CARTAS DE INTERNAS DE TRÊS  
LAGOAS (MS) - MUROS QUE SILENCIAM?**

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Presidente e Orientadora: Profa. Dra. Celina Aparecida Garcia de Souza Nascimento**  
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

---

**Profa. Dra. Solange Maria de Barros**  
Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)

---

**Profa. Dra. Vânia Maria Lescano Guerra**  
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

---

**Suplente: Profa. Dra. Joceli Catarina Stassi Sé**  
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

**Três Lagoas, Março de 2014**

*Dedico esta pesquisa aos que comigo estiveram e que marcam aqui sua inscrição: em pensamentos, palavras e orações.*

## AGRADECIMENTOS

A Deus, por ser Ele o meu refúgio e amparo, autor desta oportunidade recebida e, sobretudo, pelas infinitas (e surpreendentes) providências ao longo deste período.

À CAPES: pelo apoio concedido para a realização desta pesquisa.

À Profa. Dra. Onilda Sanches Nincao: sua escolha no Processo Seletivo permitiu a realização deste sonho e, por isso, minha desmedida gratidão!

À Profa. Dra. Celina Aparecida Garcia de Souza Nascimento: obrigada por me oportunizar prosseguir em meu sonho e por confiar em mim; obrigada pela doce humanidade de seus gestos, que tanto aliviaram o prosseguimento desta pesquisa; obrigada, ainda, pelo incentivo, paciência, atenção e disposição sempre ofertados na condução deste trabalho.

A todos os professores do Mestrado: obrigada por lançarem “sementes” do conhecimento, que hoje, aqui, frutificam-se nesta pesquisa.

Ao Programa de Mestrado em Letras da UFMS/CPTL: obrigada por “abrir as portas” a esta minha pesquisa acadêmica.

À Profa. Dra. Vânia Maria Lescano Guerra e à Profa. Dra. Joceli Catarina Stassi Sé: obrigada pelas valiosas contribuições no Exame de Qualificação.

À Diretoria do Estabelecimento Penal Feminino de Três Lagoas - MS: obrigada por todas as informações prestadas, pelo material coletado, e, sobretudo, pela possibilidade de investigação nesse contexto.

Às internas: obrigada pela escrita de suas cartas, que, primordialmente, constituem esta pesquisa.

À equipe da Secretaria do Mestrado: obrigada por todas as orientações e disponibilidade.

Aos funcionários da biblioteca: obrigada por “suportarem” minha presença nas manhãs, tardes e noites de estudo.

À minha mãe Clarice: obrigada por ser minha “pequena grande mulher”, meu apoio e fortaleza sempre.

Ao meu pai José Carlos: obrigada pelo olhar de conforto e pelos abraços consoladores.

Ao meu irmão Juninho: obrigada por ser meu conselheiro, companheiro e guia.

À minha irmã Natália: obrigada por ser meu “anjo guardião” e doce presença na minha vida.

Ao meu namorado Valdeci: obrigada pela infinita compreensão, companheirismo, atenção, força e, sobretudo, por (re)afirmar, neste período, o que é o amor.

Aos meus amigos de “longa data”: obrigada por compreenderem minha ausência, e pelas visitas inesperadas, justificadas pelo intuito de saber “como eu estava”.

Aos amigos do Mestrado que, longe de serem frutos do acaso, a mim foram apresentados neste período de busca pelo conhecimento: obrigada pelas ideias partilhadas, pelos sorrisos ofertados, abraços consoladores, favores concedidos.

À Ana Maria e família: obrigada pelo aconchego de “minha nova moradia”, por tornarem mais leve o período de minha residência na cidade de Três Lagoas.

Obrigada a todos os que, pacientemente, ouviam-me nas alegrias, nos momentos de tristeza e, ainda, no meu entusiasmo de contar tudo o que eu (re)lia e aprendia, ainda que não soubessem sobre o que eu falava.

Enfim, a todos os que constituem a mim e a esta pesquisa: obrigada...

Eu, viva e tremeluzente como os instantes, acendo-me e me apago, acendo e apago, acendo e apago. Só que aquilo que capto em mim tem, quando está sendo agora transposto em escrita, o desespero das palavras ocuparem mais instantes que um relance de olhar. Mais que um instante, quero seu fluxo. [...] Não é confortável o que te escrevo. Não faço confidências. Antes me metalizo. E não te sou e me sou confortável; minha palavra estala no espaço do dia. O que saberás de mim é a sombra da flecha que se fincou no alvo [...] O que te escrevo não tem começo: é uma continuação. Das palavras deste canto, canto que é meu e teu, evola-se um halo que transcende as frases, você sente? [...] Fingo a palavra no vazio descampado: é uma palavra como fino bloco monolítico que projeta sombra. E é trombeta que anuncia. [...] Escrevo-te como exercício de esboços antes de pintar. Vejo palavras. O que falo é puro presente [...]. É sempre atual, e o fotômetro de uma máquina fotográfica se abre e imediatamente se fecha, mas guardando em si o flash. Mesmo que eu diga "vivi" ou "viverei" é presente porque eu os digo já. [...] O que te escrevo é um "isto". Não vai parar: continua. [...] O que te escrevo continua e estou enfeitiçada.

Clarice Lispector (*Água Viva*)

SCALIANTE, Daniele Cristina. *Escrita de si: subjetividade em cartas de internas de Três Lagoas (MS) - Muros que silenciam?* Três Lagoas: Câmpus de Três Lagoas, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2014. 126 f. (Dissertação de Mestrado).

Esta pesquisa tem por objetivo problematizar o processo de subjetividade de mulheres internas do Estabelecimento Penal Feminino de Três Lagoas - MS via escrita de si, analisando os diferentes modos de constituição desses sujeitos em situação de exclusão, bem como as representações que fazem de si, do outro e da prisão. Assim, este trabalho surge da necessidade de investigar a relação sujeito excluído, sociedade e Instituição, uma vez que discursos cristalizados e jogos de verdade constituem esse contexto pelas relações de poder. Partindo do pressuposto de que a resistência é constitutiva da escrita das mulheres internas pelas relações de poder, temos enquanto hipótese que ao escreverem suas cartas, passam por um processo de exposição de sua subjetividade, por serem essas, lidas pela direção da Instituição, e que, interpeladas pelo silenciamento, emergem, na escrita, discursos da estratégia. A análise focalizou principalmente a compreensão dos modos de constituição da subjetividade das mulheres internas pela escrita de si, com base na metodologia foucaultiana: a arqueogenealogia, e ancorou-se nas seguintes perguntas de pesquisa: de que modo os “muros” da Instituição constituem os sujeitos e os discursos? Como a escrita de si acontece nesse contexto? Quais as representações de si, do outro e da prisão emergem nesse contexto de privação da liberdade? Para tanto, o procedimento metodológico constou da coleta de cinquenta e oito cartas escritas pelas mulheres internas em seu dia-a-dia, sendo os correspondentes: familiares, amigos ou o (a) companheiro (a). Como pressupostos teóricos, buscamos subsídios nos fundamentos da Análise do Discurso de linha francesa inaugurada por Pêcheux (1997a, 1988, 1990), utilizando, em especial, seu conceito de formações imaginárias (1988). Sob uma abordagem transdisciplinar e de perspectiva discursivo-desconstrutivista, para tratar de formação identitária, fundamentamos esta investigação em Coracini (2003, 2007). Sobre as relações de poder, jogos de verdade, subjetividade e escrita de si, partimos de Foucault (1979, 2006a, 2006b, 2006c). Em relação aos resultados, a análise mostrou que na/pela escrita de si desses sujeitos emergem discursos da resistência e/ou da estratégia em confronto com a situação de exclusão na qual se veem, caracterizando, assim, seu modo de constituição de si. Ainda, apontamos as relações de poder por meio desses discursos que, por sua vez, são interpelados pelos dispositivos de controle, que buscam silenciar esses sujeitos em privação de liberdade. Esta pesquisa está dividida em três capítulos: o primeiro contém os fundamentos teóricos da Análise do Discurso; no segundo, apresentamos as condições de produção que constituem o discurso das mulheres internas por meio de aspectos históricos que retratam a prisão em diferentes períodos, bem como descrevemos a constituição do *corpus* apontando, sobretudo, o Regimento Interno da Instituição Penal de que provém. Por fim, o terceiro capítulo traz os gestos de interpretação mobilizados nas/sobre as cartas das mulheres internas pela escrita de si, que permitiram identificar os discursos que emergem nesse contexto de privação da liberdade, bem como, os efeitos de sentido que corroboram uma representação da prisão como lugar de exclusão.

Palavras-chave: escrita de si; subjetividade; relações de poder; exclusão.

SCALIANTE, Daniele Cristina. *Writing about themselves: Subjectivity in Prisoners' letters from Três Lagoas (MS) - Walls which cause their silence?* Três Lagoas: Três Lagoas Câmpus, Federal University of Mato Grosso do Sul, 2014. 126 f. (Master Thesis)

This research aims to question the subjectivity process of female prisoners from the Female Penal Establishment from Três Lagoas - MS via writing about themselves, analyzing the different modes of formation of those individuals in situations of exclusion as well as the representations about themselves, the others and the prison. This assignment comes out from the need to investigate the relationship between the excluded prisoners, the society and the institution, once crystallized speeches and games of truth constitute the context of power relations. Assuming that resistance is constitutive of writings by those prisoners by the power relations, we have the hypothesis that while they write their letters, they undergo a process of exposing their subjectivity, because they are read by the direction of the institution and challenged by silencing, they emerge discourses of strategy. The analysis mainly focused on understanding the ways of the internal constitution of subjectivity written by the women themselves, based on Foucault's methodology: the arqueogenealogy, and anchored on the following research questions: are the " walls " the order of the institution subjects and discourses? How writing about themselves takes place in this context? What are the representations of themselves, the others and prison emerge in this context of deprivation of liberty? Thus, the methodological procedure consisted of collecting fifty-eight letters written by the female prisoners in their everyday internal and their correspondents: family, friends, or partner. As theoretical assumptions, we seek subsidies in the fundamentals of Analysis of French Discourse inaugurated by Pecheux (1997a, 1988, 1990), using, in particular, his concept of imaginary formations (1988). Under a transdisciplinary approach and perspective - deconstructive discourse, dealing with identity formation, we base this research on Coracini (2003, 2007). On the relations of power, games of truth, subjectivity and writing about themselves, we start from Foucault (1979, 2006a, 2006b, 2006c). Regarding the results, the analysis showed that written done by those prisoners emerge discourses of resistance and / or strategy in comparison with the situation of exclusion in which are seen, thus characterizing their mode of constitution. We still point out the relations of power through these discourses, which, in turn, are challenged by control devices which seek to silence these subjects in custody. This research is divided into three chapters: the first contains the theoretical foundations of discourse analysis, in the second, we present the conditions of production which constitute the internal discourse of women through historical aspects that depict different periods in prison, as well as describe the constitution of the corpus pointing, especially the prisoners' regulations of the Penal Institution that are established. Finally, the third chapter brings the gestures of interpretation mobilized on the letters written by the prisoners themselves, which allowed to identify the discourses that emerge in this context of deprivation of liberty, as well as the effects of meaning that support for representation of the prison as a place of exclusion.

Key words: Writing about themselves; subjectivity; power relations; exclusion.

## SUMÁRIO

|   |     |
|---|-----|
| <b>CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS</b> .....  | 11  |
| <b>CAPÍTULO 1: SIGNIFICAÇÕES CONCEITUAIS: SUJEITO, DISCURSO, PODER E ESCRITA DE SI</b> .....                                  | 16  |
| 1.1 Sujeito, identidade e representação .....   | 16  |
| 1.2 Discurso, interdiscurso e formação discursiva .....   | 22  |
| 1.3 Relações de poder-saber .....   | 25  |
| 1.4 Subjetividade e escrita de si.....  | 27  |
| <b>CAPÍTULO 2: CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO: O CONTEXTO PRISIONAL E AS CARTAS DAS INTERNAS</b> .....                                 | 33  |
| 2.1 Da história das prisões .....   | 33  |
| 2.2 Sobre o Estabelecimento Penal Feminino de Três Lagoas–MS: Regimento Interno....   | 41  |
| 2.3 Sobre as cartas das internas: a constituição do <i>corpus</i> .....   | 44  |
| <b>CAPÍTULO 3: A ESCRITA DE SI NO LIMIAR DAS “SIMPLES FOLHAS DE PAPEL” : REPRESENTAÇÕES DE SI, DO OUTRO E DA PRISÃO</b> ..... | 52  |
| 3.1 Representações de si .....  | 53  |
| 3.2 Representações do outro .....   | 74  |
| 3.3 Representações da prisão.....   | 89  |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....   | 101 |
| <b>REFERÊNCIAS</b> .....  | 106 |
| <b>ANEXO A – MEMORIAL DESCRITIVO</b> .....  | 111 |
| <b>ANEXO B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)</b> .....  | 121 |
| <b>ANEXO C – QUESTIONÁRIO</b> .....   | 125 |

## CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS

Esta pesquisa<sup>1</sup> objetiva problematizar o processo de subjetividade de mulheres internas do Estabelecimento Penal Feminino de Três Lagoas – MS, pela escrita de si, com a finalidade de interpretar como acontece a relação entre sujeito excluído e Instituição Penal, analisando os diferentes modos de constituição de si nesse contexto de privação da liberdade, bem como as representações que essas mulheres fazem de si, do outro e da prisão.

A Lei de Execução Penal de 1984 (BRASIL, 2009), em seu artigo 1º, trata do seu objeto e de sua aplicação da seguinte forma: “A execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado”. Entretanto, é comum nos noticiários uma narrativa contrária a respeito da realidade do sistema penal: reincidências criminais, rebeliões, fugas, atitudes ilícitas, aumento no número de crimes, entre outros fatores que parecem incontroláveis.

Nesse sentido, de um lado, os sistemas prisionais posicionam-se enquanto um espaço de recuperação para sujeitos em situação de crime; por outro, o alto índice de reincidência criminal caminha na contramão desse discurso de recuperação. Assim, uma possível situação de exclusão se constrói: primeiro, porque ao serem privados da liberdade para uma suposta transformação, esses sujeitos são excluídos do convívio em sociedade; segundo, porque quando retornam ao convívio social são considerados sujeitos “pós-crime”. Por conseguinte, estão marcados pelo discurso do outro e, sobretudo, pela memória que a prisão carrega, atravessada pelo já-dito, bem como por um contexto sócio-histórico.

Esse cenário brevemente apresentado constitui o contexto ao qual investigamos e, nesse tocante, esta pesquisa surge da necessidade de investigar essa relação: sujeito excluído, sociedade e Instituição Penal, uma vez que discursos cristalizados e jogos de verdade constituem esse espaço pelas relações de poder, e ainda, pelo fato de que a Instituição – prisão – carrega uma memória que, por sua vez, constitui os sujeitos que ali estão.

No intuito de investigar “as formas de subjetivação e das práticas de si” (FOUCAULT, 2006c, p. 215) nas cartas escritas pelas mulheres internas, elencamos os objetivos específicos que norteiam esta pesquisa: 1) investigar as formações discursivas que emergem na escrita de

---

<sup>1</sup> Este trabalho é vinculado tematicamente ao Projeto de Pesquisa intitulado: “Linguagem, discurso e identidade de adolescentes e adultos em situação de exclusão: escrita de si”, coordenado pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Celina Aparecida Garcia de Souza Nascimento, do qual fazemos parte, bem como ao Grupo “Vozes (In)fames: exclusão e resistência/UNICAMP”, coordenado pela Prof.<sup>a</sup> Maria J. R. F. Coracini.

si nesse contexto de privação de liberdade; 2) perscrutar as possíveis formas de silenciamento na escrita das cartas validadas pelo regimento interno da Instituição Penal; 3) apontar as relações de poder-saber pela prática discursiva das mulheres internas, observando possíveis marcas de exclusão e resistência.

Para tanto, partindo do pressuposto de que a resistência é constitutiva da escrita das mulheres internas pelas relações de poder, temos enquanto hipótese que ao escreverem suas cartas, passam por um processo de exposição de sua subjetividade, por serem essas, lidas pela direção da Instituição, e que, interpeladas pelo silenciamento, emergem, na escrita, discursos da estratégia. Nesse sentido, temos enquanto perguntas de pesquisa: de que modo os “muros” da Instituição constituem os sujeitos e os discursos? Quais os efeitos de sentido que perpassam a subjetividade desses sujeitos? Como a escrita de si acontece nesse contexto? Quais as representações de si, do outro e da prisão emergem nesse contexto de privação da liberdade?

Cabe explicar, nesse momento, que esta pesquisa está fundamentada no método arqueogenealógico foucaultiano e utiliza o seguinte procedimento metodológico: para a constituição do *corpus* foram coletadas sessenta e oito cartas escritas por mulheres internas do Estabelecimento Penal Feminino de Três Lagoas – MS (EPFTL), das quais, por critérios descritos no Capítulo 2, cinquenta e oito constituem o *corpus*. No Capítulo 3, foram analisadas quatorze cartas desse *corpus*. Esse total representa, em recortes, os três eixos de análise desta pesquisa, que, pela regularidade, mostram os modos de constituição da subjetividade desses sujeitos em aparente situação de exclusão.

Os pressupostos teóricos desta pesquisa baseiam-se na Análise do Discurso de linha francesa inaugurada por Pêcheux (1997a, 1988, 1990), do qual utilizamos, em especial, o conceito de formações imaginárias (1988). Sob uma abordagem transdisciplinar e de perspectiva discursivo-desconstrutivista, para as questões de formação identitária, fundamentamo-nos em Coracini (2003, 2007); sobre as relações de poder, jogos de verdade, subjetividade e escrita de si, partimos das noções de Foucault (1979, 2006a, 2006b, 2006c).

Observamos a partir de outras pesquisas já realizadas e também relativas ao tema de nossa investigação que a escrita de si é alvo de diversas áreas do conhecimento, e que, embora não sejam abordadas do modo como se deu nesta pesquisa, isto é, pela perspectiva foucaultiana, este tema constitui um “instrumento” de compreensão dos modos de constituição de si em diferentes abordagens. Destacaremos adiante também alguns trabalhos que contemplam, em algum momento, a escrita de si como parte de sua investigação e outros que tratam de contextos de privação da liberdade.

A propósito, o artigo de Stecanela e Kuiava (2012), da Universidade de Caxias do Sul (UCS), intitulado *As escritas de si na privação da liberdade: jovens em conflito com a lei arquivando a própria vida* tem como foco de análise o cotidiano de jovens em privação de liberdade. Os autores focalizam o modo de constituição de subjetividades construídas por esses sujeitos e analisam suas identificações como jovens, alunos, prisioneiros, entre outras, pela análise de cartas escritas por eles. Embora algumas questões (teóricas e metodológicas) se distanciem deste nosso estudo, vez que aquele se pauta em pesquisa (auto)biográfica, é possível perceber que, pela escrita de si, quaisquer sujeitos inseridos no contexto de privação da liberdade deixam marcas de sua subjetividade.

Barcinski (2009), em seu artigo intitulado *Protagonismo e vitimização na trajetória de mulheres envolvidas na rede do tráfico de drogas no Rio de Janeiro*, problematiza a tradicional vitimização de mulheres envolvidas em atividades de crime. Nesse tocante, a autora analisa o discurso de cinco mulheres que trazem em suas histórias passadas o envolvimento com o tráfico de drogas em favelas do Rio de Janeiro, apontando nos discursos analisados diferentes posicionamentos dessas mulheres no que se refere às motivações que justificam sua inserção no crime. Essas mulheres ora se representam como vítimas de fatores externos, ora como agentes, assumindo a responsabilidade de seus crimes, o que constitui um processo de construção identitária marcado por dilemas e contradições.

Também referente ao contexto de privação de liberdade, a investigação de Nascimento (2012) contempla esta pesquisa, uma vez que a autora investiga as representações que professores e alunos fazem de si e do outro no contexto das Unidades Educacionais Internas (UNEI) do Mato Grosso do Sul. Para tanto, o *corpus* analisado é constituído de entrevistas realizadas com alunos e professores da referida Instituição, e seus resultados indicam a existência de focos de resistência, o que ratifica também nossa observação de que, sendo o contexto de privação de liberdade atravessado por relações de poder, há, por conseguinte, a resistência por parte dos envolvidos.

Conforme já citado, algumas dissertações de mestrado também trazem em sua base de investigação a escrita de si, embora sejam, por vezes, divergentes nos aspectos teórico e metodológico, como ocorre com o trabalho de Almeida (2011), da UNICAMP, intitulado *Hupomnêmata: registro de histórias de vida de adolescentes em acolhimento institucional como escrita de si*. Este trabalho situado na área de Educação busca compreender em que medida os registros das histórias de vida de adolescentes abrigados do município de São Paulo, pela construção de diários, constituem uma escrita de si. Nesse tocante, é relevante o

fato de que sua investigação é pautada, em alguns pontos, sob a ótica foucaultiana de escrita de si, a exemplo desta pesquisa.

Já a dissertação de mestrado de Savenhago (2009), desenvolvida na Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR) sob o título de *Linguagem e sociedade: análise do discurso de cartas de detentas e ex-detentas*, ainda que tenha sido concernente aos estudos de Ciência, Tecnologia e Sociedade, traz em seu aporte teórico reflexões advindas da Análise do Discurso. Conforme se observa pelo título, o autor desse trabalho analisa cartas de detentas e ex-detentas, todas da Penitenciária Feminina de Ribeirão Preto – SP e expõe os seguintes apontamentos: os dizeres dessas mulheres são atravessados por questões religiosa, familiar e de trabalho; as estratégias discursivas são baseadas no discurso religioso e a justificativa de entrada no crime diz ser por influência de más companhias; os dizeres são atravessados pela visão de prisão como forma de pagamento pelo crime que esses sujeitos envolvidos cometeram; o sistema prisional é visto enquanto responsável por promover a esses sujeitos uma reestruturada volta à sociedade; os sujeitos buscam convencer ao outro (Instituição Penal, sociedade, familiares, entre outros) de que podem mudar de vida. Nesse aspecto, os resultados da pesquisa de Savenhago (2009) são pontos em comum com aqueles por nós observados no discurso das mulheres internas (ver Capítulo 3).

Outro aspecto relevante para a nossa investigação é abordado também no trabalho desenvolvido por Reis (2011) que entre outros assuntos, em sua tese de doutorado intitulada *O ensino-aprendizagem do inglês como língua estrangeira (ILE) no espaço dentro-fora da lei como uma unidade socioeducativa para adolescentes infratores*, trata da questão do espaço com o intuito de compreender as relações que envolvem o encarceramento, lugar de onde emergem os discursos dos sujeitos de sua pesquisa, uma vez que a memória atravessa esse espaço de privação da liberdade. Também na análise exposta no Capítulo 3 desta pesquisa, o terceiro eixo – representações da prisão – mostra de que modo as mulheres internas veem a prisão como um lugar de exclusão, emergindo, assim, a questão do lugar, não enquanto espaço físico, mas o lugar de memória, representações e ideologias, perpassado pelas relações de poder.

Por fim, na obra *Escrit(ur)a de si e alteridade no espaço papel-tela: alfabetização, formação de professores, línguas materna e estrangeira* (CORACINI; ECKERT-HOFF, 2010a), há uma ampla discussão sobre a escrita em diferentes *corpus* de pesquisa, o que propicia uma variada reflexão acerca do assunto. Nessa obra, a escrita é analisada em práticas escolares e acadêmicas, bem como em práticas de escrita no papel e na tela, sendo essa uma marca sobre a qual estudos recentes lançam olhares de investigação sobre o tema em questão.

Após a contextualização desses estudos, cumpre aqui esclarecer que este trabalho está dividido em três capítulos. O primeiro contém os fundamentos teóricos adotados; o segundo capítulo apresenta as condições de produção que constituem os discursos das mulheres internas, bem como descreve a constituição do *corpus*; e o terceiro capítulo traz os gestos de interpretação mobilizados nas/sobre (as) cartas das mulheres internas pela escrita de si, organizados em três eixos: representações de si; representações do outro; representações da prisão. Conforme descrito, passemos, então, à fundamentação teórica.

## **CAPÍTULO 1: Significações conceituais: sujeito, discurso, poder e escrita de si**

Quero a experiência de uma falta de construção. Embora este meu texto seja todo atravessado de ponta a ponta por um frágil fio condutor – qual? O do mergulho na matéria da palavra? O da paixão? [...] Esse texto que te dou não é para ser visto de perto: ganha sua secreta redondez invisível quando é visto de um avião em alto voo. (Clarice Lispector – *Água viva*, 1973).

### **1.1 Sujeito, identidade e representação**

Não raramente, estudos apresentam enfoques relacionados à linguagem atrelada aos efeitos de sentido que perpassam as questões sócio-históricas. Nessa linha, estão imbricados sujeito, história e discurso.

Neste capítulo, tecemos considerações acerca dos conceitos fundamentais que embasam este trabalho, bem como situamos a perspectiva na qual nos amparamos. Após uma breve consideração dessa perspectiva, expomos no primeiro tópico deste capítulo os conceitos de sujeito, identidade e representações imaginárias.

Como já citado, esta pesquisa considera os pressupostos da Análise do Discurso de linha francesa (doravante AD), ramo da Linguística que, na França, apresenta indícios de seu início com base em três domínios disciplinares: a Linguística (releitura de Saussure por Pêcheux), o Marxismo (releitura de Marx por Althusser) e a Psicanálise (releitura de Freud por Lacan). A AD considera essas três áreas do conhecimento a fim de relativizar a autonomia da língua enquanto estrutura, considerando a história e, posteriormente, o deslocamento da noção de sujeito centrado.

Possui a AD, enquanto fundador, Michel Pêcheux, que, em conjunto com colaboradores, em 1969, inaugura a elaboração de seu projeto, o qual progressivamente (re)constrói e amadurece, publicando, inicialmente, o que chamaria de *Análise Automática do Discurso* (GADET, F.; HAK, T., 1997), levantando questões sobre texto, leitura e sentido e, paulatinamente, analisa os discursos ideológicos que intervinham na prática política, atuando de modo crítico sob os pressupostos teóricos que embasavam os estudos da linguagem até então desenvolvidos. Em seu percurso de construção de uma teoria do discurso, Pêcheux (1997b) descreve as três fases pelas quais passou a AD, na tentativa de apontar os deslocamentos teóricos ocorridos. Para isso, em um de seus últimos textos, *A análise de discurso: três épocas* (1983) sintetiza tal percurso da análise de discurso por ele idealizada.

Analisemos, agora, o conceito de sujeito inscrito em cada uma dessas épocas.

A AD-1 caracterizou-se pela construção de um objeto estrutural fechado, o que conseqüentemente retrocedia aos moldes saussurianos, sendo alvo de pedidos de reformulações e críticas provenientes de linguistas e pesquisadores, pois nesta fase “[...] um sujeito-estrutura determina os sujeitos como produtores de seus discursos: os sujeitos acreditam que ‘utilizam’ seus discursos, quando na verdade são seus servos assujeitados [...]” (PÊCHEUX, 1997b, p.311). Tal designação consolidava a ideia de homogeneidade da língua, pois asseverava a impossibilidade de considerar as condições de produção, contemplando o sujeito enquanto efeito de assujeitamento à formação discursiva (doravante FD) estruturalmente fechada, inerente à exterioridade que permeia o(s) discurso(s).

Na segunda fase (AD-2), reconfigurações acerca das construções iniciais idealizadas anteriormente modificam de modo pertinente a noção de FD, tomada aqui de empréstimo a Michel Foucault (2007), o que suscita um deslocamento teórico que a considera não mais enquanto privativo espaço estrutural fechado, visto que paradoxalmente está em relação com seu exterior, o que permite a Pêcheux (1997b) reconhecê-la enquanto sendo “constitutivamente ‘invadida’ por elementos que vêm de outro lugar (isto é, de outras FDs) que se repetem nela” (p. 314, grifo do autor). Tais indícios inauguram a denominada terceira fase da AD. Ademais, Pêcheux (1988) entende ainda, que o sujeito, influenciado pelo inconsciente, não controla tudo o que diz<sup>2</sup>, produzindo dizeres falhos e deslizantes, advindos das relações que se instauram por meio do(s) discurso(s) com as FD e FI aos quais é interpelado.

Posteriormente, na AD-3, “o primado teórico do *outro* sobre o *mesmo* se acentua” (PÊCHEUX, 1997b, p. 315, grifos do autor), desvincilhando-se dos postulados anteriormente idealizados, uma vez que é cogitada a questão da alteridade na identidade discursiva enquanto constituinte das variadas posições assumidas pelo sujeito. Assim, na terceira fase, Pêcheux (1997b) reconhece a heterogeneidade que é constitutiva do discurso, marcando uma mudança metodológica, onde aborda não mais sequências parafrásticas, e sim uma análise interdiscursiva. Logo, o percurso teórico delineado por Pêcheux (1997b) vai aos poucos (re)configurando conceitos que, por sua vez, são assinaladamente “moldados” pela questão da alteridade, marcando um deslocamento teórico.

---

<sup>2</sup> Pêcheux (1988) trata dessa questão nos Esquecimentos nº 1 e nº 2, onde respectivamente o sujeito tem a ilusão de ser a origem do sentido, o criador absoluto de seu discurso; acredita que o dito produzirá o efeito de sentido esperado, o que proporcionaria uma interpretação unívoca e esclarecedora, sendo seu significado compreendido sem desvios.

Além disso, nas últimas fases, os pressupostos pècheutianos aproximam-se da perspectiva dos estudos da linguista Authier-Revuz (1990), que considera a heterogeneidade enquanto constitutiva do discurso. Tem-se, portanto, mais contundentemente a partir das rupturas expostas na última fase da AD, um sujeito que extrapola a forma-sujeito enquanto puro efeito ideológico, pois há, no discurso, o entrecruzar de estrutura e acontecimento<sup>3</sup>, estando o sujeito inscrito entre língua, história e inconsciente.

Ressaltamos aqui que pretendemos, por meio de um breve esboço das três fases da AD, atentar para a noção de sujeito em cada uma dessas fases.

Nesse momento, entretanto, valemo-nos de considerações que direcionam sobre qual noção de sujeito parte esta pesquisa e, na esteira de Coracini (2007, p. 41), este é tido enquanto “[...] cindido, inconsciente, descentrado – ao qual, portanto, escapa o controle de si, de seus atos e pensamentos, dos efeitos de sentido do seu dizer”. Para Authier-Revuz (1990), a presença do Outro – inconsciente – no discurso quebra sua continuidade e faz vacilar o domínio do sujeito, sendo o lapso uma forma que exemplifica esse processo.

No Capítulo 3, pela escrita das mulheres internas, observamos efeitos de sentido que tratam de um sujeito inconsciente pelos lapsos e contradições.

Também os pressupostos foucaultianos deslocam a noção de sujeito consciente, racional, controlador de si e dos outros, uma vez que o assume enquanto função, lugar no discurso, sendo esta a noção de sujeito considerada aqui, uma vez que:

[...] ser um sujeito para Foucault é ocupar uma posição enquanto enunciador. Os discursos são enunciados. A unidade elementar do discurso é o enunciado. Aquilo que é ser um sujeito para Foucault é consistente com sua concepção de discurso. E podemos dizer que seu sujeito é o sujeito do discurso tal como ele o concebe (HENRY, 1997, p. 33)

Assim, o sujeito de Foucault é o sujeito da ordem do discurso, e este é considerado em meio às práticas sociais, não somente enquanto enunciado, mas sim no funcionamento em sociedade. Importante destacar que o filósofo pensa o sujeito a partir das determinações que lhe são exteriores (REVEL, 2005). Como exemplo, pode ser citado o período em que buscou compreender de que forma o sujeito tornou-se objeto de conhecimento em uma determinada época.

A respeito das diferentes funções que o sujeito ocupa, Foucault (2006c, p. 275) diz que para cada “forma de sujeito” há um tipo de relação que o constitui de um modo diferenciado.

---

<sup>3</sup> Pêcheux (1990) apresenta uma reflexão sobre a linguagem, trabalhando a noção de discurso a partir de uma análise da movimentação discursiva do enunciado (“on a gagné”), questionando a análise estrutural por meio dos efeitos de sentido subjacentes às condições de produção, concebendo-o assim, enquanto acontecimento discursivo.

Nesse sentido, “há, indubitavelmente, relações e interferências entre essas diferentes formas do sujeito; porém, não estamos na presença do mesmo tipo de sujeito. Em cada caso, se exercem, se estabelecem consigo mesmo formas de relação diferentes”. Logo, para cada “forma sujeito” que se posiciona, o sujeito que escreve assume uma função e, assim, produz diferentes efeitos de sentido no seu discurso.

Entretanto, Castro (2009) aponta que, para compreender a problemática foucaultiana a respeito do sujeito, é importante pensar que se trata, sobretudo, de uma abordagem histórica da questão da subjetividade, abordada mais adiante por questão metodológica.

Mediante essas considerações, a questão da identidade que aqui abordamos se dá a partir de perspectivas que a consideram enquanto atravessada pelas relações que se (im)põem entre sujeito, discurso, história, cultura, estando, assim, em constante processo. Para Hall (2005, p.38, grifos do autor), a identidade não é algo inato, mas se forma – por processos inconscientes – no decorrer do tempo e, por isso, “existe sempre algo ‘imaginário’ ou fantasiado sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre ‘em processo’, sempre *sendo formada*”.

Tal estudo destaca, entre outros enfoques, a chamada “crise de identidade” que desestabilizou as tão conceituadas (e formatadas) noções de identidade, advindas de um sujeito tido enquanto unificado, seguramente amparado por estruturas estáveis, sendo, inclusive, de cunho social. Assim, o autor questiona o declínio e deslocamento das identidades culturais de classe, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, (re)formulando-as de sólidas localizações que, no passado, limitavam socialmente os indivíduos para múltiplas possibilidades, tendo em vista fronteiras indefinidas. Posicionamo-nos a partir desta noção de identidade inacabada, haja vista que os sujeitos desta pesquisa, embora busquem uma posição que lhes “assegure” uma identidade, são atravessados por um processo identitário em constante movimento, como pode ser observado no Capítulo 3.

Nessa linha, os diferentes “papéis” que ocupa, por exemplo, uma mulher, tida enquanto filha, mãe, esposa, profissional, colega, entre outros, atravessam o discurso em traços diferenciais. No *corpus* desta pesquisa, há marcas discursivas que mostram de que modo as mulheres internas<sup>4</sup> se veem no papel de esposa, filha, mãe, irmã, nesse contexto de privação da liberdade, e de que modo, pelas estratégias discursivas, são produzidos diferentes efeitos de sentido que marcam seu processo identitário.

---

<sup>4</sup> A expressão “mulheres internas” é o termo utilizado pelos dirigentes e funcionários do Estabelecimento Penal para referir-se aos sujeitos desta pesquisa conforme atesta a informação recebida em entrevista concedida no dia 07/05/2013.

Ao falarmos de identidades/sujeitos descentrados, bem como de identidades que se refletem no/pelo olhar do outro, refletimos também sobre a seguinte questão:

Não há identidade possível a não ser na ilusão, na promessa sempre adiada da coincidência consigo mesmo, do pertencimento imaginado (e inventado) a uma nação, a um grupo que iguala ou assemelha aqueles que são desiguais, inassimiláveis. Ora, sabemos que a identidade pode ser imposta, resultar de uma relação de poder, pode ser efeito de dominação; onde alguém sabe a verdade, alguém pode falar em nome do outro, responder pelo outro, dizer o outro [...] aliás, somos sempre ditos pelo outro, pelo olhar do outro que se faz verdade [...] (CORACINI, 2007,p.49)

Tratar, pois, de identidade por meio de tal perspectiva é pensá-la enquanto atravessada pela alteridade, uma vez que, enquanto dinâmico resultado de uma construção social e cultural, a identidade perpassa a subjetividade dos sujeitos. Esse sentido é observado nesta pesquisa quando as mulheres internas atribuem para si o que elas não são (ou o que desejam ser) e, nesse sentido, pela identificação passam a “existir” no/pelo olhar do outro.

Ainda na esteira de Coracini (2003), refletimos sobre a multiplicidade de vozes que torna a identidade complexa, heterogênea e em constante movimento, sendo somente possível flagrar, nesses oportunos enfoques, momentos de identificações. Também nesse estudo, a autora (CORACINI, 2003, p.243) intervém na já discutida concepção de identidade enquanto inacabada, em processo, incompleta, alertando para a visibilidade desta nesses momentos de identificação, uma vez que é possível capturá-los na relação do sujeito com outros sujeitos, fatos e objetos. A mesma autora acrescenta, ainda, a falta de inteireza que nos dispõe pela busca ilusória, mas necessária, da completude de um sujeito indiviso, pois a partir do nosso exterior, bem como por meio das formas pelas quais imaginamos ser vistos pelos outros, inserimo-nos nesse desejo, sabendo o que não somos, e o que somos, a partir do outro, suscitando, assim, a busca da verdade, do controle de si e dos outros.

Logo, partindo do pressuposto de que o imaginário de todo sujeito se constrói por esse olhar, tratamos do conceito de representação imaginária, uma vez que os sujeitos (des)constroem sua identidade a partir do olhar que o outro lhes atribui. A esse respeito, consideremos a sustentação de que “[...] o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a *si* e ao *outro*, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro” (PÊCHEUX, 1997a, p. 82-83, grifos do autor).

No processo discursivo há uma série de formações imaginárias que designam lugares, ou seja, habita(m) imagem(ns) que os interlocutores atribuem a si mesmos e ao outro, bem como ao seu próprio lugar e ao lugar do outro. Esses lugares suscitam antecipações de

representações, pois estas se dão pelo imaginário do outro e atravessam o discurso. Isto se dá enquanto resultante das “relações imaginárias” de que trata Pêcheux (1988). Nesse aspecto, observa-se nesta pesquisa que as mulheres internas, ao se verem em meio à privação da liberdade, fazem emergir discursos da resistência e da estratégia, confrontando as representações que o outro lhes atribui e que são marcadas pelo lugar de exclusão no/pelo qual se veem: a prisão.

Ainda a esse respeito, cabe esclarecer que o conceito de representação que adotamos está fundamentado em Pêcheux (1997a) a partir da noção de “representações imaginárias”. Para o autor, tais representações constituem o processo discursivo e resultam de diversas formações de processos anteriores que, por sua vez, são provenientes de outras condições de produção e que, assim, possibilitam novas “tomadas de posição”. Para Pêcheux (1997a), um dizer é sempre atravessado pelo “já dito” e pelo “já ouvido”, o que também constitui o processo de formações imaginárias.

Logo, note-se que há, nesse processo, relações de força, sentido e antecipação, visto que o sujeito se coloca no lugar de seu interlocutor e regula sua argumentação mediante a antecipação que faz, isto é, estando socialmente inscrito, suas imagens – representações – resultam desse mecanismo que constitui o funcionamento do discurso pelas condições de produção as quais se insere: as formações imaginárias. Por isso, segundo Pêcheux (1997a), no contexto e situação do discurso, as imagens de si, do outro e do interlocutor são consideradas pelas relações de sentido, de força e de antecipação.

A esse respeito, Cardoso (1999, p. 39) explica sobre o “jogo de imagens” pècheutiano, esboçando simplificadaamente as posições que os interlocutores<sup>5</sup> do discurso assumem, ressaltando que em tal jogo despontam perguntas instigantes da(s) imagem(ns) de si mesmo e do outro, como: “quem sou eu para que ele me fale assim?” ou “quem é ele para que me fale assim?”. Considerando que as representações imaginárias são atravessadas pelo lugar que posiciona o sujeito no discurso, observamos, em especial, no terceiro eixo da análise no Capítulo 3, que as mulheres internas veem a prisão como um lugar de exclusão que passa a lhes constituir e, ainda, o seu discurso.

Assim, abordamos as noções de sujeito, identidade e representações imaginárias, considerando-as enquanto subsídio para a análise de dizeres que emergem no contexto de privação da liberdade. A seguir, as noções de discurso, interdiscurso e formação discursiva são tratadas no próximo tópico.

---

<sup>5</sup> Explicita Cardoso (1999) que os protagonistas do discurso são representações de lugares determinados na estrutura social.

## 1.2 Discurso, interdiscurso e formação discursiva

Conforme mencionado, este tópico trata das noções de discurso, interdiscurso e formação discursiva. Nesse sentido, ao colocar a linguagem em questão, Orlandi (2012) explica que existem diferentes maneiras de significar e que a AD não trata nem da língua, nem da gramática; no entanto, todos esses aspectos lhe interessam. Segundo a autora, a AD, como o próprio nome indica, trata do discurso. Etimologicamente, a significação de AD compõe-se pela ideia de curso, percurso, movimento. Logo, “[...] o discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando” (ORLANDI, 2012, p. 15).

A AD postula-se enquanto ruptura à noção de linguagem estruturalista que a concebia como (estrito) meio de comunicação. Ao tomar o discurso enquanto seu objeto próprio, essa corrente confronta tal pressuposto, articulando o texto em sua opacidade, e não como mero produto de significações neutralizadas e (in)diferentes às manifestações históricas e sociais, ou seja, à exterioridade. A AD considera o discurso como entremeio da relação linguagem e sociedade, pressupondo-o, ademais, nos sentidos do(s) tempo(s) e espaço(s) aos quais se insere, contemplando o momento sócio-histórico ao qual remete às condições de produção do(s) discurso(s).

Para pontuar o que Pêcheux considera enquanto discurso, faz-se necessário retornar ao que reputa enquanto sujeito, visto que se apoiava sob o que conjecturava Althusser (releitura que faz de Marx) e, referindo-se à ligação entre discurso e prática política, que necessariamente passam pela ideologia, introduz o sujeito enquanto efeito ideológico e, assim, formula que “[...] todo processo discursivo se inscreve numa relação ideológica de classes” (PÊCHEUX, 1988, p. 92). Assim, Pêcheux define o que chama de discurso, buscando desenvolver uma teoria, bem como um dispositivo operacional de análise pelas relações entre linguagem e ideologia.

Entretanto, para Foucault (1995, p. 10), o “[...] discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que; pelo que se luta; o poder do qual nos queremos apoderar”. Sendo assim, o sujeito ocupa diferentes funções e o discurso constitui um instrumento de poder. Cabe aqui ressaltar que adotamos nesta pesquisa a noção foucaultiana de discurso, uma vez que, conforme se observa no Capítulo 3, os sujeitos permanecem em constante arena de luta no jogo discursivo.

Além disso, o interdiscurso produz diferentes efeitos de sentido nos dizeres. Nesse aspecto, aquilo que foi dito antes, em outro lugar (o pré-construído, o já-dito<sup>6</sup>) retorna e produz sentido(s). Assim, o interdiscurso:

[...] é definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o que chamamos memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra. O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada (ORLANDI, 2012, p.31).

Segundo a autora, o dizer não é propriedade particular, pois os efeitos de sentido “atingem” os sujeitos independentemente de suas vontades, uma vez que dizem pensando saber exatamente o que dizem, embora não tenham controle sobre o modo pelos quais os sentidos se construirão, posto que a palavra significa pela história. Desse modo, pelo já dito, os dizeres das mulheres internas produzem efeitos de sentido que são atravessados por tudo o que, em algum lugar e momento distintos, já foi falado sobre prisão, bem como sobre sujeitos em situação de crime.

Pelos estudos de Authier-Revuz (1998) cabe-nos demarcar a heterogeneidade do discurso. Essa linguista considera a necessidade de atribuir significação ao sujeito no discurso, destacando três campos do conhecimento: a Linguística, a Psicanálise e a Análise do Discurso. De um lado, a autora parte do dialogismo bakhtiniano, que considera a linguagem enquanto interação e atividade social; de outro, da teoria lacaniana, ou seja, de uma abordagem da relação sujeito/linguagem, releitura que Lacan faz de Freud. Vejamos:

[...] em um discurso enunciado sem choque e sob um modo padrão (sem opacificação), é de forma não-visível que jogam as distâncias das não-coincidências onde o discurso se constitui, na superfície aparentemente unida que ele desenrola e que é aquela em que, de fato, da mais cerrada das redes de ‘costuras’ ou de colagens invisíveis [...] nesse jogo de um que ‘junta’ e de não-um que ‘esgarça’, como um modo da **costura aparente**, que ressalta em um mesmo movimento a falha da não-coincidência enunciativa (contrariamente ao modo da superfície una) [...] (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 27, grifos da autora).

Nesta pesquisa, observamos emergirem diferentes efeitos de sentido no discurso das mulheres internas, uma vez que esses sentidos não são unos, tampouco estáveis. Buscamos, então, “descosturar” essa “aparente costura” que eles apresentam ter, apoiados pelo já dito, pelo contexto, pelo momento sócio-histórico e pelas condições de produção, a fim de deslocar sentidos cristalizados e que, inicialmente, aparentam imobilidade, mas que, por meio da

---

<sup>6</sup> A esse respeito explica Orlandi (2012) que a memória não é pensada tal qual na Psicologia, mas em relação ao discurso, que é nesse caso o interdiscurso, a “memória discursiva”.

heterogeneidade que os constitui, incontrolavelmente deslizam sentidos diferentes pelo “não-um” que os atravessa.

Vale lembrar que a AD se posiciona contrária à transparência da linguagem, e que, por meio da interligação entre sujeito e história, o discurso é “marcado” por vestígios de subjetividade resultantes das relações – de poder, inclusive – que se estabelecem, sendo sujeito e discurso heterogêneos em sua própria constituição. Por isso, a importância de destacarmos que: “[...] nenhuma palavra é ‘neutra’, mas inevitavelmente ‘carregada’, ‘ocupada’, ‘habitada’, ‘atravessada’ pelos discursos nos quais *viveu sua existência socialmente sustentada*”, conforme assegura a linguista Authier-Revuz (1990, p. 27, grifos da autora).

Importante também é pontuar o conceito de formação discursiva elaborado pelo filósofo Michel Foucault (2007), já que nesta pesquisa buscamos investigar as formações discursivas que emergem na escrita das mulheres internas. Nesse sentido, a pretensão de Foucault (2007) não foi postular certezas e verdades, mas, sobretudo, analisar a constituição histórica de saberes que se constituíram por discursos em circulação. Assim, o filósofo considera que:

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva* (FOUCAULT, 2007, p. 43, grifo do autor).

Seguindo o conceito de formação discursiva foucaultiano interessa-nos analisar o modo como os discursos estão associados a um campo de poder-saber e, ainda, o modo como os discursos são atravessados pelas ideologias das formações discursivas a que se referem. Na esteira do filósofo, o objeto de saber “loucura”, por exemplo, é relacionado a domínios científicos pelos quais “classificam” alguns discursos enquanto verdadeiros em um lugar e não em outros. Assim também acontece com o “sujeito criminoso”: discursos e, constitutivamente, saberes, atribuem a esses sujeitos uma representação, que se dá por regras que dirigem os discursos os quais buscamos, aqui, investigar.

Isso se dá, também, pelo que Foucault (2007, p. 146) chama de “arquivo”, cuja noção não consiste numa “soma de textos”, mas na “lei do que pode ser dito”. Para esse filósofo, o arquivo faz com que o dito não desapareça, mas que se agrupe por meio de relações múltiplas e de regularidades. Fazemos ressalva, nesse momento, ao fato de que, por fazerem surgir

enunciados enquanto acontecimentos regulares, o arquivo também passa pelas relações de poder que, nesse caso, também produzem saber.

Assim, nesse segundo tópico buscamos discutir as noções de discurso, interdiscurso e formação discursiva, a fim de compreender o modo como as reflexões aqui assinaladas constituem a escrita das internas, conforme mostra a análise no Capítulo 3. Outro ponto importante desta pesquisa será abordado no próximo tópico, que trata das relações de poder-saber, que constitutivamente atravessam o contexto de privação da liberdade.

### 1.3 Relações de poder-saber

Partimos novamente dos pressupostos foucaultianos condizentes às relações de poder-saber, e nesse sentido, perspectivas que consideram prioritariamente a relação de assujeitamento ao poder e instauram a dicotomia “opressor *versus* oprimido” não constituem esta pesquisa, uma vez que segundo Foucault (1979) o poder está em toda a parte, em lutas cotidianas, não em locais específicos (Instituições, pessoas). Além disso, se tal relação de opressão fosse consolidada, o poder não seria analisado em sua mecânica, que não é constituída tão somente por um lado que oprime, mas pelo contrário, penetra nas tramas da sociedade.

Esses fatores sustentam os pressupostos foucaultianos pela análise de mecanismos de poder nos variados dispositivos sociais, como: a medicina, a psiquiatria, o hospital, a justiça, a prisão, o corpo, a sexualidade, a geografia, o papel dos intelectuais, entre outros. Tudo isso nos permite relacioná-lo a esta pesquisa, uma vez que por meio dos discursos das mulheres internas o poder circula enquanto prática social.

Em seus estudos, Foucault problematiza reflexões acerca do poder diluído em diferentes funcionamentos, focalizando como se dá o seu exercício nas diferentes Instituições, bem como sobre as relações de verdade, saber e resistência que ele produz. Considerando que o poder circula em rede, seria contraditório pressupor que uns dominam enquanto outros são dominados e, sendo assim, poder-se-ia acreditar que:

Rigorosamente falando, o poder não existe; existem sim práticas ou relações de poder. O que significa dizer que o poder é algo que se exerce, que se efetua, que funciona. E que funciona como uma maquinaria, como uma máquina social que não está situada em um lugar privilegiado ou exclusivo, mas se dissemina por toda a estrutura social [...] Qualquer luta é sempre resistência dentro da própria rede do poder, teia que se alastra por toda a sociedade e a que ninguém pode escapar [...] (MACHADO, 1979, p. 14, grifo do autor).

Na visão foucaultiana, o poder penetra na sociedade por meio de práticas sociais. Em seus estudos, Foucault inicialmente analisa os saberes e o conhecimento, como por exemplo, o que se sabe na sociedade sobre a loucura, a doença, o mundo e a vida. Entretanto, o problema que permeava seus estudos concentrou-se, sobretudo, na necessidade de se pensar o fenômeno do poder. Foucault (2012) analisou a questão da prisão mais amplamente na sua obra *Vigiar e punir*, que trata da evolução histórica da legislação penal, dos meios punitivos adotados desde os séculos passados até as instituições modernas. Abordou também a questão da criminalidade e dos variados processos punitivos, indo desde a violência física até os institutos penitenciários atuais.

Esse filósofo reflete ainda sobre as produções de verdade, ponto que observamos na análise por dizeres como: “*É simples, a verdade prevalece em qualquer situação*”, já que, para ele:

Há efeitos de verdade que uma sociedade [...] produz a cada instante. Produz-se verdade. Essas produções de verdades não podem ser dissociadas do poder e dos mecanismos de poder, ao mesmo tempo porque esses mecanismos de poder tornam possíveis, induzem essas produções de verdades [...] São essas relações verdade/poder, saber/poder que me preocupam (FOUCAULT, 2006a, p. 229).

Logo, a visão que o filósofo propõe é a de que não há constituição do saber com ausência de poder, pois todo saber constitui novas relações de poder, instaurando a relação poder-saber. Assim, o poder não é algo que se cede e somente reprime, mas que produz efeitos de saber e verdade. Em contrapartida, ao refletirmos sobre questões que suscitam situações de (possível) exclusão, mediante relações de poder que atravessam o discurso, temos de atentar também para o fato de que “[...] a partir do momento em que há uma relação de poder, há uma possibilidade de resistência” (FOUCAULT, 1979, p.241). Segundo o filósofo, isso ocorre porque tais articulações trazem a problematização de dicotomias (estabilizadas e redutoras) que previam relações entre sujeitos que eram até então denominados “dominante/dominado”.

Assim, convém aqui repetir que neste tópico tratamos das relações de poder-saber pelos pressupostos foucaultianos, já que nesta pesquisa não consideramos a dicotomia “opressor/oprimido”. A partir dessa desconstrução é que analisamos no Capítulo 3 o poder em circulação.

Convém, mais uma vez, ressaltar que o contexto desta pesquisa é atravessado pelas relações de poder e que, por isso, é importante dar relevância a essa noção. Consideramos então, que as mulheres internas, por estarem em privação de liberdade, constituem sua subjetividade numa constante arena de luta. Nesse sentido, por serem consideradas enquanto

indivíduos que precisam de correção, é que são submetidas ao controle e à disciplina, que, por sua vez, buscam controlá-las corporal, ideológica e discursivamente. Isso porque, ao escreverem, as internas têm sua escrita lida pelos dirigentes da Instituição, o que comprova que elas são interdidas. Desse modo, na tentativa de ter o seu discurso autorizado pelos dirigentes da Instituição, elas buscam entrar na “ordem do discurso” (FOUCAULT, 1995), conforme vemos nesta frase de uma das mulheres internas: *“se não tivesse vontade de te vê e ficar com vc um dia já tinha mandado um pro inferno faz é tempo nessa cadeia de coisa”*.

Entretanto, como já mencionado, posicionamo-nos acerca das relações de poder pelos pressupostos foucaultianos, que as considera a partir de disseminações sociais. Isso quer dizer que, embora sejam regulados por um sistema de controle, os sujeitos em questão não são ausentes de poder, uma vez que este não é estável e centralizado, não se constitui apenas por um dos lados, mas circula em rede, como podemos observar nesta outra frase de uma das cartas analisadas: *“cadeia não é perpetua um dia saímos”*.

Como se observa, as relações de poder constituem este contexto de investigação. E é nesse sentido que analisamos os discursos: enquanto atravessados por essas relações que se deslocam e se movimentam, que permitem que possamos observar o poder em sua mecânica, ora nas mãos de um, ora nas mãos de outro.

Passemos à última parte deste primeiro capítulo, que trata dos conceitos de subjetividade e escrita, que são subsídios desta pesquisa, em face de pretendemos investigar o processo de subjetivação das mulheres internas do Estabelecimento Penal Feminino de Três Lagoas – MS, pela escrita de si.

#### **1.4 Subjetividade e escrita de si**

Conforme mencionado, este tópico trata das noções de subjetividade e escrita de si, uma vez que pretendemos analisar os modos de constituição da subjetividade de mulheres internas pela escrita de suas cartas. Para tanto, abordamos essas questões na perspectiva de Foucault (2006c) que, especificamente na terceira fase de seus trabalhos, focaliza os processos de subjetivação e constituição do sujeito que deseja governar a si próprio. O trabalho desse filósofo é descrito mediante três fases: a *arqueologia*, a *genealogia* e a *ética*, que se caracterizam como interdependentes, embora aparentem ser independentes.

Essas três fases, de certo modo, estão relacionadas por um objetivo maior: constituem diferentes teorizações acerca dos modos de subjetivação do sujeito. Assim, conforme explica Mascia (2010, p. 220, grifos da autora), para Foucault, o sujeito é uma construção dada a

partir dos seguintes modos de subjetivação: “o primeiro pode ser entendido como o eixo do ‘saber’, o segundo seria o eixo do ‘poder’ e o terceiro o eixo das *técnicas de si*”. É na terceira fase foucaultiana, denominada *ética*, que o filósofo fala da subjetividade, no intuito de compreender a constituição do sujeito a partir da própria experiência: as técnicas do governo de si e dos outros.

Foucault (2006c) fala de dois processos: objetivação e subjetivação. No primeiro, ele reflete sobre a importância da análise das relações de poder. A esse respeito, diz que não se trata de interrogar a origem do poder, mas de “[...] estudar os procedimentos e as técnicas utilizados nos diferentes contextos institucionais, para atuar sobre o comportamento dos indivíduos” (FOUCAULT, 2006c, p. 238) e, nesse caso, cabe aos processos de objetivação dos sujeitos “[...] formar, dirigir, modificar sua maneira de se conduzir”. Esse processo se dá pelas relações de poder, em que as práticas e procedimentos de governo determinam o sujeito, isto é, objetivam-no enquanto louco, doente, delinquente, entre outras representações. Logo, o processo de objetivação mostra a maneira como os homens são governados uns pelos outros e, nesse caso, para cada modo de objetivação, há um tipo de saber em pauta.

Sendo assim, quando introduz a questão de determinação do que deve ser o sujeito, bem como a que condições ele está submetido, Foucault (2006c, p. 235, grifo do autor) ressalta que se trata de determinar “[...] que posição deve ocupar no real ou no imaginário para se tornar sujeito legítimo deste ou daquele tipo de conhecimento: em suma, trata-se de determinar seu modo de *subjetivação*”. Por isso, esse filósofo explica que a objetivação e a subjetivação são dependentes, pois “[...] do seu desenvolvimento mútuo e de sua ligação recíproca” (FOUCAULT, 2006c, p. 235) é que se dão os jogos de verdade. Os processos de subjetivação se constituem de duas maneiras: de um lado, a objetivação “fabrica” os sujeitos; de outro, o indivíduo se constitui como sujeito de sua própria existência.

O filósofo entende subjetividade como a maneira pela qual o indivíduo relaciona-se consigo mesmo, explicando que buscou fazer uma análise dos “[...] jogos de verdade, dos jogos do verdadeiro e do falso através dos quais o ser se constitui historicamente como experiência, ou seja, como podendo e devendo ser pensado” (FOUCAULT, 2006c, p. 195). Esse autor atenta para o fato de que seu estudo visou à análise das relações entre o sujeito e a verdade e, assim, aos modos pelos quais este sujeito se insere como objeto nos jogos de verdade. A subjetividade compreende, então, a constituição do sujeito, que é levado a se observar, analisar, decifrar, isto é, a fazer uma experiência de si em um jogo de verdade, no qual se relaciona consigo mesmo.

A esse respeito, buscamos analisar de que modo as mulheres internas se constituem pelos jogos de verdade atravessados pelas relações de poder que marcam os modos de constituição de sua subjetividade. Nesse sentido, Foucault (2006c, p. 275) diz que buscou mostrar “[...] como o próprio sujeito se constituía, nessa ou naquela forma determinada, como sujeito louco ou são, como sujeito delinquente ou não, através de um certo número de práticas, que eram jogos de verdade, práticas de poder”.

Foucault (2006c, p. 214, grifo do autor) analisa, ainda, a constituição dos sujeitos, isto é, a constituição de sua subjetividade, em relação à conduta moral, para declarar: “[...] não há conduta moral que não exija a constituição de si mesmo como sujeito moral; não há constituição do sujeito moral sem *modos de subjetivação*”. Na esteira do filósofo, observamos no terceiro capítulo que as mulheres internas por nós pesquisadas, ao fazerem a experiência consigo, constituem-se também por uma conduta moral e, nesse caso, se veem como sujeitos que não cumpriram um contrato social, pois infringiram as leis. Portanto, para retornarem à sociedade precisam “adquirir” uma conduta moral que lhes possibilite esse retorno. Nesse momento, é importante lembrar as seguintes palavras de Foucault (2006c, p. 215): “[...] a subjetivação se realiza, basicamente, de uma forma quase jurídica, na qual o sujeito moral se refere a uma lei ou a um conjunto de leis, à qual ele deve se submeter, sob pena de cometer faltas que o expõem a um castigo”.

Foucault (2006c, p. 262) define assim o que para ele significa o modo de subjetivação: “[...] eu chamaria de subjetivação o processo pelo qual se obtém a constituição de um sujeito, mais precisamente de uma subjetividade, que evidentemente não passa de uma das possibilidades de organização de uma consciência de si”.

Uma vez que esta pesquisa busca investigar os modos de constituição da subjetividade de mulheres internas pela escrita de si, cabe, aqui, refletir sobre esse ponto ao qual se debruça Foucault (2006b). Seu texto sobre a escrita de si traz em sua apresentação inicial a explicação de que constitui parte dos seus estudos elaborados nesta última etapa, voltada para as artes de si mesmo, isto é, para a estética da existência e o domínio de si e dos outros. Isso ele o faz a partir da cultura greco-romana. Sua alusão inicial é a *Vita Antonii*, texto ao qual o filósofo considera como um dos mais antigos deixados pela literatura cristã sobre a escrita espiritual e, a partir dele, analisa de forma retrospectiva a função da escrita na cultura filosófica de si. Este texto consiste da anotação escrita de ações e pensamentos, o que a torna um elemento imprescindível à vida ascética.

Foucault (2006b, p. 144) traz ainda o que Atanásio diz: “[...] consideremos e escrevamos, cada um, as ações e os movimentos de nossa alma, como para nos fazer

mutuamente conhecê-los, deixaremos de pecar, e nada teremos de perverso no coração”. A escrita de si atenua os perigos da solidão e, nesse aspecto, as mulheres internas, ao escreverem, buscam também apaziguar a solidão e os maus pensamentos, marcando em seus dizeres recorrentes pedidos ao outro para que sejam correspondidas. Neste caso, a escrita constitui refúgio.

O filósofo traz, então, a escrita de si com um papel muito próximo à confissão, e essa escrita no texto de Atanásio surge “como uma arma no combate espiritual” (FOUCAULT, 2006b, p. 145). Nesta pesquisa, observamos discursos que se caracterizam por uma confissão: as mulheres internas, ao falarem de si, tentam livrar-se de pensamentos, sentimentos e atos, e, sobretudo, veem-se na/pela possibilidade da (re)integração social. Pela análise das cartas, observamos que a confissão não é, portanto, um ato individual porque é feita para si e para o outro. Ao confessar, o sujeito olha para si, mas, ainda, busca no/pelo olhar do outro sua identificação, aceitação e libertação.

Além disso, ao analisar alguns dos aspectos que a escrita desempenhou na cultura filosófica de si antes do cristianismo, Foucault (2006b, p. 145-146) observou que “[...] sua estreita ligação com a corporação de companheiros, seu grau de aplicação aos movimentos do pensamento, seu papel de prova da verdade” já se encontravam, ainda que com valores e procedimentos distintos, em Sêneca, Plutarco e Marco Aurélio. Assim também, a análise exposta no Capítulo 3, mostra de que forma as mulheres internas atribuem à escrita um papel de prova da verdade, pois consideram que, escrevendo, afirmam a sua verdade.

Ainda, partindo do princípio de que nenhuma técnica e habilidade são adquiridas sem exercício, Foucault (2006b) ressalta que a arte de viver deve ser compreendida como um “treino de si por si mesmo”. O filósofo relata que as abstinências, as memorizações, os exames de consciência, as meditações, o silêncio e a escuta do outro eram práticas correlatas a esse treino de si por si, e que as formas que tomavam a escrita de si para o outro representaram um papel considerável ao longo do tempo. Assim, explica a maneira como a escrita está ligada ao exercício do pensamento: “[...] a meditação precede as notas, que permitem a releitura, que por sua vez, revigora a meditação” (FOUCAULT, 2006b, p. 147). Também na esteira do filósofo, a análise no terceiro capítulo mostra como as internas, pelo exercício da escrita, não se veem enquanto privadas da liberdade, mas livres. Nessa medida, essa nossa observação comprova que a escrita de si é também meditação.

Além disso, o filósofo, com base em Plutarco, diz que, como treinamento de si, a escrita tem uma função *etopoiética*, isto é, “ela é operadora da transformação da verdade em *êthos*” (FOUCAULT, 2006b, p. 147, grifo do autor). Pode-se dizer que, ao escrever de si, o

sujeito põe em jogo a forma como ele é visto pelo outro; nesse sentido, a escrita de si constitui também um olhar do outro sobre si. Essa escrita aparece em documentos dos séculos I e II e, segundo relata o filósofo, parece estar localizada em duas formas já conhecidas, contudo, utilizadas para outros fins: os *hupomnêmata* e a *correspondência*, formas de escrita por ele analisadas com o intuito de compreender as modalidades das relações do sujeito consigo mesmo. Nesse caso, pelo fato de essas modalidades envolverem a relação de uma prática de exercícios de escrita de si e para si, há, por conseguinte, o processo de subjetivação.

A partir desse ponto, Foucault (2006b) procede a uma detalhada análise dos *hupomnêmata*, tipo de escrita que considera enquanto um importante quesito na subjetivação do discurso. Assim, relata que os *hupomnêmata* podiam ser: livros de contabilidade, registros públicos, cadernetas individuais que serviam para lembrete. Era comum sua utilização por um público culto, que o considerava um guia de conduta, em que citações eram anotadas, bem como fragmentos de obras, e ainda, reflexões ou pensamentos que vinham à mente, o que constituía uma memória das coisas lidas, ouvidas ou pensadas. Essa escrita, ao consistir num guia de conduta, carregava os argumentos e os meios necessários para se lutar contra uma falta, em particular.

Entretanto, o autor esclarece que os *hupomnêmata* não devem ser considerados como um simples suporte de memória e, embora possuam um caráter pessoal, não são diários ou narrativas de si, tampouco “[...] uma espécie de armário de lembranças, mas profundamente implantados na alma, *nela arquivados*” (FOUCAULT, 2006b, p. 148). O autor ressalta o objetivo dos *hupomnêmata*: “[...] fazer do recolhimento do logos fragmentário e transmitido pelo ensino, pela escuta ou pela leitura um meio para o estabelecimento de uma relação de si consigo mesmo tão adequada e perfeita quanto possível” (p. 149). Nesse caso, a escrita de si é também memória.

O mesmo filósofo trata da questão da correspondência, cujas reflexões subsidiam a análise do nosso *corpus*, formado de cartas escritas por mulheres internas. Assim, Foucault (2006b) traz à tona os pensamentos de Sêneca, mediante análise de suas cartas, e de início, o sentido de que ao mesmo tempo em que se escreve se lê, e assim, a carta age tanto em quem escreve quanto em quem lê; no primeiro (quem escreveu), pela escrita e leitura do que escreveu; no segundo (quem lê), pela leitura e releitura, assumindo, então, uma dupla função. Ademais, o filósofo Foucault (2006b) observa, a partir das cartas de Sêneca, distintas funções, tanto para quem escreve, quanto para aquele que recebe, esclarecendo que a correspondência não deve ser considerada um simples prolongamento dos *hupomnêmata*, pois constitui uma forma de se manifestar para si mesmo e para os outros, tornando o escritor presente para

aquele a quem envia. Em suma, a escrita de si é confissão, meditação, memória e relato para o outro.

Este capítulo tratou das noções de sujeito, identidade, representações imaginárias, discurso, interdiscurso, formação discursiva, relações de poder-saber, subjetividade e escrita de si; entretanto, os conceitos aqui discutidos são subsídios para a análise a partir de uma contínua (des)construção. As ideias aqui expostas não enrijecem um fio condutor imóvel, mas emergem enquanto parte dos múltiplos pontos aos quais buscamos ancorar nossa investigação; tampouco foram aqui descritos para serem considerados isoladamente, mas no/pelo conjunto sob o qual se realiza a análise.

Uma vez consideradas sob o jogo discursivo, que é atravessado por relações contraditórias, inconclusas, indefinidas e mutáveis, tratamos, pois, de delinear neste capítulo as noções aqui apresentadas na busca de situarmos os pressupostos básicos de nossa investigação, que, por sua vez, é pontuada enquanto constante (re)formulação e inacabadas considerações que se caracterizam como (des)construções. Todos esses pontos permeiam estruturas abertas, descentradas, movendo, então, rupturas e suscitando problematizações.

Passamos agora ao Capítulo 2, cujo intuito é abordar as condições de produção sob as quais esta pesquisa se constitui e para tanto, trazemos no primeiro tópico a contextualização da história das prisões em diferentes períodos até os dias atuais.

## CAPÍTULO 2: Condições de produção: o contexto prisional e as cartas das internas

Quando escrevo, escrevo por um impulso interior que me vem do insondável que cada um de nós traz consigo. Mas uma coisa eu digo a você: ontem nós falamos nas pessoas que ainda estão voltadas para o passado. E eu digo a você: não há ninguém que não faça sua volta ao passado ao escrever. Nós todos fazemos. Nós todos pertencemos ao passado. Todos nós. Queira ou não queira. É de uma forma instintiva. Nós todos estamos ligados muito mais aos nossos avós do que aos nossos pais (Cora Coralina – *Cora Política Coralina*, 1984).

### 2.1 Da história das prisões

Neste primeiro tópico, abordamos as diferentes formas de punição que se deram ao longo da história, em razão do nosso intento de apontar as relações de saber e poder nesse contexto, e assim, identificarmos as práticas e os discursos que ainda circulam na sociedade atual. Para tanto, baseamos nosso percurso na obra de Foucault (2012), a fim de analisar os variados métodos punitivos de cada época, bem como a constituição de um indivíduo tido enquanto criminoso.

Em sua obra *Vigiar e Punir*, Foucault (2012) trata do processo pelo qual, nos séculos XVII e XVIII, surgiram técnicas de poder direcionadas aos corpos dos indivíduos, no intuito de analisar, sobretudo, como se pune, e assim identificar o que e por que se pune, marcando na história da repressão a passagem da punição à vigilância. Nesse sentido, esse filósofo toma a prisão como objeto de análise, inaugurando seu “nascimento”, e esse estudo corresponde à emergência do problema penal não somente na França, mas igualmente na Itália, na Inglaterra e nos Estados Unidos.

Em sua obra, Foucault (2012) esclarece que o presente estudo obedece a quatro regras gerais: primeiro, referente ao estudo dos métodos punitivos tomados não unicamente em seus efeitos repressivos, mas a fim de “[...] recolocá-los na série completa dos efeitos positivos que eles podem induzir” (FOUCAULT, 2012, p. 26), considerando a punição como uma função social complexa; segundo, em relação à análise dos métodos punitivos como “técnicas que têm sua especificidade no campo mais geral dos outros processos de poder”, não os vendo somente como consequências de regras de direito; terceiro: não pretende tratar a história do direito penal e das ciências humanas separadamente, mas verificar um ponto em comum, observando se há um “processo de formação *epistemológico-jurídico*” (p. 27, grifos do autor)

e, dessa forma, a tecnologia do poder é colocada a par da humanização da penalidade e do conhecimento do homem; e, por fim, pretende verificar se “a entrada da alma no palco da justiça penal, e com ela a inserção na prática judiciária de todo um saber ‘científico’, não é o efeito de uma transformação na maneira como o próprio corpo é investido pelas relações de poder” (p. 27).

Na sequência, fizemos um breve escopo desse estudo, a fim de compreendermos de que forma as alterações no sistema penal emergem nos discursos analisados nesta pesquisa, bem como, em face de constituir o contexto ao qual investigamos, sendo um fator importante para as condições de produção.

Inicialmente, Foucault (2012) relata exemplos de suplício e utilização do tempo. No primeiro, nota-se a tortura e o sofrimento representados nos corpos dos condenados, que eram, ainda, esquartejados, podendo-se ouvir seus clamores de perdão a Deus. No segundo, o filósofo descreve o controle do tempo por meio de um regulamento de uma Casa de jovens detentos de Paris. O autor conclui que esses procedimentos não sancionavam os mesmos crimes, nem puniam o mesmo gênero de delinquentes, mas ressalta que, embora tenham sido praticados com diferença de menos de um século, definem um certo estilo penal.

Em sua análise, Foucault (2012) observa que, na época em que essas medidas eram tomadas, houve na Europa e nos Estados Unidos uma redistribuição da economia do castigo, e dentre essas modificações, há o desaparecimento dos suplícios, deixando o corpo de ser o alvo principal da repressão penal. Entretanto, o filósofo assinala que, embora haja o abandono dos suplícios, e que a relação “castigo-corpo” não seja equivalente, os sistemas penais modernos carregam ainda aspectos das penas físicas, como a reclusão, os trabalhos forçados, a interdição de domicílios, a deportação, pois se referem diretamente ao corpo. Podemos observar na análise, pelo dizer “*estou com saudades de todos, inclusive da minha liberdade*”, que o sofrimento se dá pela privação da liberdade e, nesse sentido, embora essa punição não seja uma tortura física, não deixa ainda de ser corpórea.

Em princípios do século XIX, o espetáculo da punição física desaparece consideravelmente, havendo uma mudança de objetivo na prática penal que modifica as definições das infrações, estipula uma hierarquia de gravidade e, ainda, nesse período, alguns crimes foram invalidados. Em alguns casos, são entendidos como um exercício de autoridade religiosa, por exemplo. Por outro lado, foram elaboradas técnicas para qualificar e transformar o comportamento do condenado. Nesse caso, as medidas tomadas “[...] não se destinam a sancionar a infração, mas a controlar o indivíduo, a neutralizar sua periculosidade, a modificar suas disposições criminosas” (FOUCAULT, 2012, p. 22). O objetivo da punição se dá pela

afirmativa: “é preciso punir exatamente o suficiente para impedir” (FOUCAULT, 2012, p. 90). A esse respeito, percebemos que nos dizeres das mulheres internas, analisados no Capítulo 3, esse sentido ainda é cristalizado nos dias atuais, pois elas se apresentam como arrependidas e transformadas.

Foucault (2012, p. 191) relata também a respeito do *Panóptico* de Bentham: “O Panóptico é uma máquina de dissociar o par ver-ser visto: no anel periférico, se é totalmente visto, sem nunca ver; na torre central, vê-se tudo, sem nunca ter visto”. Conforme observamos no terceiro capítulo, emergem sentidos nos dizeres das mulheres internas que tratam de um sujeito que é visto, mas não vê. Isso porque sabem que estão sendo vigiadas e controladas e, no sentido foucaultiano, “um olhar que vigia e que cada um, sentindo-o pesar sobre si mesmo, acabará por interiorizar a ponto de observar a si próprio” (FOUCAULT, 2010b, p. 116). Percebemos, contudo, que ainda que impedidas do contato exterior à Instituição, as mulheres internas consideram a escrita uma possibilidade de “fuga”, isto é, pela correspondência, elas conseguem sair desse lugar e “olhar” pelo exterior dos “muros” e “muralhas<sup>7</sup>”, conforme emerge neste dizer de uma delas: “*espero que esta ao atravessar estas muralhas possa te encontrar bem e com saúde*”.

A respeito da disciplina, Foucault (2012, p. 134) diz que ela fabrica corpos dóceis e “[...] estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada”. O filósofo relata que esse intuito foi um fracasso, pois longe de transformar os criminosos, as prisões os fabricam ou os aperfeiçoam e, traz, então, a constatação de que “não diminuem a taxa de criminalidade: pode-se aumentá-las, multiplicá-las ou transformá-las, a quantidade de crimes e de criminosos permanece estável, ou, ainda pior, aumenta”. (FOUCAULT, 2012, p. 251).

Assim, a análise no terceiro capítulo mostra, a esse respeito, que ainda que as internas se posicionem como arrependidas e transformadas, essa postura constitui um discurso de estratégia, pois conforme informações recebidas dos dirigentes do Estabelecimento Penal há casos de reincidência, bem como, casos em que as internas declaram não assumir uma nova postura. Também na análise, vimos que para essas mulheres internas a prisão constitui o “pagamento de sua dívida”, e, portanto, estão ali para cumprir o que foi sentenciado por uma relação de poder, como no dizer: “*Comigo tô, indo na medida do possível esperando os dias e as noites passar, para pagar logo o que devo a justiça e ir cuidar da minha vida*”.

---

<sup>7</sup> As expressões em destaque foram retiradas das cartas das mulheres internas.

Esses dizeres (re)afirmam a possível utopia de recuperação idealizada pelos sistemas prisionais, fortalecida por uma ideologia que se arraiga em épocas passadas, mas que se estende aos dias atuais. Discursos recentes ainda se prendem à ideia de transformação dos indivíduos, bem como da separação de sujeitos “anormais” do convívio social. Em matéria publicada – *Em busca da segunda chance* – a Revista Veja São Paulo (2011, p. 39) discorre a respeito de menores infratores e os procedimentos de recuperação realizados pela Fundação Casa nesse período. Interessa aqui observar a opinião de um promotor sobre os procedimentos de encaminhamento para a Fundação: “É preciso separar o joio do trigo: os que estão na bandidagem e os que agiram por rebeldia”. Percebe-se nesse discurso que a opinião desse promotor (re)acende a questão do indivíduo a ser corrigido; para isso, é considerado como um mau elemento e, via de regra, não deve viver em sociedade.

Em sua dissertação de Mestrado, Scurciatto (2007) investiga *A construção da verdade e a constituição do sujeito em casos de violência sexual contra adolescentes do sexo feminino*, e constata, ao final, que em se tratando dos acusados por violência sexual, a conduta moral e social desses indivíduos é que os determina, isto é, pelo modo como agem em sociedade, sua “anormalidade” o lança no “rol dos culpados”. Nesse sentido, a pesquisadora observa em sua análise que o indivíduo será julgado culpado se, pela sua representação, for considerado como um “mal para a sociedade”. Assim, problematiza a questão de que um indivíduo não é julgado somente pelo seu crime, pelo mal que causa a alguém, mas pela sua periculosidade e, diante disso, precisa ser controlado.

A esse respeito, Foucault (2006c) discute a noção de “indivíduo perigoso”, declarando que a punição não tem somente enquanto finalidade punir um sujeito de direito, que voluntariamente infringiu a lei, mas “ela terá o papel de diminuir, na medida do possível – seja pela eliminação, pela exclusão, por restrições diversas, ou ainda por medidas terapêuticas –, o risco de criminalidade representado pelo indivíduo em questão”. Assim, percebemos que essa noção de “indivíduo perigoso” encontra-se presente ainda nos dias atuais, com discursos como os já apresentados: “separar o joio do trigo”, visão de uma autoridade atual, bem como pela investigação de Scurciatto (2007), em que a construção da verdade, em busca de uma conduta moral, é o que condena ou absolve o réu.

Observamos também em alguns momentos da entrevista já citada trechos que se referem à mulher por uma postura diferenciada: “mulher é mais trabalhosa porque...é...é...eu não sei se tem essa questão hormonal ...se isso é fato ou se não é...”, “então...você coloca num ambiente desse...aí vem a TPM, aí vem o processo que tá...tá...tá esperando resposta...enfim, junta isso tudo...tem dia que é...é...difícil pra você é...administrar...” e “elas

*assim...escrevem muito....mulher inclusive escreve muito mais que homem...*”. Esses trechos se referem a momentos da entrevista em que perguntamos sobre indisciplina e escrita das cartas e nesse discurso, emerge a observação de um dirigente que já trabalhou em um Presídio Masculino, o que lhe possibilita comparar os dois contextos.

Quisemos ressaltar esses trechos em face da representação da mulher inserida no crime e, assim, tecer alguns fios de identificação à investigação feita por Barcinski (2009). Nesse estudo, a pesquisadora aborda inicialmente o cenário da criminalidade feminina e o interesse acadêmico pelo tema. Há um ponto importante de sua investigação em que discute acerca das explicações tradicionais para a diferença nas taxas de criminalidade feminina e masculina, dizendo que estas se baseiam “[...] na imagem da mulher como naturalmente dócil, passiva e menos suscetível à prática de comportamentos violentos” (BARCINSKI, 2009, p. 578); assim, os crimes são justificados por meio de uma desumanização da mulher criminosa.

Assim, Barcinski (2009) reflete que, pela obviedade da influência masculina na iniciação de mulheres no crime, o envolvimento delas com seus parceiros é o ponto fundamental para que a participação feminina continue a ser pensada de forma passiva. Nesse sentido, as mulheres são vistas prioritariamente enquanto vitimizadas, sendo seu protagonismo e intencionalidade ignorados: “[...] sua participação absolutamente involuntária é resultado da opressão, do medo e da falta de opção” (BARCINSKI, 2009, p. 578). Conforme discute a autora, isso faz com que a representação das mulheres no crime fique limitada a uma postura de submissão, pois elas são vistas como dependentes do homem – criminoso, na maioria das vezes –, que tem autonomia para assumir seus crimes. Assim, a mulher torna-se vítima do seu parceiro.

No Capítulo 3, comentamos nossa constatação de que, por vezes, as mulheres internas se apropriam desses discursos cristalizados para justificar seus crimes, posicionando-se enquanto vítimas de relacionamentos amorosos e decepções. As internas buscam, assim, minimizar sua intencionalidade e seu protagonismo pela representação que a mulher tem em sociedade. Há também a tentativa de manter essa representação perante o outro, uma vez que elas pedem que continuem a serem vistas enquanto mulher, mãe, esposa e, nesse sentido, essa representação está fortemente ligada à docilidade e/ou passividade enquanto característica de seu gênero.

É pertinente estabelecermos, aqui, um ponto de reflexão sobre a atual situação (e representação) de sujeitos em privação de liberdade, o que, todavia, não exclui o já-dito que a atravessa; pelo contrário, isso a constitui.

Achugar (2006, p. 93), quando reflete acerca do lugar do metropolitano e do lugar da periferia, diz que: “[...] a reflexão a partir da periferia, então, está atravessada por múltiplos pressupostos e estereótipos que geram várias atitudes. Olhar de fora serve; olhar de dentro, também. O que não serve é olhar só de fora ou só a partir da região”. Estendemos essa situação ao contexto da prisão, em que os sujeitos ficam também marcados pelo lugar que ocupam, pois os estereótipos são cristalizados pelo olhar que vem “de fora”. Assim, ocupam um lugar de exclusão.

Tal exclusão corrobora a discussão de Duarte (2013, p. 64), que trata da diferença entre justiça ou vingança mediada pela punição, pontuando que “[...] a vingança é a punição pelas próprias mãos, enquanto a justiça é a punição executada por intermédio de uma instituição responsável”. Logo, segundo essa ideia, as punições devem ser equivalentes ao crime ou ao dano cometido. Desse modo, quando há punição excessiva à proposta pela sentença, impossibilitando que haja reabilitação e (re)integração social, essa punição não constitui justiça, mas injustiça. A pesquisadora, entre outros aspectos, discute a precariedade do sistema prisional brasileiro e a visão que a sociedade tem dos criminosos, citando inclusive, o massacre do Carandiru, onde “grande parte da sociedade celebrou enfaticamente a morte dos detentos” (DUARTE, 2013, p. 70).

A partir de tais considerações, questionamos a posição da interna perante a sociedade: de um lado, o sujeito que escreve se vê com uma dívida a pagar; do outro, a sociedade clama para que a justiça seja feita, considerando, muitas vezes, o sistema prisional falho; esses fatores, portanto, enrijecem a “não aceitação” desses sujeitos em sociedade.

Assim, (re)integrar, significando integrar novamente, prevê um sentido que é comumente camuflado, o da exclusão, pois o prefixo “re” em “integrar” sugere a ideia de inclusão social; no entanto, quem deve ser incluído, é porque está excluído. Nesse sentido, “a dialética inclusão/exclusão gesta subjetividades específicas que vão desde o sentir-se incluído até o sentir-se discriminado ou revoltado” (SAWAIA, 2001, p. 9).

Em razão de no eixo três do Capítulo 3, notarmos a recorrência da exclusão, a partir do “lugar” que as mulheres internas ocupam, problematizamos, a seguir, a noção de lugar, uma vez que essa questão atravessa o discurso dessas mulheres pela memória que a prisão carrega.

Assim, a respeito da noção de “espaço como lugar”, trazemos a preocupação de Reis (2011) que, ao investigar em seu doutoramento o ensino-aprendizagem do inglês em uma Unidade Socioeducativa para adolescentes infratores, compreende que a relação que se dá entre o espaço e a memória que atravessa os dizeres e ações dos sujeitos de sua pesquisa é

primordial para analisar os discursos. Aqui, consideramos que a memória<sup>8</sup> constitui o discurso das mulheres internas e tem relação não estritamente aos limites da cela que esses sujeitos ocupam, nem tão somente à Instituição Presídio, mas aos efeitos de sentido que atravessam seu discurso, uma vez que este é perpassado pelo lugar de onde falam, que passa a representá-lhes. Logo, a nomeação dessas mulheres como “internas”, “presas”, “detentas”, entre outras, carrega sentidos que vão além de referências nominais, pois são atribuídas pelo lugar que esses sujeitos ocupam em sociedade: um lugar de exclusão.

Entre outros pontos que Reis (2011) aborda na referida questão, compartilhamos, em especial, do momento em que a pesquisadora parte do conceito desenvolvido por Foucault (2012) acerca da noção de espaço. A esse respeito, o filósofo diz que, no século XIX, a lepra suscitou modelos de exclusão, onde aos leprosos foi aplicado um espaço excludente; já a peste, suscitou esquemas disciplinares. O filósofo explica que ao tratar os leprosos como pestilentos, os processos de individualização marcavam exclusões, e pelo poder disciplinar regularizou-se, desde o começo desse século, o asilo psiquiátrico, a penitenciária, a casa de correção, o estabelecimento de educação vigiada, entre outros.

Nesse sentido, essas Instituições funcionaram duplamente, isto é, pela “[...] divisão binária e da marcação (louco-não louco; perigoso-inofensivo; normal-anormal)”, bem como pela “determinação coercitiva, da repartição referencial (quem ele é; onde deve estar; como caracterizá-lo, como reconhecê-lo; como exercer poder sobre ele, de maneira individual, uma vigilância constante, etc)” (FOUCAULT, 2012, p. 189). Esses controles disciplinares fizeram funcionar os mecanismos dualistas da exclusão. Assim, as regularidades discursivas que apontam a prisão como um lugar de exclusão são atravessadas pelo já-dito, que traz à baila o sentido de que nesse espaço encontram-se sujeitos privados de liberdade porque são considerados anormais, e que, sobretudo, precisam ser corrigidos e transformados.

Arendt (2010, p. 61) discute acerca do que constitui o domínio público e o privado. Sobre o primeiro, ela explica que “[...] tudo o que aparece em público pode ser visto e ouvido por todos”, por isso, para nós, o que é “visto e ouvido” por nós e pelos outros é o que constitui a realidade. Sobre a esfera privada, discute que “estar privado da realidade advém do fato de ser visto e ouvido por outros” (ARENDR, 2010, p. 61), logo, esse domínio está atrelado ao fato de “ligar-se e separar-se” de um mundo que possibilita coisas em comum.

---

<sup>8</sup> Esclarecemos que a noção de memória que aqui consideramos é a de “memória discursiva” que, conforme explica Orlandi (2012), é pensada em relação ao discurso e, nesse caso, tudo o que já foi dito sobre prisão, bem como todos os sentidos já ditos em lugares, momentos e por pessoas distintas, significam no discurso das mulheres internas.

Em se tratando de mulheres internas, há que se problematizar também, questões que envolvem a prisão feminina. Para tanto, trazemos Simões (2013), que trata da invisibilidade das mulheres internas em Centros Penitenciários femininos no Brasil a partir de um estudo que aborda a problemática de terem seus filhos junto delas. A autora retrata as especificidades da prisão feminina e, em sua pesquisa, teve como base dados de outros países, o que diferencia seu trabalho. Tomando enquanto justificativa de seu estudo o aumento da população carcerária feminina brasileira, que de 2000 a 2010 triplicou, Simões (2013), entre outros pontos, atenta para a questão de que o Sistema Penitenciário mantém enquanto referência para a formulação de suas normas, um modelo “masculino” que, por conseguinte, desconsidera as mulheres. Isso porque é formulado a partir das necessidades dos homens.

Baseada em estatísticas de diferentes penitenciárias, a autora constata que, em comparação aos homens, o comportamento das mulheres presas é, em sua maioria, menos tolerado pelos agentes e, por isso, têm mais sanções disciplinares, o que contraria a opinião geral – da sociedade – de que a incidência da violência é maior nas prisões masculinas. Todavia, ao problematizar essa questão, a mesma autora relata que as pautas de comportamento das mulheres presas são menos toleradas por dois motivos:

[...] por um lado, as concepções dos agentes penitenciários estão impregnadas de explicações machistas sobre a mulher presa e por outro lado, a ideologia e as práticas sociais discriminatórias nos cárceres de mulheres exigem alguns padrões de comportamento mais exigentes para as mulheres do que para os homens. (SIMÕES, 2013, p. 34)

Desse modo, é pertinente pensarmos na questão da (in)visibilidade sob a qual sujeitos em privação de liberdade se constituem. Nessa óptica, somos impulsionados a refletir: que sujeitos são esses e que sociedade é essa? Torna-se relevante discutir que, embora a sociedade tenha a impressão de que somente os que estão em privação de liberdade são controlados, esses mesmos mecanismos de controle determinam como deve ser o sujeito fora da prisão. Isso porque, no primeiro espaço – prisão –, tem-se um sujeito que deve ser recuperado, uma vez que busca “moldar” igualitariamente o que é singular; no segundo – sociedade –, os sujeitos devem agir conforme estipula a lei, a fim de “poderem” viver em liberdade.

Na sequência, tratamos do Regimento Interno e das atribuições do Estabelecimento Penal Feminino de Três Lagoas – MS.

## 2.2 Sobre o Estabelecimento Penal Feminino de Três Lagoas – MS: Regimento Interno

Neste tópico, a fim de complementar as condições de produção desta pesquisa, seguimos com informações que dizem respeito às normas e ao Regimento Interno do Estabelecimento Penal Feminino de Três Lagoas – MS. Inseridos nesse contexto prisional, cabe ressaltar que Foucault (2012), em sua obra *Vigiar e Punir*, desenvolveu um estudo científico, criteriosamente documentado, acerca da evolução histórica da legislação penal e dos métodos punitivos, desde os séculos passados até as atuais Instituições de correção. A esse respeito, tratamos mais detalhadamente no primeiro tópico deste capítulo, valendo-nos, nesse momento, das informações obtidas em questionário (ver anexos) e entrevista junto a dirigentes da Instituição Penal mencionada, a fim de contextualizarmos nossa investigação.

Nas respostas ao questionário aplicado, um dos dirigentes da Instituição informou, inicialmente, que essa Unidade, específica para custódia de mulheres, foi inaugurada em outubro do ano de 2004, com capacidade prevista para cinquenta e seis vagas. Todavia, no momento da pesquisa, eram custodiadas oitenta e cinco internas. Quanto à faixa etária, segundo informação recebida, ela é variada, abrangendo meninas de dezoito anos até senhoras de sessenta, sendo que a incidência maior é de mulheres na faixa dos trinta anos e, em geral, de classe econômica baixa.

Antes de passarmos às ações de recuperação da Instituição, cabe mencionar o que diz Foucault (2012, p. 217) ao refletir que a “forma-prisão” se constituiu fora do aparelho judiciário, quando foram elaborados por todo o corpo social, processos que pudessem “[...] repartir os indivíduos, fixá-los e distribuí-los espacialmente, classificá-los, tirar deles o máximo de tempo e o máximo de forças, treinar seus corpos, codificar seu comportamento contínuo”. Informações levantadas nesta pesquisa atestam que as medidas tomadas no Estabelecimento Penal Feminino são alternativas e incluem educação, trabalho, religião e palestras que visem à recuperação das mulheres internas. Essas são atividades cotidianas.

No que se refere a medidas de recuperação, há no Estabelecimento Penal assistência religiosa oferecida todos os sábados, sendo ela variada: evangélica, espírita, católica, apesar de quase 80% (oitenta por cento) das internas se declararem evangélicas. Os dirigentes nos informaram, ainda, que há casos de mulheres que chegam à Instituição sem nenhuma religião, mas depois de um período acabam se envolvendo com as práticas religiosas, de modo bem firme e mediante assídua participação. Essas atividades são desenvolvidas na Unidade, no próprio corredor de convivência, de frente às celas, por falta de um local específico.

Informaram-nos, ainda, os dirigentes, que é oferecida a educação formal da EJA (Educação de Jovens e Adultos) e também cursos profissionalizantes, embora muitas mulheres internas apresentem resistência em aderir a essas atividades, ainda que possam, por meio delas, obter remição de pena. A esse respeito, há para cada três dias trabalhados e/ou estudados a diminuição de um dia de pena. Esse fato também emerge na escrita das mulheres internas, como em: *“já estou trabalhando na Horta para ganhar remição”*. Nesse sentido, percebemos que, pelo trabalho exercido, as internas se veem com uma dívida a pagar, sendo necessário que trabalhem para ganhar o direito à remição.

Em relação ao trabalho remunerado, o dirigente nos informa que algumas empresas da cidade mantêm uma parceria, como, por exemplo, no setor de alimentação, em que há seis internas trabalhando na cozinha. Há, ainda, uma empresa de costura que emprega mais seis internas, uma de cadeiras de fio, dez internas e, ainda, uma empresa que trabalha com componentes de freezer empregando doze internas. Informa também o dirigente que as mulheres internas recebem três quartos do salário mínimo previsto pela legislação e mais uma cesta básica.

No que tange ao Regimento Interno que estabelece um controle das atividades, convém novamente citar Foucault (2012), que examina de que modo os controles disciplinares de atividades agem sobre os corpos, exigindo comportamentos e condições de funcionamento específicos e requerendo que o corpo “seja dócil até em suas mínimas operações” (FOUCAULT, 2012, p. 150).

Na entrevista, o dirigente nos relatou sobre os procedimentos de controle existentes no Estabelecimento Penal, dentre os quais estão os dias e horários determinados para as visitas, que podem ser feitas aos domingos, do meio-dia às dezesseis horas, sendo necessário que o visitante tenha um cadastro prévio no Patronato, que é uma outra Unidade responsável por acompanhar o cumprimento de livramento condicional, bem como por realizar esse cadastro de visitantes.

As visitas são sempre supervisionadas, e se dão no solário, denominação dada ao pátio aberto, local onde as internas se expõem ao sol. São permitidas somente visitas de familiares: pai, mãe, filhos e, no caso de marido, deve haver uma comprovação. Nesse aspecto, é interessante observar que há esse controle pelo fato de alguns homens se identificarem enquanto maridos; na verdade, não o são, e ainda pelo fato de que, ao se corresponderem por cartas com uma interna, posicionam-se enquanto casados, o que pode ressaltar, aqui, uma função social que atribuem à escrita.

O Regimento Interno não prevê saídas temporárias; esse direito somente está previsto para o semiaberto e, no caso, o Estabelecimento Penal se dá em regime fechado. Em referência à reincidência criminal, 15% (quinze por cento) das internas voltam a cumprir pena por envolvimento em novo delito. Cabe, aqui, destacar a reflexão de Foucault (2012, p. 251) pela historicidade que faz acerca da prisão, dizendo que críticas foram feitas nos anos de 1820-1845, e que se repetem hoje, quase sem mudanças: “[...] a detenção provoca a reincidência; depois de sair da prisão, têm-se mais chance que antes de voltar para ela, os condenados são, em proporção considerável, antigos detentos”.

Por fim, em relação a possíveis atos de indisciplina, o Regimento Interno desta Instituição prevê, a princípio, medidas mais brandas. E, caso as envolvidas fiquem na mesma cela ou solário, são elas separadas a fim de evitar problemas maiores. Se a ocorrência for mais grave, as envolvidas são mandadas para o isolamento, uma cela onde elas ficam sozinhas durante alguns dias. Essa cela tem por volta de três metros quadrados e a interna não tem acesso à televisão, rádio, tendo somente à disposição uma cama, um vaso sanitário e um chuveiro. Recebe alimentação normalmente, sem, contudo, usufruir da cantina da Instituição, passando a ficar ali sozinha, sem contato com outras internas, salvo em ocorrência de falta disciplinar que envolva mais que uma pessoa. O dirigente esclareceu que algumas faltas disciplinares são inquestionáveis, como: porte de celular, envolvimento com droga, agressão. Nesses casos, a medida imediata é o encaminhamento a essa cela de isolamento. O Regimento Interno prevê que o tempo máximo para esse isolamento é de trinta dias. Em casos de maior agravante, é necessária uma medida de transferência para outra cidade.

Ressaltamos, aqui, o que observa Foucault (2012, p. 223) sobre as medidas de isolamento praticadas nos reformatórios integrais, quando diz que “a solidão deve ser um instrumento positivo de reforma. Pela reflexão que suscita, e pelo remorso que não pode deixar de chegar”. No Capítulo 3, percebemos que essa ideologia continua a atravessar os dias atuais, pois as mulheres internas representam-se, muitas vezes, em situações de solidão e reflexão quanto aos crimes cometidos, chegando, por vezes, a se posicionarem como arrependidas, como em “*já andei por caminhos errantes, mas me regenerarei*” (frase de uma das internas).

Passamos agora, aos procedimentos metodológicos desta pesquisa, onde consta no próximo tópico, o modo de constituição do *corpus* aqui analisado.

### 2.3 Sobre as cartas das internas: a constituição do *corpus*

Esta pesquisa, conforme já citado, situa-se na perspectiva teórica da Análise do Discurso, especificamente, de linha francesa. A análise não se limita, portanto, à superfície linguística, mas considera a exterioridade discursiva, isto é, o discurso atravessado por aspectos sócio-históricos. Por questão metodológica, tecemos nesse momento algumas considerações sobre a noção de condições de produção e, posteriormente, sobre a constituição do *corpus* desta pesquisa.

Vale aqui ressaltar que as condições de produção perpassam a significação dos discursos, e, por isso, nos dois tópicos anteriores abordamos a história das prisões, uma vez que esta envolve aspectos sociais e históricos pertinentes à nossa investigação, e ainda, o Regimento Interno do Estabelecimento Penal Feminino de Três Lagoas – MS, contexto ao qual estamos inseridos.

Na esteira do que diz Orlandi (2012), para as condições de produção há o sentido estrito, que é o contexto imediato da enunciação e, por outro lado, o sentido amplo, em que os contextos sócio-histórico e ideológico são inclusos. Nesta pesquisa, o contexto imediato compreende: a) o Estabelecimento Penal Feminino de Três Lagoas – MS, local de onde as mulheres internas escrevem suas cartas; b) os sujeitos que escrevem as cartas (mulheres internas); c) o fato de que a escrita é realizada dentro da Instituição citada, em privação de liberdade, não em outro lugar qualquer.

Considerando o contexto amplo, estão envolvidas questões relacionadas ao modo como os sistemas prisionais organizam o poder, bem como, a forma como as autoridades e a sociedade representam os sujeitos que cometem crimes. Por fim, cabe ressaltar, ainda, as formas pelas quais as punições se constituíram ao longo da história na repressão da delinquência, (re)lembrando que a sociedade e as autoridades buscaram lidar, em diferentes épocas, com a criminalidade. Como veremos no Capítulo 3, o modo como as mulheres se constituem e se representam é atravessado por esses discursos cristalizados, como no dizer: “*cadeia e cadeia só muda de endereço*”.

Ainda a respeito da noção de condições de produção, Cardoso (1999) explica que a produção de discursos envolve certas condições, e também está inserido nesse contexto o quadro das instituições em que é produzido o discurso, formado por família, escola, igreja, sindicato, política, entre outras representações sociais. Aqui, pelas condições de produção podemos considerar o Estabelecimento Penal enquanto uma Instituição que representa um lugar em sociedade e que constitui o discurso dos sujeitos analisados. Como veremos adiante,

o discurso das mulheres internas é atravessado pelo lugar que ocupam e por representações que as colocam num lugar de exclusão, como no seguinte dizer de uma dessas mulheres: “*no lugar que me encontro não tenho motivos para estar feliz*”.

Cabe aqui lembrar que as reflexões desta pesquisa são fundamentadas no método arqueogenealógico desenvolvido pelo filósofo Michel Foucault, o que suscita algumas considerações, conforme segue.

Em sua obra, Foucault (1988) analisa a formação do saber (sobre o sexo) em termos de poder, que para ele, não se resume a Instituições, aparelhos do Estado, sujeição, sistemas de dominação ou soberania. Pelo contrário, o filósofo entende o poder pela multiplicidade de relações que o constitui, onde há um jogo de estratégias que permitem seu exercício, que por sua vez, não é centralizado, localizado, instável. Para Foucault, o poder está em toda parte porque provém de todos os lugares e se dá por relações tensas e móveis, atreladas à exterioridade de outras relações – econômicas, sexuais, entre outras. Um ponto que marca seu pensamento é o de que não existe poder sem resistência, que, por constituí-lo, ocorre por uma rede de mecanismos que transitam em pontos móveis e, por isso, pode provocar rupturas que suscitam deslocamentos e reagrupamentos que, por sua vez, remodelam indivíduos.

Veiga-Neto (2007, p. 38) chama-nos à atenção para o fato de que não há, nas fases de Foucault, o encerramento de uma teoria e um conjunto de técnicas independentes uma da outra, assinalando: “[...] ao invés de separação entre elas, o que se observa claramente é uma sucessiva incorporação de uma pela outra, num alargamento de problematizações e respectivas maneiras de trabalhá-las”.

Assim, em sua fase arqueológica, na obra *A Arqueologia do Saber*, Foucault (2007) dá indícios de que seu método de investigação se dá a partir da análise de enunciados, no intuito de compreender o “como” e, por conseguinte, o “porquê” de sua emergência. Nesse estudo, a preocupação maior do filósofo é compreender as condições de possibilidade dos discursos, isto é, as formações discursivas que os atravessam, compreendendo o que os torna possível e, ainda, o que permite que eles sejam aceitos como verdadeiros em um lugar e não em outros. Esse filósofo pretende, ainda, descrever as regras que dirigem os discursos e investigar de que modo produzem os objetos dos quais falam, e que, longe de tratá-los (discursos) apenas como conjuntos de signos pretende, sobretudo, analisá-los mediante suas práticas: “[...] certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse *mais* que os torna irredutíveis à língua e ao ato de fala. É esse ‘mais’ que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever” (FOUCAULT, 2007, p. 55, grifos do autor).

Trazemos também aqui as considerações de Gregolin (2004, p. 71, grifos da autora) na tentativa de elucidar essa reflexão: “[...] o *método arqueológico* envolve a escavação, a restauração e a exposição de discursos, a fim de enxergar a positividade do saber em um determinado momento histórico”. Nos termos foucaultianos, positividade refere-se à análise discursiva dos saberes sob um ponto de vista arqueológico, bem como à verificação das condições de exercício que constituem uma determinada função enunciativa (CASTRO, 2009). Assim, com base nos pressupostos foucaultianos, na análise, buscamos identificar as formações discursivas que regem os discursos, via escrita de si, nas cartas das mulheres internas, de tal modo que possamos compreender quais efeitos de sentido produzem esses discursos no contexto em que são enunciados.

Em relação à genealogia, Veiga-Neto (2007) explica que as análises foucaultianas continuam a abordar os saberes, todavia, de forma diferente da arqueologia, pois os discursos são ainda lidos e analisados, mas pela constante de mantê-los com as práticas de poder. Nesse aspecto, a genealogia, segundo Foucault (2010a, p. 10), surge como uma “insurreição dos saberes” que, a seu ver, não se põe contrária aos conteúdos, métodos ou aos conceitos de uma ciência, mas como “[...] uma insurreição sobretudo e acima de tudo contra os efeitos centralizadores de poder que são vinculados à instituição e ao funcionamento de um discurso científico organizado no interior de uma sociedade como a nossa”.

Logo, a genealogia é necessária não somente para conhecer o passado, mas também para compreender como os discursos, no presente, significam através da história, uma vez que carregam verdades questionáveis que se constituíram por relações de poder. Nesse sentido, valemo-nos aqui da referência que Veiga-Neto (2007) faz pela via do pensamento foucaultiano, no momento em que o filósofo diz que a genealogia é cinza e trabalha com pergaminhos embaralhados, riscados e várias vezes reescritos, a fim de capturar o poder em suas variadas ações.

Desse modo, Foucault (1979, p. 172) descreve o que para ele constitui a genealogia: “[...] enquanto a arqueologia é o método próprio à análise da discursividade local, a genealogia é a tática que, a partir da discursividade local assim descrita, ativa os saberes libertos da sujeição que emergem desta discursividade”. Nesse aspecto, trazemos ao longo desta pesquisa diferentes discursos que se referem a sujeitos em situação de privação da liberdade e que, por sua vez, são atravessados por distintos momentos históricos. Contudo, não constitui nosso objetivo discutir o surgimento nem a origem desses discursos, tampouco descrevê-los sob uma continuidade histórica, mas, em especial e, segundo a perspectiva foucaultiana, analisá-los na relação entre poder e discurso.

Partindo das premissas de que “[...] como a arqueologia, a genealogia não acredita nem nas essências fixas, nem em leis universais”; ambas “[...] põem em evidência as rupturas onde se pensava haver continuidades”; e, ainda, “[...] ambas desconfiam dos discursos unitários, generalizantes e emblemáticos” (VEIGA-NETO, 2007, p. 62-63), pretendemos, pela *arqueogenealogia*, descrever as regularidades na escrita dos sujeitos em questão, para, assim, discutir de que forma o discurso das mulheres internas remonta o passado, isto é, quais os efeitos de sentido que produzem seu aparecimento. Há de se considerar que o discurso se constitui nas/pelas relações de poder que se deram ao longo da história e que, assim, possibilita(m)(ram) sua emergência.

Quanto aos procedimentos metodológicos desta pesquisa, cumpre informar que, para acesso às cartas, encaminhamos à referida Instituição Penal, em dezembro de 2012, uma proposta de desenvolvimento desta investigação, ao que as autoridades responsáveis responderam positivamente. Em seguida, foram entregues o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, bem como uma cópia de nosso projeto de pesquisa (para ciência e esclarecimento dos objetivos pretendidos). Cabe esclarecer, aqui, que nossa pesquisa se focaliza somente na análise das cartas, não tendo havido qualquer contato pessoal ou entrevista com as mulheres internas que as escreveram.

Esclarecemos ainda que, cientes de nosso trabalho investigativo e, após concordarem com nossa proposta, os dirigentes do Estabelecimento Penal nos orientaram quanto aos procedimentos para a obtenção das cartas. Desse modo, após informarem que os dias de entrada e/ou saída das cartas seriam nas terças e quintas-feiras, os dirigentes assumiram o compromisso de nos fornecerem as correspondências. Para tanto, nos dias de saída, após passarem pela etapa interna de leitura e censura (termos utilizados pelos dirigentes da Instituição)<sup>9</sup> das cartas, um dos responsáveis xerocopiava, aleatoriamente, algumas cartas.

---

<sup>9</sup> Em entrevista concedida no dia 07/05/2013, um dos dirigentes da Instituição respondeu sobre os critérios que autorizam entrada e/ou saída das cartas: “Tem é umas...é...não...tem...algumas cartas que...que assim é...palavrão acho que essas coisas é...não é entra...assim...algumas...é...apologias a droga...essas coisas assim cê procura evita...a gente não entrega...mas assim...geralmente não tem...aqui não...”. Outro dirigente entrevistado respondeu dizendo que há normas estabelecidas como padrão: “é...o que a gente busca na verdade é...é assim...é...a orientação é pra ver se não tem nenhum planejamento de qual quer coisa ilícita, por exemplo...há muito tempo atrás, eles já pegaram...não aqui, mas às vezes...é...a pessoa combinando uma fuga, que vai esperar em tal lugar...alguma organização nesse sentido...hoje com a existência de aparelho celular dentro do presídio, que é ilegal também, mas a gente muitas vezes não consegue evitar, por mais que a gente trabalhe pra tirar, eles trabalham pra colocar, isso até não...não acontece mais nas cartas, porque se for combinar qualquer coisa dessa natureza imagino que faça pelo telefone, não pela correspondência, até porque...sabem que passa por essa censura...então se for alguma coisa nesse sentido e...pornografia...porque hoje, por exemplo, o problema que a gente observa é isso assim, é muito...começa lá um...engata um namoro e aí começa a fazer toda...tudo o que você imaginar de relação sexual elas vão transcrevendo...então isso é uma coisa que a gente não...não autoriza...[...] e ameaça também...porque às vezes acontece de na própria correspondência tá lá...pega fulana...e acerta as conta...e enfim...esse tipo de...de texto...que...é censurado...não pode...”

Importante observar que, numa das visitas, um dos dirigentes perguntou-nos sob qual assunto pretendíamos analisar a escrita das mulheres internas. Notamos sua preocupação em fornecer-nos cartas sobre um assunto específico, previamente selecionado por nós. Entretanto, esclarecemos que esse não foi nosso critério de escolha, ressaltando, entretanto, que a escolha das cartas não foi aleatória, mas em conformidade com os objetivos desta pesquisa.

Assim, a primeira coleta de cartas foi realizada no mês de dezembro de 2012 e esse procedimento estendeu-se até o mês de maio de 2013. Na primeira coleta, observamos que cinco cartas eram, na realidade, bilhetes direcionados à diretoria do Estabelecimento Penal; quatro cartas não foram escritas por internas, mas sim, enviadas por companheiros; uma carta era, especificamente, um bilhete enviado para uma interna. Cabe esclarecer que foram coletadas sessenta e oito cartas, porém, cinquenta e oito cartas totalizaram o *corpus* consultado, do qual selecionamos catorze recortes para análise, sendo então, as dez cartas citadas excluídas. Esse critério está especificado no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido em anexo, onde ressaltamos que não serão analisadas cartas descartadas após análise inicial.

Ao longo desse período descrito, passando pelo envio da proposta de desenvolvimento dessa pesquisa, pela coleta de dados e por visitas ao Estabelecimento Penal, mantivemos contatos necessários com alguns dirigentes responsáveis por essa Instituição, e que, por questão de sigilo, não mencionaremos. Entretanto, fizemos aqui um breve relato de como ocorreram esses contatos no decorrer da constituição do *corpus*.

No início dos contatos com os dirigentes da Instituição, agendamos antecipadamente uma visita para a retirada do Termo de Consentimento, que já estava assinado pelos devidos responsáveis. No dia 12 de abril de 2013, realizamos nossa primeira visita à Instituição. Nesse dia, quando chegamos ao local, o responsável pela entrada e/ou saída de pessoas nesse Estabelecimento pediu nossa identificação, ao que respondemos que havíamos agendado essa visita, bem como tivemos que declarar a qual Instituição pertencemos. Após comunicar nossa chegada às autoridades responsáveis, o portão foi aberto. Por procedimentos de segurança, um registro é feito na entrada e conferido na saída: nome, documento pessoal e, obrigatoriamente, caso esteja portando celular, esse deve ficar desligado e junto a esse cadastro, podendo ser retirado somente na saída. Essas medidas de segurança foram realizadas em todas as vezes que estivemos nesse local. Após esse procedimento, esse funcionário levou-nos à sala da autoridade responsável, onde em conversa rápida, pudemos ter em mãos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, devidamente assinado.

Antecipadamente agendada, no dia 07 de maio de 2013, realizamos uma entrevista<sup>10</sup> com alguns dirigentes, com a finalidade de compreender o Regimento Interno da Instituição, em especial, como as cartas entram e saem do Estabelecimento Penal, quais os critérios para sua autorização e ainda, outros pontos que já foram abordados no segundo tópico. Essas informações foram fatores relevantes das condições de produção, pois as informações obtidas são constantemente observadas na análise desenvolvida no Capítulo 3. Ainda nesse dia, entregamos um questionário com alguns tópicos que abordam sobre o Regimento Interno e os procedimentos citados, o que possibilitou que entendêssemos o funcionamento da Instituição. Por fim, a terceira visita realizada foi no dia 10 de maio de 2013, dia em que havíamos combinado a retirada do terceiro envelope de cartas, mas, entretanto, não chegamos a entrar no Estabelecimento Penal, pois os responsáveis não estavam no local, sendo essas cartas enviadas a nós, em outro dia.

Sobre o procedimento de censura que é realizado para entrada e/ou saída das cartas, as informações que citamos provêm da entrevista mencionada anteriormente, concedida no dia 07 de maio de 2013 e, alguns pontos, estão considerados na análise do Capítulo 3. Assim, os dias de envio de correspondência são as terças e quintas-feiras, e cada interna pode enviar até duas cartas por dia. Não há uma sala específica para a escrita das cartas, e esta se dá no interior das celas.

A censura das cartas é feita por dois funcionários da Instituição, que leem todas as cartas de saída e, após observarem se estão de acordo com as normas encaminham-nas para a portaria do Estabelecimento Penal, onde por fim, o carteiro passa e as recolhe. O procedimento é o mesmo para as cartas que chegam: passam pela leitura e são entregues às internas pela manhã. Entre outros pontos, o dirigente que concedeu a entrevista esclareceu que a censura realizada tem como objetivo identificar se há nas cartas alguma combinação ilícita ou algum tipo de ameaça. Ressalta que essa preocupação também se dá em face do Estabelecimento Penal ser localizado numa área central da cidade, com acesso muito próximo à sociedade. Ainda, por ser uma área grande, de difícil monitoramento, pode acontecer de que facilmente um telefone celular ou até mesmo droga sejam jogados para dentro da Instituição, uma vez que a população utiliza-se das calçadas ao redor da mesma para caminhadas diárias. Nesse sentido, a censura funciona enquanto uma prevenção para que organizações não sejam

---

<sup>10</sup> Conforme consta no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (cf. anexo), às transcrições será assegurado o sigilo. Além disso, a entrevista não constitui o *corpus* desta pesquisa, mas sim, integra as condições de produção.

realizadas e, sobretudo, para que não transmitam pelas cartas informações acerca da organização e funcionamento da Instituição.

O dirigente esclareceu que todas as mulheres internas têm conhecimento das questões de censura e normas para a escrita de cartas, e que, na maioria das vezes, quando alguma carta é censurada, refere-se a uma carta de chegada. Nesse caso, a interna é chamada e convocada a explicar para o destinatário os motivos da censura, pedindo que ele não os cometa mais, e a carta, por sua vez, é devolvida àquele que enviou. Quando a censura identifica algo irregular com cartas de saída, a interna é chamada e orientada, caso contrário, sua carta não sai do Estabelecimento Penal.

Outro ponto importante da metodologia é sobre a digitação das cartas. Ressaltamos aqui, que mantivemos na íntegra a escrita das mulheres internas, preservando aspectos da ortografia, parágrafos, pontuação, coesão, coerência e concordância. Não há identificação dos sujeitos que escrevem, sendo mencionados conforme a numeração adotada ao longo do *corpus*, e esta foi feita de acordo com a ordem de coleta das cartas: Carta 01, Carta 02, Carta 03, e assim, sucessivamente. Já os recortes das cartas estão enumerados em: Recorte 01, Recorte 02, Recorte 03..., a fim de especificar que se trata de recortes das cartas em questão, como podemos observar no Capítulo 3: Recorte 01 (Carta 37). Isso porque, numa mesma coleta, é possível que se tenham várias cartas escritas por um mesmo sujeito.

Há nos recortes palavras e/ou frases destacadas em negrito. Esses grifos foram adotados para realçar o que está sendo analisado, como por exemplo, o funcionamento do discurso, a fim de interpretar de que modo o item ressaltado significa no contexto do discurso. Há alguns recortes que trazem palavras sublinhadas, mas são grifos das próprias internas e foram preservados na digitação. Ainda, estão distribuídos conforme regularidades no discurso e agrupados em três eixos: 1) representações de si; 2) representações do outro; 3) representações da prisão.

Neste capítulo, pelas condições de produção buscamos os subsídios para compreendermos de que modo os discursos analisados a seguir produzem diferentes efeitos de sentido. Isso porque, os discursos estão inseridos num contexto sócio-histórico, atravessados por já-ditos, por memórias, o que contribui para que signifiquem, desloquem sentidos, emergjam questões silenciadas, pois no hoje, retornam ao passado. Constituem-se na/pela história.

Assim, em busca de investigarmos o processo de subjetivação das mulheres internas, supomos que deixam marcas de subjetividade que, por vezes, não estão materializadas linguisticamente. Trata-se, então, de analisarmos o modo como esses sujeitos se constituem,

isto é, de que forma olham e se relacionam consigo, bem como de que forma “escapam”, pela escrita, dos dispositivos de controle, identificação e normalização, que são perpassados pelas relações de poder.

Apontamos, portanto, de que modo, pela escrita, esses sujeitos buscam representar-se enquanto singulares. Nesse ponto, referimo-nos ao fato de que deixam marcas de sua subjetividade ao escreverem, (re)velada pela “escolha<sup>11</sup>” de determinados itens lexicais, que, por sua vez, produzem diferentes efeitos de sentido pelas condições de produção às quais o discurso é atravessado.

Em se tratando da perspectiva discursivo-desconstrutivista, vale lembrar pelas palavras de Nolasco e Guerra (2013, p. 23), que o jogo de desconstrução não é um método, uma técnica, tampouco um modelo de crítica, mas “[...] um movimento que caracteriza o vir-a-ser-sempre da linguagem: efeito de sentido”. Por isso, os sentidos produzidos não são sempre os mesmos, ponto pelo qual ancoramos nossa interpretação, conforme se observa a seguir.

Passemos, então, ao Capítulo 3, onde são analisados recortes das cartas escritas pelas mulheres internas, organizados em três eixos: 1) representações de si; 2) representações do outro; 3) representações da prisão.

---

<sup>11</sup> Cabe ressaltar que tratamos de um sujeito que é consciente e inconsciente ao mesmo tempo, uma vez que ao escolher determinadas palavras pode ser traído pelo Outro – inconsciente –, marcado na/pela linguagem (AUTHIER-REVUZ, 1990).

### **CAPÍTULO 3: A escrita de si no limiar das “*simples folhas de papel*”: representações de si, do outro e da prisão**

Escrevo-te porque não me entendo [...] Mas vou me seguindo. Elástica. É um tal mistério essa floresta onde sobrevivo para ser [...] Ouve-me, ouve o meu silêncio. O que falo nunca é o que falo e sim outra coisa [...] Capta essa outra coisa de que na verdade falo porque eu mesma não possuo. Lê a energia que está no meu silêncio. Ah, tenho medo do Deus e do meu silêncio. Sou-me [...] Você que me lê me ajude a nascer. (Clarice Lispector – *Água viva*, 1973)

Retomamos, esclarecendo que neste capítulo consta a análise de catorze recortes, provenientes do totalizante de cinquenta e oito cartas que, por sua vez, compõem o *corpus* desta pesquisa. Os eixos foram organizados pelo critério das regularidades e os recortes analisados sob a consideração de que os discursos que aqui emergem não são isolados, mas atravessam todo o *corpus*. Nesse olhar, cada recorte constitui uma “peça de um quebra-cabeça maior”. Entretanto, a interpretação que aqui fazemos não deve ser considerada enquanto única, porém, uma das possíveis leituras, uma vez que os efeitos de sentido aqui apontados não contemplam a ideologia de uma linguagem transparente, mas constituída por palavras “porosas” (AUTHIER-REVUZ, 1998), que, por isso, significam de diversas maneiras, sendo as mesmas, mas sempre outras ao mesmo tempo<sup>12</sup>.

Apresentamos, então, os recortes organizados em três eixos: representações de si, representações do outro e representações da prisão.

#### **3.1 Representações de si**

Os recortes a seguir mostram quais representações de si marcam o discurso das mulheres internas na/pela escrita de suas cartas. Entretanto, partindo do pressuposto de que a linguagem não é transparente, apontamos os possíveis efeitos de sentido que aqui interpretamos: no primeiro recorte, o sujeito que escreve deixa marcas de subjetividade pelas representações que faz de si, sendo seu discurso marcado pela função que a escrita assume nesse contexto, bem como pela estratégia que perpassa o seu dizer. Vejamos:

---

<sup>12</sup> Em se tratando da materialidade linguística e, com o propósito de elucidar sobre qual perspectiva amparamos nesse aspecto presente na análise, cabe esclarecer que nos fundamentamos em Neves (2000). Na obra *Gramática de usos do português*, a linguista, uma das mais respeitadas do país, trata das utilizações práticas e usuais das expressões idiomáticas e das palavras, sendo esse o diferencial de sua obra. Isso porque a autora parte dos princípios da gramática funcionalista, perspectiva essa que privilegia a função das formas linguísticas que, por sua vez, são determinadas pelo seu uso.

**Recorte 01:**

Espero que essa possa te **encontrar com muita paz e saúde!** [...] Meu amorsinho obrigada por me escrever você é a única que eu estou **respondendo** porque sei que vai me **retornar**. Sabe estou **arrependida** do que fiz cara nunca imaginei que um dia fosse passar por isso, estou **morrendo** de saudades de todos principalmente de você, da sua mãe e da minha filha! (N) por favor cuida da (L) por mim, não deixa ela se **esquecer** da mae que tem! Sinto muito a sua falta no tempo que ficamos sem conversar mais fiquei com medo de você não me atender, ai **infelizmente** eu vim presa, e como um toque de mágica recebo a carta mais inesperada do mundo! **Chorei** muito quando vi sua carta, sabe (N) tudo aconteceu muito rápido, peço todo dia pra Deus me dá **forças** para continuar a **luta** que não tem sido nada fácil, mais eu sei que vou **vencer**, e quero fazer isso perto de pessoa que sempre quis ver o meu bem, você!!! **E se eu tivesse feito tudo como tínhamos combinado, tudo como você tinha me dito eu ã estava aqui neste lugar<sup>13</sup>, longe de todos eu me culpo muito!** Bom coração vou ficando por aqui fica com Deus e ve se me escreve, **carta aqui é como visita**, e eu fico todos os dias ansiosa para saber de vocês! [...] Fica com Deus e manda lembranças a sua família, ah e não **esquece** de beijar e abraçar a minha pequena por mim já que agora **as grades me impedem** de fazer isso [...]

(Carta 07)

Há efeitos de sentido na escrita do sujeito da Carta (07) que condizem com os aspectos abordados pelo filósofo Foucault (2006b) ao investigar a escrita de si, sobretudo nos dizeres: “*Espero que essa possa te **encontrar com muita paz e saúde!***”, “*você é a única que eu estou **respondendo** porque sei que vai me **retornar** !*”, “*Chorei muito quando vi sua carta*”, “*carta aqui é como visita*” e “*estou **morrendo** de saudades*”. Assim, pelos itens lexicais “encontrar”, “respondendo”, “morrendo”, bem como pela comparação “carta aqui é como visita” é possível notar que a escrita, nesse contexto de privação da liberdade, funciona como um encontro com o outro e, ainda, como uma possibilidade de (se) dizer por meio de notícias sobre saúde, passando pelo corpo, exprimindo desejos e sensações. Pela correspondência, o sujeito se abre para o olhar do outro ao mesmo tempo em que olha para si.

Há em seu discurso o sentido de regeneração pelo adjetivo “*arrependida*”. Entretanto, interpretamos que esse discurso de arrependimento constitui uma estratégia, onde o sujeito se mostra assujeitado ao poder a fim de construir uma representação de si – sujeito “recuperado” – que lhe assegure uma possível aceitação moral – por parte da Instituição Penal, da sociedade –, onde “atende” ao discurso do outro – (re)integração social – na tentativa de se ver livre do lugar de exclusão. Isso porque em: “*infelizmente eu vim presa*”, o sujeito revela seu descontentamento pelo lugar em que está; sentido validado pelo uso do “*infelizmente*”, que funciona enquanto um modalizador afetivo subjetivo, que, segundo Neves (2000, p. 253), “*exprime reações emotivas*”. Nessa direção, pelo dizer: “*E se eu tivesse feito tudo como tínhamos combinado, tudo como você tinha me dito eu ã estava **aqui neste lugar, longe de todos eu me culpo muito!***” o sujeito “narra” sua insatisfação por algo que não deu certo e que,

<sup>13</sup> Há uma regularidade nas cartas, onde raramente as internas citam o nome “prisão” ou “cadeia”. Na maioria das vezes, referem-se como: “*neste lugar*”, “*aqui*”, “*lugar maldito*”, “*aqui nesse lugar*”, “*no lugar onde estou*”, “*desse lugar*”, “*cadeia de coisa*”, “*no lugar que me encontro*”.

por fim, resultou em sua prisão, marcada novamente pelo descontentamento e pela lamentação – a privação de liberdade o coloca num lugar que o distancia e, por conseguinte, o exclui.

Ainda, ao olhar-se no/pelo papel materno, seu discurso é perpassado pela questão da memória, que ancoramos em Achard (1999), que se preocupa em afastar-se de uma interpretação psicologista acerca da memória sob a consideração de que a estruturação discursiva constitui a materialidade de determinada memória social. Assim, o autor mostra que a palavra é uma unidade simbólica, e que, por conseguinte, os sentidos são construídos diferentemente em contextos distintos, o que remete à impossibilidade de se fixar um sentido uno para cada palavra, uma vez que a cada (re)(o)corrência, a memória (re)constrói novas formulações.

Logo, em: “*não deixa ela se esquecer da mãe que tem!*” e “*não esquece de beijar e abraçar a minha pequena por mim já que agora as grades me impedem de fazer isso*”, o verbo “*esquecer*” não se refere a um esquecimento advindo da memória cognitiva, mas perpassa a representação de mãe que, para o sujeito, está em “jogo”, produzindo o efeito de sentido de que, por causa da privação da liberdade, vê-se enquanto ausente de seu papel materno, buscando no outro a possibilidade de continuar a “existir”.

Arendt (2010), ao discutir o termo “público”, bem como os fenômenos a ele correlatos, trata, em certo momento, da escravidão, onde os sujeitos que viviam nessas condições eram perpassados pela questão da privação de liberdade e, sobretudo, da visibilidade. Por serem tratados como pessoas “obscuras”, ao morrerem, era provável que não deixassem vestígios de sua existência. Nesse sentido, interpretamos que o sujeito que escreve é também perpassado pela “obscuridade” que o exclui e, por isso, deseja não ser esquecido, uma vez que, privado da liberdade, não vê nem ouve aos outros, e, conseqüentemente, não é por eles visto nem ouvido, como diz em: “*as grades me impedem*”. Tal efeito de sentido se dá porque a prisão – atravessada pelo já-dito – é representada pelas “grades”, colocando o sujeito num lugar de esquecimento e impossibilidade: de ser mãe, de ser vista, de ver.

Ainda, há a representação de prisão como cenário de guerra em: “*peço todo dia pra Deus me dá forças para continuar a luta que não tem sido nada fácil, mais eu sei que vou vencer*”, onde o substantivo feminino “*luta*” caracteriza essa representação. Logo, ao passo em que se vê num contexto de “*luta*”, essa mulher interna representa-se como uma lutadora, e, por conseguinte, uma vencedora, sendo seu dizer atravessado pela formação discursiva religiosa e pela ideologia que a perpassa: busca a confiança em Deus para vencer essa etapa de sua vida e se vê confiante – “*sei que vou vencer*”.

Assim, esse sujeito, ao escrever para o outro, olha para si, e nesse caso, deseja não ser “esquecido”, pois se vê “impedido” pelas grades que o cercam e que, por sua vez, impedem que ocupe o papel de mãe. Note-se, então, as seguintes representações de si: lutadora, vencedora e arrependida. Em nossa interpretação, representar-se pelo arrependimento do crime cometido constitui uma estratégia, uma vez que deseja livrar-se dessas “grades” que o cercam, uma vez que significam pela memória: sua (in)visibilidade, seu esquecimento, sua (in)existência pelo lugar que ocupa – a prisão.

No próximo recorte, observamos que o sujeito que escreve busca representar-se enquanto um sujeito recuperado. Entretanto, “desliza” em meio às contradições que traz em seu dizer, deixando marcas de subjetividade pela linguagem não transparente:

**Recorte 02:**

Saudações eu espero que esta humilde carta te **encontre** na mais perfeita paz e saúde. (J) o caso é o seguinte eu **respondi sim** a sua carta e **gostei sim, muito**, e você nem imagina a **felicidade** que fiquei ao receber esta e a outra carta [...] (J) você pode ter certeza que vou fechar com você no claro e no escuro, sempre vou te escrever te fortalecendo em palavras de carinho, sei que no momento é a única coisa que posso te oferecer, mais se você quiser me conhecer lá fora é nois tá<sup>14</sup> [...] Deus sabe que mesmo sem te conhecer e mesmo longe e **com uma simples carta você me trouxe felicidade neste lugar tão difícil**, mais deus nos dá forças e nos protege não é mesmo [...] enfim eu não tenho visitas de ninguém, é só eu e Deus aqui neste lugar [...] se sua irmã quiser me escrever eu ficarei muito **feliz** é muito bom receber carta ainda mais quando é palavras **de conforto, de paz** [...] (J) eu quero te pedir uma coisa pra você não fala que sua letra é feia, **você nem imagina o quanto suas cartas me fez feliz** eu quero sempre que você me escreva tá eu adorei. Sabe (J) eu me sinto realmente uma **guerreira** já passei por tantas coisas nessa vida e ainda estou passando e estou aqui **firme e forte** e vou **vencer** mais essa [...] (J) eu quero te perguntar uma coisa se você quiser responder bem, mais se você não quiser não tem problema, qual é o seu artigo? faz tempo que você está preso? **eu estou num 33, e não quero mais essa vida pra mim**, quando eu sair daqui vou **mudar** de vida, é muito sofrido ficar nesse lugar, nossa é tanto **tempo perdido**, é tanta coisa que agente tem que suportar, **agente aprende muito nesse lugar**, e dá valor a muitas coisas que não dava lá fora, **é uma experiência que vamos levar pro resto da vida né**. [...] (J) eu quero muito te conhecer, não quero perder contato com você, olha se você for transferido eu ganhar a liberdade, me escreve por favor, não vamos perder contato um com o outro [...] Me escreve tá fala comigo. **Não posso te ver nem te tocar mais fasso isso e muito mais em pensamento.**  
(Carta 39)

No início de sua carta, o sujeito a coloca enquanto possibilidade de encontro com o outro em: “*espero que esta humilde carta te **encontre***”, onde produz o sentido de que diz Foucault (2006b, p. 156, grifos do autor), “[...] escrever é, portanto, ‘se mostrar’, se expor, fazer aparecer seu próprio rosto perto do outro”. Já nos dizeres: “*você nem imagina a **felicidade** que fiquei ao receber esta e a outra carta*”, “*com uma simples carta você me*

<sup>14</sup>Em entrevista concedida no dia 07/05/2012, um dos dirigentes disse a respeito das internas que escrevem para quem não conhecem: “eu já trabalhei no presídio feminino e masculino... a incidência da escrita de mulher é muito maior... e geralmente essa correspondência é assim...pra família...e pra...muita, muita correspondência assim...pro...pra um rapaz que ela nem conhece...que ela...alguém falou que tem um fulano lá em tal lugar que gostaria de corresponder...e ela já começa assim...cria um vínculo...e carta de amor...enfim...é a maior incidência que a gente tem...elas escrevem bastante...”

trouxe *felicidade* neste lugar tão difícil” e “você nem imagina o quanto suas cartas me fez *feliz*” o sujeito se mostra como uma pessoa feliz pelo recebimento das cartas. Ainda, em: “se sua irmã quiser me escrever eu ficarei muito *feliz* é muito bom receber carta ainda mais quando é palavras *de conforto, de paz*”, o sujeito encontra refúgio nas palavras que lê, como coloca pelo uso das locuções adjetivas “*de conforto*” e “*de paz*”, e assim, apropria-se da escrita “[...] como maneira de se recolher a leitura feita e de se recolher nela” (FOUCAULT, 2006b, p. 150).

Além de buscar passar uma imagem de pessoa feliz, o sujeito também se representa como uma pessoa forte pelos adjetivos “*guerreira*”, “*firme e forte*”, sendo esses, do campo semântico bélico. Nesse caso, traz à baila sua trajetória de vida que, a seu ver, dignifica esse título que atribui a si. Para tanto, sua luta não se finda, mas estende-se aos dias atuais, onde se mostra “*firme e forte*”, ciente de que irá “*vencer mais essa*”. Assim, ao passo em que se representa como uma mulher guerreira, essa interna também vê a prisão como um cenário de luta, e isto é o que alimenta sua (ilusória) busca pela completude, representada aqui, pelo “campo de batalha” em que se vê: a luta consigo mesma – em seus limites físicos e emocionais dentro da prisão, seus sentimentos –, com o outro (pela solidão em que se vê: “*eu não tenho visitas de ninguém, é só eu e Deus aqui neste lugar*”), pela tristeza em que se encontra. Logo, considerando o sujeito como fragmentado, essa luta não deixa de ser a busca pelo seu preenchimento, que é constante.

Em: “*eu estou num 33*”<sup>15</sup>, há um interdiscurso, e nesse caso, o discurso jurídico, pelo Código Penal, trata a respeito do tráfico de entorpecentes<sup>16</sup>. Assim, ao falar do suposto motivo que o levou a prisão, o sujeito, em seguida, busca representar-se por um discurso de arrependimento e recuperação em: “*e não quero mais essa vida pra mim, quando eu sair daqui vou **mudar** de vida, é muito sofrido ficar nesse lugar, nossa é tanto **tempo perdido**, é tanta coisa que agente tem que suportar, agente **aprende** muito nesse lugar, e dá valor a muitas coisas que não dava lá fora, é uma **esperiência** que vamos levar pro resto da vida né*”. Nesse sentido, esse sujeito cede estrategicamente aos mecanismos de punição e, mostrando-se arrependido, representa-se pelo “adestramento” nas seguintes marcas linguísticas: “*mudar de vida*”, “*aprende muito nesse lugar*”, “*é uma esperiência*”, o que condiz com as palavras de

<sup>15</sup> Nesse dizer, é possível observar o que aborda Foucault (2002) sobre a penalidade aplicada no século XIX, que nesse caso, passa a ser um controle não sobre o que os indivíduos fizeram, mas ao nível do que podem, são capazes e estão sujeitos a fazer. Assim, nesse dizer, o sujeito se representa pela marca que essa penalidade lhe atribui, e que por sua vez, é atrelada à “periculosidade” que apresenta para a sociedade.

<sup>16</sup> Em entrevista concedida no dia 07/05/2013, quando perguntado acerca da maior incidência criminal no Estabelecimento Penal, um dos dirigentes respondeu: “Tráfico de drogas...é...maçante assim...a maioria absoluta...não tem...hoje até deu uma...uma mesclada maior...tem muitos casos de furto, é...homicídio a gente tem também...mas a maioria avassaladora é tráfico...”

Foucault (2012, p. 164, grifo do autor): “[...] o poder disciplinar é com efeito um poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior ‘adestrar’; ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor”.

Entretanto, há uma contradição que traz à baila o jogo de estratégia pelo qual o sujeito se representa, pois em: “*é muito sofrido ficar nesse lugar, nossa é tanto tempo perdido*” a adjetivação referente ao substantivo masculino “tempo” traz sua representação acerca da prisão: o sujeito que escreve a vê como ineficiente, entretanto, cede estrategicamente ao que pede o sistema pelo discurso de arrependimento, o que confirma nossa hipótese de pesquisa de que, ao escreverem suas cartas, as mulheres internas passam por um processo de exposição de sua subjetividade, por serem essas, lidas pela direção da Instituição e que, assim, silenciam, emergindo, na escrita, discursos da estratégia.

Note-se que, em seguida, esse sujeito retorna pelo discurso de arrependimento à representação que faz de si: sujeito recuperado, corrigido, transformado, e nesse sentido, mostra-se enquanto “apto” ao retorno à sociedade, falando a partir de uma verdade construída – um dizer cristalizado – que estipula que, após passar pela prisão, estará “recuperado” e “transformado”.

Não obstante, considerando que o poder circula em toda a parte, pelo dizer “*Não posso te ver nem te tocar mais fasso isso e muito mais em pensamento*”, a escrita se constitui enquanto uma experiência que revela os movimentos do pensamento, e nesse caso, “[...] as cartas reproduzem o movimento que levou de uma impressão subjetiva a um exercício de pensamento” (FOUCAULT, 2006b, p. 158). O pronome demonstrativo “*isso*”, disposto no dizer por catáfora em referência a “*ver e tocar*”, bem como os advérbios de intensidade “*muito*” e “*mais*”, denunciam seu discurso enquanto instrumento de poder que, por sua vez, está em circulação, o que permite que ora o sujeito se posicione – estrategicamente – enquanto recuperado para, por conseguinte, convencer o outro por meio de seu discurso. Entretanto, estando o poder em circulação, o sujeito se distancia dessa postura de assujeitamento ao trazer seus pensamentos, uma vez que neles é livre para fazer o que quiser.

Esse sujeito se representa enquanto um “indivíduo corrigido” por uma estratégia, o que lhe confere uma “aprovação”: de si, do outro, da Instituição. Entretanto, embora busque tal representação, deixa-se revelar pela escrita e, não tendo controle de tudo o que diz, traz à baila a representação que tem da prisão: ineficiente. O fato de representar-se enquanto uma pessoa “guerreira” revela o sujeito incompleto que é, e nesse sentido, sua busca de completude passa também pela privação de liberdade em que se encontra. Isso porque precisa do outro, de sua “aceitação”, e para isso, deseja ser um “sujeito recuperado”.

Ainda, torna-se relevante destacar o papel que a escrita assume nesse contexto: a possibilidade de encontro, pois aquele que escreve envolve a si e ao outro, excedendo os limites físicos, minimizando distâncias. Logo, o discurso é instrumento de poder, uma vez que excede as grades que lhe impedem o contato com o outro, bem como lhe possibilita que se mostre por uma representação que lhe “autorize” a saída desse lugar de exclusão. Pela escrita, o sujeito excede aos limites das grades e do papel, deixando marcas de si ao mesmo tempo em que as leva ao outro.

No próximo recorte, selecionado da carta (45), o sujeito que escreve deixa marcas de subjetividade atreladas à representação de si enquanto pessoa íntegra. Vejamos:

**Recorte 03:**

Oi (F) amor, como você esta? Fiquei **super** Feliz que chegou 2 cartas tua! [...] (F), voltou uma carta minha que eu te mandei, não tinha **nada de mais**, eu **juro!! Sinceramente** não sei oque aconteceu! (F), eu fico olhando tua foto, lendo tuas cartas que vontade de estar perto de você, meu Deus que vontade! Oque está acontecendo que tu está me escrevendo pouco? (F), **você tá me vendendo ilusão? Se tu não me querer como uma coisa, quer dizer coisa não**, ter algo sério, tu ja me fala desde já!! [...] Tu pode ter certeza que tu pode contar comigo pro que der e vier, eu sou uma pessoa **totalmente sincera, justa, transparente, verdadeira e tudo mais...jamais** eu iria brincar com os sentimentos de Uma pessoa tão especial quanto Você!! Fico **super** triste pelo fato das minhas cartas não chegar todas até ai, mas tu pode ter certeza que é oque mais faço, te ESCREVER...Eu sei como é orrivel ficar no aguarde de Uma resposta, ainda mais neste lugar, eu estou esperando as respostas de todas as cartas que te mando. Mas nem chegou aqui.. [...]  
(Carta 45)

Após a saudação inicial, em “*fiquei super feliz*”, pelo prefixo “*super*”, que indica uma posição que confere o grau de intensidade, o sujeito relaciona a felicidade ao recebimento da carta, que movimenta os sentimentos e sensações. O contrário acontece quando não há correspondência, como em: “*Fico super triste pelo fato das minhas cartas não chegar todas até ai*”, onde o mesmo prefixo assume a função de intensificar sua tristeza. Assim, escrevendo busca apaziguar sua tristeza, e nesse sentido, “[...] a escrita constitui uma experiência e uma espécie de pedra de toque: revelando os movimentos do pensamento, ela dissipa a sombra interior” (FOUCAULT, 2006b, p. 145).

Há dizeres que produzem o efeito de sentido de que o sujeito que escreve busca representar-se enquanto uma pessoa íntegra, sendo seu discurso perpassado pelo interdiscurso da integridade, que por sua vez, é constituído pela ideologia de que a honestidade, a sinceridade, os bons hábitos e um comportamento exemplar condizem com tal representação.

A esse respeito, observemos primeiramente o dizer: “*voltou uma carta minha que eu te mandei, não tinha nada de mais, eu juro!! Sinceramente não sei oque aconteceu!*”. Aqui, o pronome indefinido “*nada*” trata de algo específico: o conteúdo de sua carta –; já o

sintagma adjetival “*de mais*” é perpassado pela interdição que constitui o discurso das mulheres internas<sup>17</sup>. Ainda nesse dizer, o item lexical “*sinceramente*” funciona como um advérbio modalizador afetivo, e por meio dele, reações emotivas manifestam-se em relação ao que é negado (NEVES, 2000, p. 253). Isso contribui para que essas marcas linguísticas traduzam o desconforto do sujeito em não ter seu texto lido, produzindo o efeito de sentido que Skliar (2008, p. 17) pontua a partir de Derrida: “Vou ser lido? Escrevo para ser lido? E para ser lido aqui, agora, amanhã ou depois de amanhã?”. Ainda, esse desconforto se dá não somente pela censura da carta, mas, sobretudo, interpela a representação que deseja fazer de si, o que o leva a “jurar”. Esse ato esse vem da formação discursiva jurídica, e pela memória discursiva, carrega o sentido de credibilidade do discurso, o que lhe confere um comprometimento consigo e com o outro – fala na/pela tentativa de dizer a (sua) “verdade”. Tal gesto perpassa a representação que busca fazer de si – pessoa íntegra –, como apontamos a seguir.

No dizer: “*você tá me vendendo ilusão?*”, ao mesmo tempo em que faz uma advertência ao outro – interlocutor – de certa forma, reporta para si e, ao questionar-se se esse sentimento é algo sério ou fantasia, dialoga também com seu “eu”. Isso porque a representação que faz (e deseja) de si é “descrita” em seguida: “*eu sou uma pessoa totalmente sincera, justa, transparente, verdadeira e tudo mais...*”.

Note-se nesse dizer a tentativa do sujeito em afastar-se da imagem que o destinatário de sua carta pode criar pelo lugar de onde fala (e é falado), e nesse caso, “[...] há uma tensão entre a identidade que o indivíduo assume e seu papel na sociedade, pois nem sempre uma está relacionada à outra” (GUERRA; SOUZA, 2013, p. 41). Tal efeito de sentido se dá em face dos predicativos constituírem uma tentativa de afastar-se da identidade de criminosa, e por isso, essa mulher interna enumera as “qualidades” ligadas a uma representação contrária a que pode ter por parte do outro.

Assim, considerando que esse sujeito pode ter sua identidade atribuída pelos estigmas postos em sociedade – valores e representações –, que por sua vez, (re)criam representações, fala, então, a partir do jogo de imagens que constitui o imaginário do outro: não deseja conciliar-se à representação criada pela sociedade – ambos se constituem –. Logo, representa-se não somente pelo que é – ou deseja ser –, mas por aquilo que não quer representado: pessoa falsa, injusta, duvidosa, mentirosa. Sentido esse que também é validado em: “*jamais eu iria*

<sup>17</sup> Em entrevista concedida no dia 07/05/2013, quando perguntamos a um dos dirigentes do Estabelecimento Penal se as internas são avisadas que suas cartas têm algo “irregular” ou se alguma carta recebida não pode entrar, um dos dirigentes respondeu: “São...é chamada a interna e ela...quando vai sair ela refaz...né...é...se é alguma coisa...mas pra *entrá*...ela não entra...mas ela fica sabendo...”

*brincar com os sentimentos de Uma pessoa tão especial quanto Você!!*”, uma vez que o advérbio distancia ações que, possivelmente, façam com que o outro crie uma outra representação a seu respeito.

O uso do pronome indefinido no dizer: “**tudo mais**”, “[...] depois de uma lista de elementos, para indicar que se trata apenas de exemplos, e que outros elementos, ainda, podem ter sido envolvidos na situação” (NEVES, 2000 p. 577), produz o efeito de sentido de que o sujeito enumera “as características ideais” que constituem um sujeito idealizado pela sociedade, bem como supera essa expectativa, deixando espaço para que outras qualidades sejam acrescentadas. Logo, busca constituir-se enquanto alguém “ideal” para se relacionar, produzindo o efeito de sentido de que ao se constituir dessa maneira, torna-se “recuperado” para viver dentro dos “conformes” da sociedade.

Em “*Se tu não me quiser como uma coisa, quer dizer coisa não*” há um equívoco na escolha da palavra, e nesse caso, temos a “falsa ideia de que escolhemos as palavras para dizê-las, mas, ao contrário, são elas que nos escolhem via inconsciente” (MAIA, 2006, p. 34). A partir dessa colocação, o sentido que perpassa esse dizer está atrelado à constituição de si, pois inicialmente o sujeito se vê – e se representa – como uma “**coisa**”, substantivo feminino que, entre outros, significa “o que existe ou pode existir; objeto inanimado” (FERREIRA, 2000, p. 162). Contudo, o fato de não querer olhar-se enquanto “**coisa**” tem relação com o que diz Foucault (2006c, p. 276): “[...] só é possível haver relações de poder quando os sujeitos forem livres. Se um dos dois estiver completamente à disposição do outro e se tornar sua coisa, um objeto sobre o qual se possa exercer uma violência infinita e ilimitada, não haverá relações de poder”.

Após ter se referido a si mesmo dessa forma, o sujeito “corrige” o que escreveu: “*quer dizer, coisa não*”. Para Authier-Revuz (1998, p. 32), essa forma ocorre para especificar um sentido “apontado como inoportuno”, operando uma rejeição e “sua eliminação explícita pode funcionar como forma retórica – denegativa – de inclusão”. Nesse caso, o sujeito busca corrigir não somente uma suposta falha na escolha das palavras, mas, sobretudo, responder a um governo do outro sobre ele, que busca determiná-lo pelo lugar que ocupa, e que assim, objetiva-o enquanto um sujeito criminoso. Logo, ao olhar para si, o sujeito exerce a liberdade característica do poder, relutando a identificar-se como “**coisa**”.

Nesse recorte, há marcas linguísticas que apontam para o efeito de sentido de que o desejo do sujeito que escreve é ser como descreveu, e por isso, representa-se como uma pessoa de boa índole a partir do seu jogo de verdade, o qual se relaciona consigo, tentando evitar que sua representação seja outra em face do lugar de onde fala – a prisão. Há, portanto,

a busca por uma conduta moral pelos “[...] modelos propostos para a instauração e o desenvolvimento das relações consigo próprio, para a reflexão sobre si, para as transformações que se busca operar em si mesmo” (FOUCAULT, 2006c, p. 214).

A seguir, analisamos o excerto da carta (38), em que há a representação de si enquanto injustiçada. Vejamos:

**Recorte 04:**

Espero que **esta** ao **atravessar estas muralhas** possa te encontrar bem e com saúde **apesar do lugar a onde nós nos encontramos. Eu estou bem graças a Deus**, como você mesmo sabe, mas **graças a Deus eu já estou trabalhando na Horta para ganhar remição, não podemos ficar de braços abertos diante das situações que a vida nos propõe a enfrentar, pois até o melhor homem do mundo, morreu de braços abertos.** [...] Mas tudo bem vou levando, pois sei que logo logo isto vai acabar, não fique se culpando e se martilizando, você errou mas eu não guardo mágoa de você, só espero que a **justiça** seja feita no dia da nossa audiência, **já andei por caminhos errantes, mas me regenerei** estava levando uma vida digna, quantas e quantas vezes andando e correndo atrás de emprego fui na prefeitura várias vezes e **estava se reentregando a uma vida diferente do que um dia já vivi.** [...] **É simples, a verdade prevalece em qualquer situação**, você é usuário era do seu consumo, e eu nunca soube da existência dela por isso eu sei que tudo se esclarecerá [...] Agora veja bem, você vai lá na minha casa, leva uma mochila pede para eu guardar **veja bem a onde eu vim parar** [...]

(Carta 38)

Inicialmente, por meio do uso do dêitico “*esta*” o sujeito faz referência à carta enquanto uma visita que possibilita o encontro, em: “*espero que esta ao atravessar estas muralhas possa te encontrar bem e com saúde*” e, nesse caso, “[...] a carta prepara de certa forma um face a face” (FOUCAULT, 2006b, p. 156). O mesmo pronome, utilizado no plural, refere-se posteriormente aos limites, isto é, às barreiras do lugar em que está: a prisão – “*estas muralhas*”. Assim, a carta permite com que seu discurso atravessasse os “muros” que o separam do convívio social para “estar” do lado de fora. Sendo assim, o discurso é instrumento de poder e é por meio da escrita que ele “*atravessa as muralhas*”, que se tornam maiores pelo lugar que o sujeito ocupa, pois ele constitui a valoração daquilo que diz.

O dizer: “*Eu estou bem graças a Deus, como você mesmo sabe, mas graças a Deus eu já estou trabalhando na Horta para ganhar remição*” é atravessado pela formação discursiva religiosa, onde o bem-estar que diz sentir é proporcionado pela crença em Deus, validada pela expressão “*graças a Deus*”, que é utilizada em dois momentos: para falar de seu bem-estar e para referir-se ao trabalho que exerce no momento. No primeiro dizer, trata-se ideologia de que a presença de Deus proporciona o bem-estar em qualquer lugar; já o segundo, refere-se à gratidão pelo “Deus providente”, que lhe providenciou um emprego. Contudo, embora utilize a qualificação “*bem*” para representar-se, o dizer “*vou levando*”, numa relação interdiscursiva

com os ditos populares, significa o mesmo que estar “empurrando com a barriga”, e que, portanto, está suportando a desconfortável situação em que vive – a prisão.

Considerando assim, que o sujeito é representado também pela posição que ocupa, quando essa mulher interna escreve que espera encontrar o outro bem “*apesar do lugar*”, em seu dizer emerge o sentido de que a prisão é um lugar em que se sente mal. Nesse sentido, essa locução adverbial contrapõe-se ao que outros discursos afirmam: que a prisão é um lugar de benefício, pois possibilitará que esses sujeitos possam ser “recuperados”.

Há ainda um lapso de escrita em: “*apesar do lugar a onde nós nos encontramos*”. A esse respeito: “[...] as formas do lapso de escrita podem ser variadas: há casos de repetição ou esquecimento de palavras, distorção de nomes, de supostos erros tipográficos ou ortográficos” (MAIA, 2006, p. 35). Nesse caso, essas formas são motivações do inconsciente, lapsos de um sujeito dividido, que não consegue controlar o que fala, permitindo que algo lhe escape, fuja ao seu controle. Assim, os sentidos produzidos não correspondem somente ao fato de que o sujeito se refere ao lugar “onde está”, uma vez que há a “homofonia” em: “*a onde nós nos encontramos*”, que por sua vez, “se estabelece por uma relação letra a letra, produzindo outros significados latentes” (p. 35). A partir disso, essa expressão ganha outro sentido, colocando o sujeito em confronto e lamento com o lugar onde está, como se dissesse: “ah, onde nós nos encontramos...”. Logo, esse lapso marca o descontentamento desse sujeito por estar na prisão.

Ao relatar o trabalho que faz em: “*estou trabalhando na Horta para ganhar remição*”, emerge em sua escrita o discurso da psicologia<sup>18</sup>, pois há uma situação de estímulo/resposta, advinda da teoria do comportamento. Assim, trabalhando, obtém-se um salário, que no seu caso, é a remição como recompensa<sup>19</sup>. Nesse dizer, pela preposição “*para*” o sujeito “deixa” emergir o objetivo (e sentido) do seu trabalho: que haja remição em sua pena, sentido esse que, numa relação interdiscursiva com o discurso trabalhista, traz também a representação do “outro patrão”.

---

<sup>18</sup> Para a Psicologia, o behaviorismo é o estudo do comportamento, havendo três principais modelos: behaviorismo metodológico, radical e social. Para Watson, o reflexo condicionado consiste em interações estímulo-resposta. Em Skinner, é o estímulo reforçador que interessa ao organismo: a aprendizagem dos comportamentos se dá entre a ação do sujeito (emissão da resposta) e as consequências. Já em Staats, a noção de behaviorismo leva em consideração para a explicação do comportamento, a interação homem-ambiente, de modo mais amplo que nos dois anteriormente propostos. (Disponível em: <<http://www.unicamp.br/iel/site/alunos/publicacoes/textos/b00008.htm>>). Acesso em: 29 dez. 2013, às 20h53.

<sup>19</sup> A esse respeito, em entrevista concedida no dia 07/05/2013, um dos dirigentes disse: “o ensino...é...é...mesmo regular ou algum outro curso que a gente ofereça...ou o trabalho em si...ele dá uma remição de pena...então a cada três dias que...que elas trabalham ou que elas estudem elas têm uma diminuição de um dia da pena...”

Em “*não podemos ficar de braços **abertos** diante das situações que a vida nos propõe a enfrentar, pois até o melhor homem do mundo, morreu de braços abertos*” estão imbricados o discurso religioso e o discurso de persistência. Em referência ao primeiro, por referir-se à figura de Jesus enquanto “*melhor homem do mundo*”, que “*morreu de braços abertos*”; ideologia que é proveniente da formação discursiva religiosa. Ao segundo, pelo ensinamento popular de que a luta, a conquista e a batalha são imprescindíveis para conseguir algo.

No entanto, há um lapso que, segundo Authier-Revuz (1998, p. 27, grifo da autora), “*faz furo de não-um no tecido do dizer*”. Assim, diferentes sentidos escampam às tentativas de controle do que é dito, pois em vez de dizer “*não podemos ficar de braços cruzados diante das situações*”, conforme introduz o dito popular, o sujeito diz “*não podemos ficar de **braços abertos***”. Tal lapso chama-nos à atenção, mas é preciso remetê-lo ao contexto de sua ocorrência, ou seja, às condições de produção desse discurso, caso contrário, terá apenas, uma conceituação de “erro”, distanciado das manifestações do inconsciente, que, no entanto, pelos lapsos, revela desejos e proibições.

Esse lapso produz um efeito de sentido de que o sujeito que escreve identifica-se pelo ato de Cristo ao remir os pecados da humanidade. Isso porque ao entregar-se à morte de cruz, de “*braços abertos*”, permitiu que a salvação do mundo se concretizasse, e nesse sentido, embora passe pela humilhação, continua revestido de poder, pois ressuscita, desvalidando o poder da morte, bem como da lei que o condenou e, outrora, do julgamento pelo qual passou. O lapso, nesse contraste à imagem de Jesus Cristo, revela um sentido oculto, que rompe com a representação desse sujeito por ocupar o lugar de interna, onde também passa pela lei, pelo julgamento, pela condenação. Nesse sentido, consideremos as palavras de Reis (2010, p. 144) quando pontua que os sujeitos que escrevem falam “[...] a partir da posição ocupada por eles de acordo com as identificações imaginárias que estão em jogo em sua relação com o outro”.

Ao considerarmos que esse lapso de escrita se dá em face da troca de “*braços cruzados*” para “***braços abertos***” é possível problematizar que caso sua intenção tenha sido a de dizer que não pode ficar de braços cruzados, o inconsciente, no entanto, materializou pela linguagem seu desejo, e pela troca de palavras, seu dizer produz o efeito de sentido de que, embora as leis e a sociedade “*crucifiquem-na*” à/pela exclusão, essa interna deseja também surpreender a todos com sua “*ressurreição*”, pois enquanto pensam que por estar presa é entregue ao poder, “*crucificada*”, “*morta*” perante os olhos alheios, mostra que ainda “*vive*”.

Em “*já andei por **caminhos errantes**, mas me **regenerei***”, “*estava se **reentregando** a uma **vida diferente** do que um dia já vivi*”, “*estava levando uma **vida digna**, quantas e quantas vezes andando e correndo atrás de **emprego** fui na prefeitura várias vezes*”, o sujeito

relata, a partir de uma representação de sujeito recuperado, sua inconformidade pela injustiça pela qual se vê, buscando convencer o outro (destinatário, Instituição Penal, sociedade) de sua nova imagem, que por sua vez, atribui-lhe uma nova representação – a de recuperado. O interdiscurso trabalhista que emerge pelo substantivo masculino “*emprego*” perpassa o sentido de uma “*vida digna*” pela qual deseja representar-se. Nesse caso, seu discurso emerge o já-dito de que a dignidade de um cidadão está atrelada ao vínculo empregatício, o que o faz compromissado, digno de respeito em sociedade.

Além disso, fala a partir do discurso institucional<sup>20</sup> pelo item lexical “*reentregando*” (que, em nossa interpretação, refere-se a (re)integrar<sup>21</sup>), trazendo a voz da autoridade para representar-se pela recuperação que deseja (se) mostrar, marcada em seus dizeres pela materialidade linguística: o sujeito, supostamente, passa de “*caminhos errantes*” para “*regenererei*”; de “*reentregando*” para “*vida diferente*”, “*vida digna*”. Assim, e(in)screve a partir de um passado – que lhe incomoda – doravante de “*caminhos errantes*” do qual, entretanto, busca afastar-se pelas qualificações positivas que atribui a si.

Para tanto, pelos dizeres: “*a verdade prevalece em qualquer situação*”, “*você errou mas eu não guardo mágoa de você, só espero que a justiça seja feita no dia da nossa audiência*” e “*veja bem a onde eu vim parar*”, representa-se como injustiçado por um suposto mal entendido que o teria levado à prisão – envolvimento com entorpecentes. Embora busque escamotear sua inconformidade, (des)mascara seu suposto perdão ao querer que a “*justiça seja feita*”, o que nos leva a interpretar que deseja que o outro “pague” pelo que fez.

Esse sujeito se vê como injustiçado, e ao escrever, acredita ser capaz de mostrar a sua verdade, legitimar o seu discurso e, contudo, fazer o exercício de exame de sua consciência pela escrita. Em suma, espera que sua escrita “*atravesse as muralhas*” que, pela interdição, buscam silenciar a sua verdade. Isso porque, escrevendo, pode alcançar “o outro lado”. Assim, busca verdades que o coloquem na mesma postura do Cristo, que também injustiçado, foi (re)conhecido por sua ressurreição.

Na sequência, apresentamos o recorte (05) e, embora tenhamos observado pela materialidade linguística diferentes itens lexicais significativos nessa escrita, atentamo-nos para um item lexical bastante recorrente: o “*mas*”. O recorte selecionado decorre de uma

<sup>20</sup> A Lei de Execução Penal de 1984 (BRASIL, 2009) prevê que a execução penal deve promover a integração social do condenado e do internado.

<sup>21</sup> Como os sentidos não são estanques, num primeiro momento, analisamos essa escrita – *reentregando* – pelo sentido da reintegração. Entretanto, em outra interpretação, pode referir-se também ao sentido do verbo “entregar”, onde o efeito produzido é o de que o sujeito que escreve entrega-se, novamente, à tentativa de uma nova postura, de uma nova conduta, sendo essa, a nova imagem – e representação – que deseja para si: pessoa digna, transformada, recuperada, uma vez que se vê – e se representa – como injustiçada e, portanto, (in)capaz de assim representar-se.

carta de quatro páginas escritas, possuindo um totalizante de doze utilizações dessa conjunção coordenativa adversativa. Não nos interessa tal recorrência em cunho quantitativo, mas em face de considerarmos aqui, as regularidades desse discurso.

**Recorte 05:**

[...] Eu estou indo daquele jeito, **mas** estou bem na medida do possível, no lugar que me encontro não tenho motivos para estar feliz só me sinto bem quando chega carta sua e quando falo com a Senhora, mãe você poderia mandar mais carta se você soubesse como cartas são importantes para quem está presa uma carta é o mesmo que uma visita nos sentimos lembrados me escreve por favor sei que não meresso por tudo que já te fiz **mas** tenha piedade apesar de tudo sou sua filha e te amo muito; errar é humano<sup>22</sup> não sou perfeita sou cheia de defeitos **mas** sou um ser humano tenho esse lado podre meu, **mas** ninguém melhor que você mãe para saber que sou uma pessoa do bem se estou nesse lugar hoje foi para ajudar uma pessoa que não merecia o meu maior defeito é gostar de quem não presta **mas** não mandamos no coração se Deus quis assim quem sou eu para questionar tudo tem um por que nada acontece por acaso né [...] como me sinto triste sozinha longe de vocês, longe de casa aqui onde estou é muito triste nem tem como explicar, é muito sofrimento envolvido **mas** logo logo este sofrimento acaba sairei daqui outra pessoa a cadeia nos ensina a lei da sobrevivência<sup>23</sup> só os fortes permanecem os fracos são maçacrados mãe aqui é onde o filho chora e a mãe não vê<sup>24</sup> [...] quando sair daqui prometo ser uma mãe melhor [...] agora lhe escrevendo estou chorando queria tanto ser livre estar aí e poder dizer tudo isso pessoalmente **mas** no momento é impossível.

(Carta 01)

No referido recorte, as frases estão concentradas em parágrafo único e há utilização da conjunção “*mas*” por sete vezes. Em relação à estrutura dessa carta, observamos que, em sua maioria, ausenta-se de parágrafo e pontuação. Por questão metodológica de análise, e em face da circulação de sentidos pela pontuação, elencamos as seguintes subdivisões (doravante **S1**, **S2**, **S3**, **S4**, **S5**, **S6** e **S7**). A esse respeito, consideramos a discussão que Orlandi (2008, p. 116) faz acerca dos textos: “[...] a pontuação serve assim para marcar divisões, serve para separar sentidos, para separar formações discursivas, para distribuir diferentes posições dos sujeitos na superfície textual. Elas indicam modos de subjetivação”. Seguem então, as subdivisões por nós feitas:

**S1:** /Eu estou indo daquele jeito, **mas** estou bem na medida do possível/

<sup>22</sup> Nas páginas da carta (que são quatro) há recados, frases e pensamentos em todas as laterais da folha. Em um deles, na primeira página consta: “*Vê se não faz nada de errado para não ter o mesmo destino meu*”.

<sup>23</sup> Na música “Lei da sobrevivência” (O Rappa), uma das possíveis interpretações é a crítica que se faz acerca das questões políticas e desigualdades sociais especialmente nos versos: “Eu não quero ficar/esperando/o tempo passar, passar/ Quem colhe, quem planta/ também tem direito de comer/ e comer bem/ A comida melhor está na cidade/ dentro do armazém/ Estragando só pro povo ter/ consciência/ que a lei da sobrevivência/ é votar e não comer”. Entretanto, no contexto desse discurso, o “ficar esperando” a que se refere, pode ser uma crítica à prisão, pois é nesse local que fica esperando o tempo passar e, nesse caso, sua liberdade depende do outro. Disponível em <<http://www.vagalume.com.br/o-rappa/lei-da-sobrevivencia.html>> Acesso em: 22 mai. 2013, às 07h10.

<sup>24</sup> Essa expressão é comumente usada para referir-se à prisão. Esse dizer é também presente na música “Aonde o filho chora e a mãe não vê” (Facção Central), que apresenta uma crítica à prisão, ao governo, trazendo cenas de rebelião e disputas entre facções criminosas inimigas: “Ratatá, ratatá, o sangue vai escorrer/Aqui é onde o filho chora bum e a mãe não vê”. (Disponível em: < <http://letras.mus.br/facciao-central/787137/>>). Acesso em: 31 julh. 2013, às 09h13.

**S2:** /sei que não mereço por tudo que já te fiz **mas** tenha piedade apesar de tudo sou sua filha e te amo muito/

**S3:** /errar é humano não sou perfeita sou cheia de defeitos **mas** sou um ser humano/

**S4:** /tenho esse lado podre meu, **mas** ninguém melhor que você mãe para saber que sou uma pessoa do bem se estou aqui nesse lugar foi para ajudar uma pessoa que não merecia/

**S5:** /o meu maior defeito é gostar de quem não presta **mas** não mandamos no coração se Deus quis assim quem sou eu para questionar/

**S6:** /é muito sofrimento envolvido **mas** logo logo este sofrimento acaba sairei daqui outra pessoa/

**S7:** agora lhe escrevendo estou chorando queria tanto ser livre estar aí e poder dizer tudo isso pessoalmente **mas** no momento é impossível.

Segundo Neves (2000, p.756), “[...] o MAS evidencia exterioridade entre os dois segmentos coordenados e, a partir daí, coloca o segundo segmento como de algum modo diferente do primeiro, especificando-se essa desigualdade conforme as condições contextuais”<sup>25</sup>. Assim, há nas subdivisões, por meio do uso desta conjunção adversativa, apelos, justificativas e lamentos que, em situações diferenciadas, produzem efeitos de sentido variados.

Em S1, o sentido do “*mas*” funciona na seguinte direção: “No segundo membro coordenado, é enunciado um argumento ainda não considerado. O argumento anterior, embora admitido (=ainda assim), é considerado menos relevante do que o que vem acrescentado” (NEVES, 2000, p. 764). Assim, o “*mas*” traz uma contradição, pois embora o sujeito admita pelo “*daquele jeito*” que não está bem, busca em seguida, ver-se numa posição de bem-estar, mesmo que esteja marcado pelo sofrimento. Nesse caso, esse dizer produz o efeito de sentido de que busca passar uma imagem positiva pelo uso do “estou bem”, que é contrária à imagem de “estar mal”. Ainda que tente desconstruir essa visão que se deu no primeiro segmento da frase, há marcas linguísticas que se referem a essa representação: “*medida do possível*”. Logo, mesmo que pelo uso do “*mas*”, o sujeito busque (se) mostrar (por) uma imagem positiva, esse dizer revela que não se vê dessa forma.

Em S2, o sentido do “*mas*” passa pela formação discursiva religiosa, onde o dizer “*tenha piedade*” produz o sentido de que a ideologia que atravessa esse discurso propõe que o sujeito seja “redimido” dos “erros” que julga ter cometido. Assim, quando escreve que “não merece” busca nessa formação discursiva “a garantia” de que será “perdoado”, pois nessa ideologia, reconhecer um erro permite com que ele seja perdoado. Nesse uso do vocábulo

<sup>25</sup> Além do sentido tratado por Neves (2000) a respeito da conjunção adversativa “*mas*”, trazemos nesse aspecto o que discute Authier-Revuz (1990) quando reflete sobre a heterogeneidade do discurso. Conforme já abordado no Capítulo 1, para a linguista, há um aspecto heterogêneo que é constitutivo do discurso – heterogeneidade enunciativa – e que pode estar marcado ou não em seu interior – heterogeneidade mostrada. Note-se que a autora organiza a sua teoria também com base no dialogismo proveniente da teoria bahktiniana. Assim, apontamos que nesse recorte, a heterogeneidade enunciativa se mostra no fio discursivo do locutor por meio de uma forma não-marcada: a polifonia, que se dá pela voz da transgressão e pela voz da vítima que, por sua vez, constituem esse (contra)discurso.

“*mas*”, “a insuficiência da asseveração para permitir a inferência também pode ser lexicalizada (*apesar disso, ainda assim*)” (NEVES, 2000, p. 763), ou seja, o advérbio “*apesar*” produz o sentido de que o sujeito se reconhece no erro, mas usa de uma ideologia religiosa para dele afastar-se e obter o perdão (do outro? De si?).

Logo, o sujeito da carta (01), que nesse recorte analisamos (recorte 05), mostra-se por uma imagem criada a partir da representação que acredita que o outro tenha sobre ele, isto é, uma imagem não positiva: a de não merecedor – das cartas, das visitas, das lembranças... Nesse momento, deixa (des)velar o sujeito fragmentado que é, pois o discurso do outro passa a ser o seu discurso; ainda que “(in)diretamente”, utiliza-se das palavras do outro numa suposta concordância, quando na verdade deseja livrar-se desse pré-conceito. Logo, o discurso do sujeito da carta (01) é interpelado pelo discurso do outro, uma vez que é heterogêneo.

Em S3 e S4, o uso do “*mas*” funciona do seguinte modo: “no primeiro segmento há asseveração, com admissão de um fato; no segundo segmento expressa-se a não aceitação da inferência daquilo que foi asseverado” (NEVES, 2000, p. 762). Assim, em S3, o sujeito traz três justificativas que constituem um discurso moralista: “*errar é humano*”, “*não sou perfeita*”, “*sou cheia de defeitos*” e, em seguida, pela afirmação: “*sou um ser humano*”, contraria possíveis julgamentos a seu respeito. Esses dizeres produzem o efeito de sentido de que embora pareça representar-se enquanto um “sujeito errante”, as justificativas que utiliza desconstruem essa representação. Esse sentido é validado por um argumento maior que perpassa seu dizer: o fato de ser um “*ser humano*” possibilita que erre, não seja perfeito e que tenha defeitos, aspectos que enuncia no primeiro segmento.

Nesse sentido, em S4, a afirmativa “*tenho esse lado podre meu*” é desvalidada quando, pelo uso do “*mas*”, o sujeito recorre à figura materna, em: “*ninguém melhor que você mãe para saber que sou uma pessoa do bem*”. Ao buscar a compreensão, o aconchego, o (re)conhecimento de seu caráter, o sujeito entra em confronto consigo e com as outras pessoas que possam vir a julgá-lo, e por isso, considera que somente a mãe o (re)conhece enquanto uma pessoa do bem, ou ainda, somente ela sabe que é uma pessoa do bem: “*ninguém melhor que você*”. Esse dizer é também uma resposta a discursos pelos quais já foi julgado. Já em: “*se estou aqui nesse lugar foi para ajudar uma pessoa que não merecia*” busca eliminar essa visão negativa de si (e que o constitui) por meio da culpa que atribui ao outro, uma vez que diz que é devido aos erros de outra pessoa que está preso.

Interessante observar que há por meio desse discurso (S4), efeitos de sentido que sugerem uma relação diferencial entre “ser humano” e “interna”, visto que o erro é visto

enquanto mais ou menos grave em face da posição que ocupa, como: ser humano/erro e interna/erro. Esse efeito de sentido caracteriza-se pela imagem da imperfeição que o sujeito diz ter, a ponto de argumentar que é um ser humano, e que por isso, erra. No entanto, por trás da ideia adversativa do “*mas*”, é camuflada uma contradição que a exclui: sabemos que é aceitável que se erre, porque o erro constitui uma característica própria do ser humano.

Entretanto, o sentido aqui posto é o de que por ser uma interna, essa mulher é cheia de defeitos, o que torna o errar um lado podre, ou seja, pelo lugar de onde fala (o de interna), o erro já não é mais característica comum, mas um revelador do inaceitável, daquilo que excede ao ser humano. Nesse sentido, sabemos que todo alimento que é podre é inaproveitável, inútil e deve ser jogado fora, pois não serve para nada. Logo, essa comparação traz um efeito de sentido de que também a interna, perante o erro, considera-se indigna de proveito, por isso clama por piedade, como faziam os condenados à pena de morte ao qual Foucault (2012) faz referência.

Em seus exemplos, o filósofo relata que por meio da tortura corporal os condenados pediam por misericórdia e piedade em meio à punição e que, embora o corpo tenha desaparecido enquanto alvo da repressão penal, também hoje continuam os clamores, os lamentos, os pedidos de piedade. Nessa linha, o corpo não apresenta mais relação direta ao castigo, mas indiretamente, continua sendo o alvo da punição por meio do enclausuramento, uma vez que os sujeitos são privados de um lugar em sociedade para ocupar um lugar de exclusão.

Em S5, no uso do “*mas*”: “a negação vem implícita, e ou se nega o preenchimento de uma condição necessária, ou se ratifica uma irrealidade, ou se nega uma potencialidade. O que vem expresso é a causa desse não-preenchimento da condição, dessa irrealidade ou dessa não-potencialidade” (NEVES, 2000, p. 766). Assim, dizer que “*gosta de quem não presta*” não significa que deixe de gostar dessa pessoa, pois quando escreve “*mas não mandamos no coração*”, produz o efeito de sentido de que, embora considere esse sentimento como seu “*maior defeito*”, ele prevalece. Ainda, esse sujeito busca distanciar-se dessa responsabilidade quando atribui a Deus o motivo de não deixar de gostar, mostrando-se obediente à vontade divina: “*quem sou eu para questionar*”. Nesse caso, o sentido produzido é o de que embora esteja preso porque gosta de alguém que diz ter lhe prejudicado, a “culpa” não é sua, pois representa a Deus como superior a sua vontade.

Ainda, em sua escrita emerge o sentido de que se posiciona pela vitimização<sup>26</sup>, e nesse caso, age como na pesquisa de Barcinski (2009, p. 584). A autora observa que as mulheres envolvidas no tráfico de drogas se relacionam com homens também envolvidos, e assim, identifica dizeres que apontam que elas são vítimas de uma situação para além do seu controle, e que, portanto, “não devem ser responsabilizadas pelo caminho que seguiram no passado”. Trata-se aqui, da voz da transgressão, haja vista ser esse discurso perpassado por esse foco de identificação: a vitimização.

Em S6 e S7, pelo uso do “*mas*”, “a negação da subsequência ou consecução vem implícita. O que vem expresso é a causa dessa eliminação no tempo” (NEVES, 2000, p.765). Assim, embora se veja como um sujeito afetado pelo sofrimento, como diz em: “*é muito sofrimento envolvido*”, a conjunção adversativa e a marca temporal “*logo logo*”, produzem o efeito de sentido de que, embora o sujeito se veja pelo sofrimento, esse não terá durabilidade, sentido validado pelo uso do verbo “sair” no futuro do presente.

Vejamos em S7: “*agora lhe escrevendo estou chorando queria tanto ser livre estar aí e poder dizer tudo isso pessoalmente mas no momento é impossível*”. O advérbio temporal “*agora*” e o verbo “*estou*”, no presente do indicativo, marcam a distância entre o sujeito que escreve e o interlocutor; o verbo “*querer*” no pretérito imperfeito do indicativo, o dêitico “*aí*”, o dizer “*ser livre*”, o advérbio “*pessoalmente*”, marcam o desejo de estar com o outro. A conjunção adversativa “*mas*”, seguida da marca temporal “*no momento*”, ressalta a impossibilidade de estar presente com o outro; já o adjetivo “*impossível*” caracteriza essa privação de liberdade. Mesmo assim, sua presentificação se dá pela carta, onde pelo verbo “*chorar*” revela os sentimentos de sua alma, e nesse sentido, a escrita passa pelo corpo, exprimindo o desejo de liberdade, uma vez que ocupa um duplo exercício, pelo fato de realizá-lo em seu correspondente e em si mesmo (FOUCAULT, 2006b).

Diante de tais efeitos de sentido aqui apontados, interpretamos que a representação de si que perpassa esse discurso é a de inferior, e que, pela interdição do silenciamento “*das muralhas*” pelas quais é interpelada, essa mulher interna busca “ceder” ao que é proposto, na tentativa de dizer somente o que pode ser dito. Assim, atribui a si uma representação que não deseja – a de inferior – e, por isso, o sentido adversativo pelo qual (se) e(in)screve (des)vela seu desejo de ser o contrário daquilo pelo qual se vê: a inferioridade, “o lado podre”, o sofrimento, o erro, o defeito...

---

<sup>26</sup> Sobre a representação mencionada – vítima – trataremos com mais precisão no próximo recorte (06).

Para finalizar o primeiro eixo, trazemos o recorte (06), onde a exclusão perpassa o processo de subjetivação do sujeito que escreve, bem como a representação que faz de si.

**Recorte 06:**

Amor da minha vida...

**Que esta carta te leve** todo meu amor e todo meu carinho a vc! Como é triste o anoitecer p/ mim de saber que mas uma noite eu vou dormir sem você e nunca mais eu te vi, não senti teu cheiro e não tenho pra mim o aconchego dos teus braços e nem **ao menos** posso falar com vc! **Mas** as cartas **tem me mantido** um **vinculo** contigo. Se algum dia você quiser ser feliz com outra pessoa e eu for apenas uma boa lembrança na passagem de sua vida, ... **tenha** a consideração pelo amor que eu tenho por você e **não deixe** acontecer como **muitas que tenho visto por aqui. Os que vão ser felizes por aí eu não vejo só o que vejo é o outro lado de pessoas que soluçam de chorar até adormecerem por não ter mais quem tanto ama e muitas das vezes O amor é que te trouxe aqui.** (F) (F) te amo loucamente, **até a ultima gota do meu Sangue** [...] Se tiver no seu alcance **leia** na biblia gênesis 2.24 e vê se isso entra na sua mente **ou** eu vou jogar fora tudo o que eu sinto e desejo e vou ser feliz sozinha **ou acabo de ir pro inferno sabe que comigo não tem mais ou menos** e já te provei isso [...] **Pois é meu amor eu aposto alto e não tenho medo de perder É tudo ou nada ande 100% comigo e aproveita** pois eu demorei bastante pra confiar em vc **não estrague** isso. Eu tô aqui limpa pra hora que quiser saber, saber de mim meus cabelos e minha canela tá aqui e o seu peito? É de aço? ou ainda tem um  que me ama de verdade? Pois eu te amo do fundo mais interno do meu ser. **Me desculpe se sou dura nas palavras mas sou franca.** Eu **preciso** deixar as coisas bem claras entre nós.

(Carta 55)

Inicialmente, há dizeres no discurso que marcam que o sujeito considera a carta enquanto um meio de encontro com o outro, e que por ela, expõe sentimentos e sensações, como em: “*Que esta carta te leve*”. A seguir, há lamentos que se referem à privação da liberdade, onde os itens lexicais “*ao menos*” estabelecem um limite mínimo para o que desejaria fazer, mas que, no entanto, não pode por estar preso, e assim, espera que a carta cumpra esse papel em seu lugar. Há, entretanto, uma construção adversativa em: “**Mas as cartas tem me mantido um vinculo contigo**” e, nesse caso, segundo Neves (2000, p. 756), “[...] os segmentos coordenados por *MAS* podem ser *enunciados*”. Logo, ainda que, inicialmente, posicione-se enquanto regulada por um sistema de controle, em seguida, atribui à carta um meio de encontrar-se menos “afetada” pela privação da liberdade, delegando a ela a responsabilidade pelo vínculo, pelas relações, pelos laços.

Nesse sentido, os sujeitos que escrevem são observados a todo o momento e considerados como uma massa homogênea, uma vez que estão nesse espaço de reclusão pelo mesmo motivo: cometeram um crime, tiveram um comportamento que não é aceito em sociedade, e que, por sua vez, deve ser “corrigido”. A esse respeito, Foucault (2012, p. 190) diz que há “[...] mecanismos de poder que, ainda em nossos dias, são dispositivos em torno do anormal, para marcá-lo como para modificá-lo”.

Observamos nesse momento, o modo como as construções verbais aparecem nesse discurso e, sobretudo, quais os efeitos de sentido corroboram a representação de si que emerge na escrita do sujeito da carta (55) e que perpassa seu processo de subjetivação.

Primeiramente, destacamos as expressões que validam um sentido de negação, e portanto, de ausência – do outro –: “*nunca mais eu te vi*”, “*não senti teu cheiro*”, “*não tenho pra mim o aconchego dos teus braços*” e “*nem ao menos posso falar com vc!*”. Tais dizeres produzem o efeito de sentido de que, pela privação da liberdade, o sujeito se vê ausente do outro, e ao “elencar” uma série de fatores que o fazem sentir a falta – e a distância – pela qual se vê, representa-se como distanciado – do outro, da sociedade –, sendo as cartas o que mantêm seu “vínculo” com o mundo exterior às grades.

Nos dizeres “*sabe que comigo não tem mais ou menos*” e “*Pois é meu amor eu aposto alto e não tenho medo de perder É tudo ou nada ande 100% comigo*”, as oposições constituem sua busca pela (ilusória) completude, pelo desejo de sentir-se preenchido – “*ande 100% comigo*” –, uma vez que não aceita “meios termos” e deseja ter a sensação de segurança, bem como a certeza do companheirismo do outro.

É recorrente uso de verbos no imperativo, e quando assim utilizados, indicam ordem, pedido, conselho ou sugestão. Observemos então os dizeres: “*tenha a consideração pelo amor que eu tenho por você*”, “*não deixe acontecer como muitas que tenho visto por aqui*”, “*ande 100% comigo*” “*aproveita pois eu demorei bastante pra confiar em vc*”, “*não estrague isso*” e “*leia na biblia gênesis 2.24*”. No imperativo afirmativo estão as formas verbais: “*tenha*”, “*leia*”, “*ande*” e “*aproveita*”; já no imperativo negativo: “*não deixe*”, “*não estrague*”. Tais construções perpassam o processo de subjetivação do sujeito, que busca no outro – que é presença em seu discurso por meio da frase imperativa –, sua (ilusória) completude, produzindo o efeito de sentido de que por meio de suas palavras quer fazer valer o seu discurso, pois pela posição que ocupa – e que lhe constitui –, sua representação é atravessada pela memória e por outros discursos.

Nesse ponto, na esteira de Emediato (2006, p. 146) sobre a modalização enunciativa, concordamos que se trata da modalidade de “exigência”. Assim, o outro – interlocutor – é chamado a ter uma reação determinada ao ler sua carta, e esta, é dada pela relação de influência que perpassa esses dizeres, uma vez que o sujeito que escreve busca “agir” sobre aquele que lê, para que assim, possa se sentir completo.

Em: “*não deixe acontecer como muitas que tenho visto por aqui*”, o pronome indefinido “*muitas*” refere-se às outras mulheres presas, uma vez que o dêitico espacial “*aqui*” caracteriza o lugar em que está: a prisão. Por isso, em: “*Os que vão ser felizes por aí*”

*eu não vejo só o que vejo é o outro lado de pessoas que soluçam de chorar até adormecerem por não ter mais quem tanto ama e muitas das vezes O amor é que te trouxe aqui*” os dêiticos espaciais “*por aí*” podem referir-se ao exterior da prisão, e por sua vez, os itens lexicais “*outro lado*”, ao seu interior. Esses dizeres produzem um efeito de sentido de que por estar presa, não vê além dos muros, mas somente pelo lado em que se encontra, aquele que pode ver, caracterizando-o enquanto um lugar de sofrimento e choro – exclusão.

A expressão “*outro lado*” emerge também um sentido que ressalta a dualidade da sociedade pelos mecanismos da exclusão: “[...] a divisão constante do normal e do anormal, a que todo indivíduo é submetido, leva até nós [...] a marcação binária” (FOUCAULT, 2012, p. 189). Logo, a sociedade é marcada por duas faces, a exemplo de uma moeda: os bons e os maus, os corretos e os incorretos, os normais e os anormais, e outras tantas dualidades excludentes, pois tal qual a moeda, uma face exclui a outra, ou seja, quando observada por uma de suas faces, não é possível que se veja a outra ao mesmo tempo em que se olha a primeira. No caso das internas, representam a “face da moeda” que a muitos não interessa “ver”, pois esses sujeitos devem ser “corrigidos”, “remodelados” e “recuperados” para que possam retornar ao convívio social. Logo, ver pelo “*outro lado*” é ocupar um lugar de exclusão, pois por ele, o sujeito “é visto, mas não vê” (p. 190).

Há ainda, nessa escrita, uma postura de vitimização que atribui ao sujeito da carta (55) a representação de vítima. A esse respeito, Barcinski (2009, p. 579), ao investigar a tradicional vitimização de mulheres que se envolvem com atividades criminosas, nota que elas consideram “legítimo e justificável o caso de mulheres que se envolvem com o tráfico de drogas em virtude de suas relações amorosas, mas altamente condenável o caso daquelas que decidem por conta própria ingressarem no crime”. É nesse sentido que no dizer “*muitas das vezes O amor é que te trouxe aqui*” o sujeito se posiciona enquanto vítima do amor que sente, atribuindo a esse sentimento (ou ao outro a quem escreve) o motivo de estar presa, pois ainda que o pronome oblíquo “*te*” se refira ao outro, o dêitico espacial “*aqui*”, por referir-se à prisão enquanto espaço que ocupa no momento da enunciação, produz um efeito de sentido de que é dela mesma que fala, e assim, sustenta que na maioria dos casos, as mulheres estão presas por culpa das relações amorosas que têm.

Em: “*te amo loucamente*”, o advérbio de modo “*loucamente*” “qualifica uma ação” (NEVES, 2000, p. 236), que nesse caso, é expressa pelo verbo amar, sugerindo diferentes efeitos de sentido, como o de ser uma dessas mulheres de que fala, ou seja, estar presa por influência de seu relacionamento amoroso. Ainda, ao vitimizar-se pelo amor, as marcas linguísticas apontam para ideologias que podem advir da formação discursiva religiosa, como

em: “*até a ultima gota do meu Sangue*”. Aqui, um dos sentidos possíveis é o de que o interdiscurso religioso perpassa esse dizer, e pela memória discursiva, a figura de Cristo emerge o sentido de que o sujeito “ama sem medidas”, isto é, ama insanamente.

Ademais, em: “*leia na bíblia gênesis 2.24<sup>27</sup>*”, pelo interdiscurso bíblico, o sujeito fala do casamento a partir das ideologias religiosas que o sustentam, exigindo que o outro aja conforme essa concepção. Caso isso não aconteça, em tom de ameaça, diz que poderá desistir dos seus sentimentos e desejos e ser feliz sozinha. Em: “*acabo de ir pro inferno*”, o verbo “acabar”, conjugado no presente, pode significar que já está nesse “inferno” de que fala, podendo ser a prisão ou, que ainda, vive esse inferno na sociedade que a rejeita, pois o lugar que assume é o da exclusão, validada pela voz da transgressão. Nesse caso, “[...] ao falar de exclusão, fala-se de desejo, temporalidade e de afetividade, ao mesmo tempo que de poder, de economia e de direitos sociais” (SAWAIA, 2001, p. 98).

Assim, quando escreve no final da carta: “*Me desculpe se sou dura nas palavras mas sou franca*”, é possível apontar uma relação entre o uso dos verbos no modo imperativo com a “dureza” das palavras. Contudo, o ato de desculpar-se por suas palavras, tem sentido no que pontua Authier-Revuz (1998, p. 25, grifo da autora): “[...] figuras do dizer alterado pelo encontro com o não-um: desculpas, reservas, modalidades irrealizantes do dizer, ligadas ao jogo de um *sentido a mais*”. Logo, pela “não-coincidência das palavras consigo mesmas”, o sujeito transita entre a representação de uma mulher romântica, sentimental, vítima – como deixa representar-se no início da carta –, à mulher dura, que tem palavra, que toma a frente, que faz (valer) o seu discurso.

Em oposição a estes significantes usados no início da carta, o sujeito finaliza: “*Eu preciso deixar as coisas bem claras entre nós*”. O verbo “*precisar*”, que significa “ter precisão ou necessidade de; necessitar” (FERREIRA, 2000, p. 551), em relação ao dizer “*deixar as coisas bem claras*”, significa que se refere não somente ao desejo de manter seu relacionamento amoroso, mas à necessidade de justificar-se pelo lugar que ocupa, pois esse lhe constitui – e ao seu discurso. Ainda, esse dizer emerge o sentido de que o sujeito tenta falar pelo “UM”, entretanto, seu discurso é marcado “[...] por um campo duplamente marcado pelo NÃO-UM [...], e pelo caráter *não-repetível* da compreensão que dele se pode ter, inevitavelmente afetada pela subjetividade e pela incompletude” (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 166).

---

<sup>27</sup> “Por isso o homem deixa o seu pai e sua mãe para se unir à sua mulher; e já não são mais que uma só carne” (GÊNESIS, 2, 24)

Nesse recorte, o sujeito que escreve busca sua completude por meio da presença do outro e da recusa ao “meio termo”. Interpretamos que a exclusão pela qual se vê, doravante do sentimento de que não faz parte da sociedade, constitui seu processo de subjetivação e, sobretudo, a representação que faz de si – sujeito excluído –, que é também perpassada pela representação de vítima, a fim de que possa ver o “*outro lado*”.

Em suma, nesse primeiro eixo apontamos as representações de si que emergem na/pela escrita das mulheres internas, de modo que os recortes analisados mostraram como se constituem no contexto de privação da liberdade. Vimos que o discurso dessas mulheres é interpelado pelo silenciamento que busca regulá-las, e que por isso, as representações que fazem de si são perpassadas pela estratégia. Destacamos as seguintes representações: lutadora, vencedora, arrependida, recuperada, pessoa íntegra, injustiçada, inferior, transgressora e excluída. Apontamos ainda, que em meio às relações de poder e os jogos de verdade que circulam no contexto prisional, para as mulheres internas, a escrita atravessa “*a distância*”, “*as muralhas*” e “*as grades*”.

Mostramos também de que forma esses sujeitos obtém sua constituição, isto é, seu processo de subjetividade, bem como, de que modo são objetivados – pelos discursos, pelo outro, pela Instituição – em sujeitos criminosos e errantes, que precisam ser recuperados e (re)integrados. Assim, problematizamos que seu processo de subjetivação é marcado nas representações que fazem de si, que por sua vez, permitem que se constituam como sujeitos que (se) apropriam de procedimentos – notamos os discursos da estratégia – em sua relação consigo como forma de olhar para si pelo poder que lhes objetiva.

Passemos agora ao próximo eixo, onde na/pela escrita as mulheres internas “deixam” marcas de subjetividade pelas representações que fazem do outro.

### 3.2 Representações do outro

No primeiro recorte desse eixo, o sujeito que escreve representa-se como abandonado pelo lugar que ocupa, marcando assim, uma representação negativa do outro. Vejamos:

#### **Recorte 07:**

Saudações

Espero que essa ao chegar em suas mãos possa atravessar toda essa distância é através dessa simples folha de papel eu venha me fazer presente no **seu** dia-a-dia que ultimamente parece estar muito corrido. Olha Amor estou muito preocupada com **você** **você** sabe que **tiamo**, mais confesso que estou magoada, **você** não tem consideração por mim sumiu e nem se quer me escreve ja tem um mês que não manda uma carta se quer. O que está acontecendo porque **você** me **abandonou** é **fácil dizer que ama que é capaz de tudo quando se está atrás das grades mas quando passa do portão pra fora as coisas**

**muda né?** Achei que ia ser diferente que **você** não ia me abandonar que **seu** amor era mais forte do que essas grades que me prende [...] incrível como posso amar **você** tanto assim sendo que **você** nem se quer me escreve pra saber se estou bem mas fazer o que se tiamo **sei que tudo que estou passando aqui todo esse sofrimento vai acabar em breve ai quero ver como vai ser** e quero que saiba que o abandono doi e muitas das vezes além de inesquecível se torna imperdoável se coloca no meu lugar se eu tivesse fazendo isso com **você** como **você** não estaria se sentindo porque eu estou péssima com **seu** abandono [...]  
(Carta 37)

No início da carta, em meio às saudações, o sujeito se coloca pelo desejo do reencontro, marcando que a carta possui um principal objetivo: reduzir a distância e o abandono pelo qual se vê. Pelas condições de produção desse discurso, essa escrita produz o sentido de que ele deseja ir além de onde está, isto é, ainda que haja uma distância que o separa do convívio social, pela carta pode extrapolar os limites do papel, e assim, ser presença. Embora produza o sentido de que seu desejo é (se) fazer “presença” pelo outro, deixa marcas que perpassam a representação que dele tem e que o constitui. Isso porque esse sujeito imagina possíveis motivos para a falta: de contato, atenção, correspondência... Olha para o outro por meio da ausência pela qual o representa e faz sua avaliação, isto é, no/pelo gesto do outro é que se vê – representação de abandonado.

Em: “*você sabe que tiamo, mais **confesso** que estou magoada*”, o verbo “confessar” marca a escrita de si pela confissão. Ao analisar a escrita dos *hupomnêmata* Foucault (2006b) discute acerca da confissão com “valor de purificação”. Assim, quando o sujeito assina um termo de confissão quer ser purificado, e esse gesto o transforma, deslocando-o de um sujeito pós-crime a um sujeito sem crime, que deseja ver-se e representar-se diferente. Nesse caso, o sujeito confessa seus sentimentos, e esses, levam-no a um exame de consciência. Esse exercício de si passa também pelo outro, uma vez que a escrita de si é uma confissão individual e coletiva ao mesmo tempo, onde coincide o olhar do outro e o olhar que o sujeito lança sobre si mesmo. Logo, ao confessar a angústia que sente por sentir-se abandonado, o sujeito faz a si e ao outro, e nesse caso, quer livrar-se desse sentimento, o que (res)significa a representação que faz do outro.

Conforme apontamos a seguir, ao representar-se como abandonado, o sujeito que escreve constrói uma imagem do outro – interlocutor –, que por sua vez, é marcado linguisticamente pelos seguintes pronomes: “**você**” – pronome pessoal utilizado em nove dizeres –; “**seu**” – pronome possessivo utilizado em dois dizeres –; “**te**” – pronome pessoal utilizado em dois dizeres.

Interessante notar que nos dizeres em que o pronome pessoal “**você**” foi utilizado, há, em sua maioria, uma postura de “acusação” ao outro por parte daquele que escreve, onde a ele

se refere de forma negativa. Nesses dizeres, o sujeito constrói uma imagem de um “outro” que abandona, validada por esse sentimento que é o fio de regularidade que perpassa seu discurso. Pelos pronomes mencionados, o sujeito fala sobre o dia a dia do outro, sua falta de correspondência e de consideração, seus sentimentos, sobre o que esperava dele, sobre como se sentiria se estivesse em seu lugar.

Assim, o sujeito da carta (37) constrói uma imagem de si enquanto abandonado pela imagem negativa que atribui ao outro, e nesse caso, o modo como o enunciado está organizado produz esse efeito de sentido, que por sua vez, coloca-o numa posição passiva – de sofrimento –, representando o outro enquanto o agente causador do abandono. Vejamos quais dizeres perpassam – e constroem – a imagem do outro.

Em primeiro, pelo dizer: “**você** não tem consideração por mim sumiu e nem se quer me escreve mais”, o sujeito atribui três fatores causados pelo outro: a falta de consideração, o fato de “sumir”, que pode estar relacionado à falta de visita, e em terceiro, sua falta de correspondência. Em seguida, em: “*porque você me abandonou*”, “**você** nem se quer me escreve pra saber se estou bem” e “*eu estou péssima com seu abandono*”, o outro é representado enquanto aquele que causa o abandono, consolidado pelos tempos verbais do modo indicativo, que por sua vez, indica um fato certo, o que torna o abandono do outro um fato “comprovado”.

O contrário acontece quando o sujeito, ao mostrar a dimensão da dor que o abandono lhe causa, simula o conflito que provocaria no outro, a fim de legitimá-lo por suas atitudes negativas. Observemos as construções verbais desses dizeres: “*eu venha me fazer presente no seu dia-a-dia*”, “*se eu tivesse fazendo isso com você*” e “*como você não estaria se sentindo*”. Os verbos que compõem esses dizeres – “vir” e “estar” – são utilizados no modo subjuntivo, que indica a possibilidade pela incerteza que carrega, e assim, reforça a imagem de mulher abandonada. Ao pedir para que o outro se coloque em seu lugar, não controla os sentidos. Por isso, seus dizeres são perpassados pelo significado de alerta, isto é, pelo sentido de que quando estiver livre, a situação pode se inverter.

É pertinente observar o modo como o sujeito da carta (37) se dirige ao outro nos dizeres: “*é fácil dizer que ama que é capaz de tudo quando se está atrás das grades mas quando passa do portão pra fora as coisas muda né<sup>28</sup>?*” e “*sei que tudo que estou passando*

---

<sup>28</sup> Pelo dêitico espacial em “*atrás das grades*”, esse dizer produz o sentido de que o interlocutor pode já ter estado na prisão, e que nesse período escrevia, correspondia, dava importância. Assim, como uma advertência ao outro, (re)afirma a importância da escrita nesse contexto de privação da liberdade, uma vez que o sujeito que escreve busca lembrá-lo que enquanto também estava preso se correspondia, lançava seu olhar porque também

*aqui todo esse sofrimento vai acabar em breve ai quero ver como vai ser*". Aqui, emerge – embora silenciada e não materializada linguisticamente – uma representação do outro que é concernente ao modo como o sujeito o trata no decorrer de sua carta: a representação de covarde. Isso porque no decorrer de sua escrita fala do abandono pelo qual se vê, de seu sentimento de inexistência, da angústia de estar presa e de seus sentimentos, sendo todos eles findados por essa representação que o atribui.

Nessa direção, o sujeito que escreve representa – e vê – o outro como covarde em face dele abandoná-lo no momento em que mais precisava. Essa representação é interpelada pelo sentido do dito popular “não foi homem o suficiente”. Dito em outras palavras, ao dizer que é “*fácil*” amar “*atrás das grades*”, (re)afirma o sentido de sua falta de compromisso ao sair da prisão, bem como sua desonra por não cumprir tudo o que havia dito. Assim, considerando que as condições de produção perpassam os efeitos de sentido do discurso, o dizer “*ai quero ver como vai ser*” produz o sentido de que deseja um “acerto de contas”. Isso porque o sujeito que escreve ocupa um lugar que, no momento, “barra-o” pelos dispositivos de controle; o destinatário, por sua vez, está em liberdade, e, portanto, pode fazer o que deseja.

Nesse recorte, o sujeito que escreve se vê no/pelo olhar do outro e, pela ausência de escrita, representa-se como uma mulher abandonada<sup>29</sup>. Entretanto, como os sentidos são incontroláveis, essa representação é resultante de uma imagem negativa que faz do outro – aquele que a abandonou “atrás das grades” e que é, portanto, covarde e, sobretudo, valida a representação que faz de si. Em seus apontamentos, o sujeito que escreve reluta a esse atual descaso, que a seu ver, ocorre porque não há correspondência, que nesse contexto significa presença, atenção, existência. Ainda, estabelece uma relação de forças, confrontando o amor e a prisão, o que produz o efeito de sentido de que a escrita também lhe assegura o amor em privação da liberdade, e assim, pela sua falta questiona o outro sobre seus sentimentos, sobre o respeito, ao mesmo tempo em que olha para si pelo sentimento de (in)existência.

Esse sujeito representa o outro como aquele que não lhe dá importância, e por isso, reclama pela falta de correspondência, reforçando que sua ausência o faz sentir-se assim. Ao criticá-lo, descreve a ausência de escrita como um gesto grave, pois se vê separado, longe dos

---

era olhado, mas que agora que está fora da prisão age indiferente pela sua ausência de escrita, parecendo não se importar.

<sup>29</sup> Esse discurso é atravessado pela voz de inúmeras mulheres que vivenciam situações de abandono – por parte dos maridos ou companheiros – quando se encontram em privação de liberdade. A esse respeito, conferimos a reportagem transmitida na programação do “Conexão Repórter” (SBT), no dia 17 de outubro de 2013, que mostrou os bastidores de uma prisão feminina de segurança máxima. Na reportagem, observou-se que de cada dez presas, ao menos sete foram deixadas de lado por maridos ou companheiros. (Disponível em:

<<http://www.sbt.com.br/conexaoreporter/reportagens/reportagem.asp?id=176&t=Mulheres+do+Crime>). Acesso em 04. jan. 2014, às 00h16.

outros, distanciado por um espaço que o ausenta da sociedade, pois é por ela que pode ir além dos muros; pode atravessá-los, saciar o desejo de não estar “*atrás das grades*”.

Vejamos o próximo recorte, onde há a representação do “outro pai”:

**Recorte 08:**

Para meu Querido Pai

**Bença** pai estou com saudades de todos inclusive da minha liberdade, e o dia das mães como foi o Senhor passou o domingo com a vó? O meu domingo de mães foi muito triste pai, por eu não estar com minhas filhas, sinto muito a **falta** delas.

Aqui as presas se reuniram e fizeram bolo com refrigerante na visita o solar ficou cheio de gente eu passei quase o dia todo deitada sozinha na minha jega<sup>30</sup> [...]

A cela que estou morando tem 6 presas elas são legais comigo.

Pai estou passando por um momento na minha vida que **nunca** imaginava passar, **atrás** das grades.

Eu fico preocupada com meu irmão o jeito que ele é cabeça dura tenho medo dele fazer **alguma coisa errada** pai, eu e o (R) só tem o **Senhor** a gente **ainda** precisa do **Senhor** nessa vida **apesar** da gente ter **crescido** e **ficado** de maior. acho que se o senhor não **tivesse ido** trabalhar no norte e **deixado** eu e o (R), **tudo tinha sido** diferente, mas mesmo assim não culpo o Senhor por isso, mas nós sentimos muito a sua **falta**.

Por isso resolvi casar sentia **falta** de ter uma família, mas não tive sorte no meu casamento só sofri.

Eu e o (R) se sentia muito sozinhos naquele quarto no fundo da casa da (C), pai me desculpe o desabafo, mas sempre Deus **nos** da uma nova oportunidade né e Deus colocou a (S) **para o Senhor** e a (L) cuidar da o amor e o carinho que ela precisa, pai não esquece da (A) ela também é sua neta. A (A) **precisa do seu carinho de vô** porque o seu (C) e o pai dela morreu não esquece ela não tá [...] **tenho fé em Deus que até o final do ano eu estou livre desse lugar, se Deus quiser.**

(Carta 51)

Inicialmente, o sujeito demonstra respeito à figura paterna por meio do tratamento pelo qual se dirige ao destinatário de sua carta. Assim, o gesto de “pedir a benção” traz pela memória discursiva um já-dito, e esse, corrobora uma representação de filha que respeita o pai. Notamos então, que esse gesto perpassa a imagem que o sujeito cria de si – filha respeitosa –, onde escreve a partir de uma preocupação com a imagem do outro a quem dirige seu discurso e, ao mesmo tempo, com quem este pensa que ele é. Esse mecanismo se constitui pelas formações imaginárias, e assim, antecipa “[...] a imagem que o locutor faz da imagem que seu interlocutor faz dele [...]” (ORLANDI, 2012, p. 40).

Ao escrever, “o sujeito mais se diz do que diz” (ECKERT-HOFF, 2008, p. 115) e fala a partir de um passado que lhe incomoda, desestabiliza, constitui, e que, portanto, é presente. Em sua escrita, o sujeito da carta (51) deixa-se dizer pelos diferentes papéis que ocupa: mãe, irmã, filha e mulher interna e, assim, (se) diz a partir da “*falta*” pela qual se e(ins)creve, pela incompletude pela qual se vê, como apontaremos a seguir.

<sup>30</sup>

Jega: cama. (Disponível em: <[http://www.mp.ce.gov.br/orgaos/CAOCRIM/legislacao/grupogestordeunidades/girias\\_detentos.pdf](http://www.mp.ce.gov.br/orgaos/CAOCRIM/legislacao/grupogestordeunidades/girias_detentos.pdf)>). Acesso em 26 julh. 2013, às 02h31.

Escrevendo, olha para o outro e, sobretudo, para si. Em primeiro, ao tratar do papel de mãe no dizer: *“foi muito triste pai, por eu não estar com minhas filhas, sinto muito a falta delas”*. Pelo sentimentalismo de um discurso melancólico, marca que seu sofrimento se dá pela *“falta”* que sente das filhas, o que o faz sentir-se infeliz e incompleto. Contudo, a privação da liberdade é o “pano de fundo” para a falta, como escreve em: *“estou com saudades de todos inclusive da minha liberdade”*, o que produz o efeito de sentido de que pelo outro, o sujeito olha para si. Em outras palavras, sente a falta da filha – e de todos – porque está privado de liberdade e, portanto, são seus sentimentos e sensações que são colocados no papel.

O sujeito que escreve se vê em um lugar não desejado para si: *“Pai estou passando por um momento na minha vida que nunca imaginava passar, atrás das grades”*, bem como em: *“tenho fé em Deus que até o final do ano eu estou livre desse lugar, se Deus quiser”*. O advérbio *“nunca”* produz uma negação no nível da oração (NEVES, 2000, p. 287). Logo, não se imaginar neste lugar é tentar apagá-lo, o que é uma ilusória tentativa, pois ao passo em que quer dele livrar-se, este já o constitui. Ainda, o sujeito marca o lugar de onde fala – a prisão –, que por sua vez, é atravessada por outros discursos que mantêm uma relação de positividade com outros ditos. Por isso, esse sujeito não se imagina *“atrás das grades”*, pois não deseja ser olhado (e se olhar) como uma mulher *“interna”*. A formação discursiva religiosa perpassa seu dizer, pois ao escrever *“tenho fé em Deus que até o final do ano eu estou livre desse lugar, se Deus quiser”* fala a partir da ideologia de que Deus é capaz de libertá-lo dessa situação – desejo que o alimenta com um tempo marcado – *“até o final do ano eu estou livre”* –. No contexto desse discurso, a confiança à lei divina proporciona esperança, conforto e paz.

A partir da premissa de que o sujeito se vê num lugar não desejado para si é que podemos apontar que esse efeito de sentido perpassa a sua escrita e constitui a sua busca de completude. Atentamo-nos, adiante, na referência que faz ao irmão, demonstrando preocupação de que faça *“alguma coisa errada”*, silenciando o que considera ser inadequado. Na esteira de Orlandi (2007, p. 69) “[...] o silêncio não está apenas ‘entre’ as palavras. Ele as atravessa”. Assim, em relação ao silenciamento que perpassa esse dizer, interpretamos que se constitui, ao mesmo tempo, como uma tentativa de controlar o que diz, e ainda, (des)mascara um dizer que acredita ser referente ao outro, mas que traz à baila um dizer de si. Isso porque ao falar do outro, o sujeito que escreve fala de si, pois se vê pelo erro – crime cometido –, pelo *“errado”* que o coloca num lugar não desejado, sobretudo, para si, pois o incomoda, o faz querer ser livre.

Segundo Coracini (2010b, p. 24) “[...] a escritura implica na inscrição daquele que (ex)põe suas ideias, seus sentimentos, seus afetos e desafetos, ao mesmo tempo em que o sujeito se vê envolvido (marcado) pelo que escreve”. Assim, ao mostrar-se preocupado e com medo do que possa acontecer ao irmão, esse sujeito é dito por um efeito de sentido produzido: o lugar de onde fala – a prisão – lhe representa enquanto um sujeito do erro, o que implica observar outras vozes que atravessam seu discurso – a voz da Instituição Penal, que tem o propósito de corrigi-lo e transformá-lo, bem como a voz da sociedade, que é desejanter de que responda pelo “erro” cometido, uma vez que fez algo inaceitável para conviver em sociedade. Logo, ainda que acredite estar falando do outro, o sujeito fala de si, emergindo uma representação que o coloca como o “indivíduo a ser corrigido” (FOUCAULT, 1997).

Ao posicionar-se enquanto filha em: “a gente **ainda** precisa do Senhor nessa vida”, a continuidade que atravessa esse dizer produz o efeito de sentido de que o pai deveria estar presente em todos os momentos de sua vida, abrangendo passado e presente, fato que segundo o sujeito, não ocorreu. Na sequência, em: “**apesar** da gente ter **crecido** e **ficado** de maior”, há uma concessão (NEVES, 2000) que, entretanto, não extingue a culpa que atribui ao pai, mas a acentua. O uso de verbos no particípio passado (re)vela a subjetividade daquele que escreve: “**crecido**”, “**ficado**”, “tivesse **ido**”, “**deixado**”, “**tinha sido**”, pois além de retratar um momento passado, esses verbos atravessam o presente – maioridade (“**de maior**”), pois, por essas construções verbais é que o sujeito representa o pai como ausente, sendo essa, a representação que sustenta seu dizer e sua busca (ilusória) de completude.

Ao reportar-se ao passado, traz à baila seu presente e sua trajetória de vida atrelada a um sentido condicional: “**se**” tivesse tido a presença do pai, sua realidade seria outra – não estaria “*atrás das grades*”, conseguiria “*ter uma família*”, ou ainda, teria tido “*sorte no casamento*”. Ao olhar-se no papel de esposa, também se representa pelo sofrimento que a “falta” lhe causa, conforme o dizer: “*Por isso resolvi casar sentia falta de ter uma família, mas não tive sorte no meu casamento só sofri*”. Assim, a conjunção condicional “**se**” traz outra realidade possível para seu presente e que é, pelo sujeito, desejada: o desejo de uma outra vida.

Segundo Jonas (2006, p. 166), que discute a responsabilidade pelo princípio da moral, “quanto menos se age, menor é a nossa responsabilidade”. Ao (d)escrever seu presente como uma consequência do passado, o sujeito responsabiliza o outro, e tal ato condiz com o desejo de desvencilhar-se dos danos sofridos por seu crime, buscando (re)estabelecer também a ordem moral, uma vez que quando se comete um crime, há punição, que é, sobretudo, a responsabilização por um ato cometido. Em: “*mesmo assim não culpo o Senhor por isso, mas*

*nós sentimos muito a sua falta*”, o sujeito se (contra)diz pela denegação, que é validada pela adversativa, uma vez que ao mesmo tempo em que nega a culpabilização, (des) mascara esse sentimento que o constitui, o que não confirma o dizer "*não culpo o senhor*".

Ainda, vale observar que o desejo de uma nova oportunidade constitui o sujeito da carta (51) ao mesmo tempo em que inclui o “outro pai”, uma vez que traz o outro para seu discurso em: "*mas sempre Deus nos da uma nova oportunidade né*". Esse dizer, embora (re)vestido de uma representação de sujeito recuperado, marcado pela oportunidade de agir de modo diferente, camufla outro sentido, pois inclui o pai nessa possível “mudança de vida”: “*e Deus colocou a (S) para o Senhor e a (L) cuidar*” e “*A (A) precisa do seu carinho de vô*”. O sentido aqui produzido é o de que o pai, por não exercer esse papel para com o sujeito que escreve, bem como para o irmão, tem agora de Deus a chance de se “redimir”, e que assim, pode fazê-lo enquanto avô. Logo, o pai é representado como aquele que precisa de uma nova oportunidade.

O desejo de completude do sujeito que escreve passa pelo preenchimento que busca no/pelo outro, uma vez que enquanto mãe pede ao avô que supra uma possível falta em sua filha e que serve de sustentáculo para si, visando concretizar por meio dela, o que gostaria que se concretizasse para si: a presença paterna. Assim, a falta faz com que se veja como um sujeito incompleto, mas que ao buscar sua completude, lança sobre o outro aquilo que quer para si: a presença paterna, sendo esse o (ilusório) preenchimento daquilo que lhe falta, pois será sempre incompleto, embora esse desejo sempre o constitua.

No recorte analisado, interpretamos que o sujeito (d)escreve seu presente a partir de um passado que lhe falta, construindo assim, uma identidade de vítima, onde, pela ausência do pai, representado enquanto culpado, tem a sensação de se redimir das consequências que hoje vivencia, buscando por um passado “justificável” vestígios que confirmem sua vitimização. Esse sujeito se mostra desejante de um passado diferente, que a seu ver, proporcionar-lhe-ia um presente contrário ao que vive. Logo, sua busca de completude é atravessada pelo preenchimento do passado que lhe falta e que o leva a constituir-se no/pelo desejo de um presente diferente.

Pelas lembranças, que são vida no papel, vê-se pela “*falta*”: das filhas, do pai, de ter uma família, e assim, sua busca (ilusória) pela completude é validada por querer a presença do pai, ver o irmão numa vida “correta”, ter um bom casamento, construir uma família e, conseqüentemente, não estar preso. Observamos as seguintes representações de si: filha respeitosa, irmã atenciosa, esposa sofrida, o indivíduo a ser corrigido, bem como, a postura de vítima pela qual o sujeito se olha. Ainda, há a representação do outro enquanto culpado e,

sobretudo, a imagem de um pai ausente. Assim, o sujeito que escreve se posiciona enquanto vítima da “falta”, e(ins)crevendo-se a partir de um passado que lhe prende entre grades, que hoje, são ausência e desencontro. Contudo, pela escrita, essas grades são abertas, deixando marcas no papel, em si e no outro.

Passemos ao próximo recorte, extraído da carta (29):

**Recorte 09:**

[...] Há minha vida como é **ruim** ficar **longe** de quem a gente ama. **Sorte a minha que podem prender o meu corpo mas nunca os meus pensamentos.** [...] É o que eu mais quero é te fazer feliz te ver sorrindo por enquanto ainda é um sonho distante, mas com certeza vc me compensa **cada minuto perdido aqui neste lugar.** [...] se não tivesse vontade de te vê e ficar com vc um dia já tinha mandado um pro inferno faz é tempo nessa cadeia de coisa. Sabe amor **antes** vc já podia contar comigo **agora** não pois **estou de pés e mãos atadas** e ainda te sugando mas quando eu sair daqui pode ter certeza conte comigo só que **agora** tenho uma **visão diferente mais madura** e por certa vez um **pouco** parecida com a sua. Sabe meu amor, a gente tem ideias **diferentes** pois somos criados de formas **diferentes**, culturas e ambientes **diferentes** isso não é legal p/ mim **mas** agora temos **passagens na vida iguais** e um se assegura no outro e vamos longe. **Quem ama as rosas aguenta os espinhos.**  
(Carta 29)

Embora o sujeito lamente a privação de liberdade, o substantivo feminino “*sorte*” e a conjunção adversativa “*mas*” em: “*sorte a minha que podem prender o meu corpo mas nunca os meus pensamentos*”<sup>31</sup>, deixam marcas de resistência em seu dizer. Isso porque considerar-se enquanto uma pessoa de sorte produz o efeito de sentido de que o poder pelo qual buscam controlá-lo não é absoluto e conforme afirma Foucault (1988, p. 105): “[...] lá onde há poder há resistência”.

Com base nesse conceito foucaultiano, nas palavras de Revel (2005), não é contra o poder que nascem as lutas, mas contra os efeitos de poder, bem como os estados de dominação, que por sua vez, foram abertos pelas relações de poder. Esse sujeito afirma inicialmente que seu corpo está preso – estado de dominação dado pela privação da liberdade –. Em seguida, esse dizer produz, pelo sentido adversativo, a indiferença ao aprisionamento do seu corpo que, embora preso, é livre em seus pensamentos. Interessante notar que seu discurso é também atravessado por uma representação de cadeia ineficiente, sentido validado em: “*cada minuto perdido aqui neste lugar*”.

<sup>31</sup> Percebemos que é comum trechos de rap e funk nas cartas, como em: “Pensamentos Trancados” (Mc Dimenor Dr): “Corpo aprisionado, mals (*sic*) tratos, ignorância/Por causa do sistema adolescentes não tiveram infância/Revolta vai e vem e para aqui no meu coração/Somos índices negativos da população/Discriminados, excluídos da sociedade/É tanta injustiça nessa grande cidade/Liberdade está distante nem fui sentenciado/O juiz me condenará e por Deus serei negado/Eu errei eu sei preferia pena de morte/Confinados vijiados (*sic*) entrei pro Big Brother/Cometi crimes e crimes meu ódio tomo (*sic*) fermento/**Podem prender meu corpo mais jamais meu pensamento**”. (Disponível em: <<http://www.vagalume.com.br/mc-dimenor-dr/pensamentos-trancados.html>>). Acesso em: 31 julh. 2013, às 02h37.

Pelos advérbios temporais “*antes*” e “*agora*” essa mulher interna delimita sua situação de liberdade. Isso porque fora da prisão sentia-se presente para com o outro, como escreve em: “*antes vc já podia contar comigo*”. Pelo contrário, quando se coloca na posição de interna, diz que “*agora não*”, justificando-se pelo fato de estar “*de pés e mãos atadas*”, o que significa que é controlada. Assim, esses dizeres produzem o efeito de sentido de que a prisão é responsável em tirar-lhe a liberdade e, sobretudo, o direito de ir e vir<sup>32</sup>, o que emerge o interdiscurso da lei, pois esse sujeito deve agir conforme o outro estipula. Por estar preso, é impedido de exercer seu direito de liberdade, sendo seu dizer perpassado pela noção do controle.

Importante observar que há uma contradição perpassada pelo interdiscurso da regeneração em: “*agora tenho uma visão diferente mais madura*”. O advérbio temporal “*agora*” marca que pela prisão o sujeito transformou-se, e assim, assumiu uma nova postura, o que se dá pelo substantivo feminino “*visão*” – referindo-se a sua conduta. Nesse caso, contradiz a perda de tempo a qual se referiu à prisão, produzindo o efeito de sentido de que por ela – prisão – é que deve restituir-se moralmente à sociedade em face do crime que cometeu. Entretanto, esse discurso de transformação pode ser uma estratégia, pois segundo Foucault (2006b, p. 285), “[...] é preciso distinguir as relações de poder como jogos estratégicos [...] que fazem com que uns tentem determinar a conduta dos outros, ao que os outros tentam responder não deixando sua conduta ser determinada [...]”.

Por isso, ainda que o sujeito se posicione enquanto “*corrigido*” pelas práticas punitivas, há um lapso em seu dizer, pois ao escrever que agora possui essa visão modificada em “*é um pouco parecida com a sua*”, referindo-se ao destinatário da carta, o advérbio de intensidade “*pouco*” produz o efeito de sentido de que embora tente mostrar-se semelhante ao outro, rejeita o que ele é, pois não se vê totalmente igual a ele, mas um “*pouco*”. Nesse caso, significa que, estrategicamente, o sujeito assume essa posição para ser sancionado pela sociedade, como (se) deixa mostrar no dizer “*agora temos passagens na vida iguais*”<sup>33</sup>.

---

<sup>32</sup> A esse respeito, trazemos numa relação interdiscursiva, a Constituição Federal de 1988: “Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XV - é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens;” (Art. 5, inc. XV da Constituição Federal de 1988). (Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10730517/inciso-xv-do-artigo-5-da-constituicao-federal-de-1988>>). Acesso em: 31 julh. 2013, às 13h55.

<sup>33</sup> Note-se que esse sujeito silencia que “passagens iguais” são estas, e que aqui, pelas condições de produção, interpretamos que seja a prisão.

Ainda que relute a representar-se pela “diferença” pela qual constrói a imagem do outro, esse sujeito busca uma “nova identidade”, que lhe permita sair de sua condição de invisibilidade – deseja afastar-se da identidade de transgressor das leis –. Embora insista em representar-se “diferente” em relação ao outro – dizendo que o que ele representa “*não é legal*” –, é, pois, pelas “*passagens na vida iguais*” que tem a sensação de que está inserido em algum grupo, já que foi excluído da sociedade. Isso significa que ao ver-se nessa “*cadeia de coisa*”, sente-se excluído e também representa o outro assim, uma vez que não estão no convívio social, passando a ocupar outro lugar, que é, nesse caso, constituído pela população carcerária. A esse respeito perpassa o seguinte sentido: “[...] ao se encontrar com seus ‘iguais’ a sensação de invisibilidade tende a desaparecer – ainda que temporariamente [...]” (GUERRA; CAMESCHI, 2013, p. 39).

Em continuidade, distancia-se daquilo que não quer pelo adjetivo “*diferente*” em: “*ideias diferentes*”, “*criados de formas diferentes, culturas e ambientes diferentes*”, acentuando sua não identificação para com o outro em: “*isso não é legal pra mim*”. O recorrente uso desse adjetivo – “*diferente*” – mostra “[...] a insistência sobre uma palavra importante” (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 58) e, segundo a linguista, essa ocorrência é uma confirmação de um determinado dizer, representando que quer ressaltar o que diz. Apesar de utilizar do mesmo item lexical – “*diferente*” – para representar o outro, tomamos o pressuposto de que em cada uso, constitui-se um novo acontecimento discursivo, o que nos leva a interpretar que se refere às ideologias, cultura e lugar do outro, e que, sobretudo, deseja que não (re)caiam sobre si, representações negativas tal qual as que cria a respeito do outro.

Por fim, há nesse recorte um dizer metafórico: “*quem ama as rosas aguenta os espinhos*”. A esse respeito, “a metáfora é constitutiva do processo mesmo de produção de sentido e da constituição do sujeito” (ORLANDI, 2012, p. 79). Nesse caso, quando o sujeito marca, anteriormente, as diferenças entre si e o interlocutor, a metáfora de “*rosas e espinhos*” pode significar um oposto de identificações, que a seu ver, diferencia(ria) sua representação a do outro, confrontando-lhes com a imagem que dele tem. Logo, a representação que emerge nesse dizer é o “outro espinho”, aquele que incomoda e “fere” a imagem de “rosa” arquitetada socialmente.

Embora busque dele distanciar-se, esse já o constitui, pois na medida em que nega, afirma, e ao distanciar, aproxima. Pelo incômodo que esta representação lhe causa, torna-se presente, e, portanto, constitui a si. Ao trazer uma suposta rejeição ao outro, a seu passado, torna-o presente, uma vez que, se busca delimitar as “diferenças”, é porque elas existem também para si...

Assim, seu discurso – heterogêneo em sua própria constituição – é também atravessado pela voz da sociedade, que pelo “diferente” – crime –, busca torná-los – população carcerária – sujeitos iguais, uma vez que carregam a imagem de sujeitos errantes, que precisam ser corrigidos, transformados e recuperados. Logo, esses sujeitos são “diferentes” por cometerem crimes, mas precisam ser recuperados para que sejam “iguais” ao restante da sociedade.

Em suma, o sujeito da carta (29), pelo adjetivo “diferente”, busca distanciar-se (ilusoriamente) do outro, e o faz marcando o que para ele os distingue: ideias, criação, culturas, ambientes. Seu processo de subjetivação consiste na busca de (se) constituir por meio de uma singularidade que distancie sua imagem da imagem do outro em seu discurso. Entretanto, ao colocar que o que ambos têm de semelhante e, por conseguinte, aproxima-os, é a prisão, o sujeito é traído pelas palavras, que (d)enunciam o seu desejo de não querer também ser o “espinho” pelo qual representa o outro.

Ilusoriamente, acredita que a prisão atribui a si e ao outro identidades iguais. Ao colocar a si e ao outro pelas "*passagens iguais*" que têm, atribui a mesma qualificação para ambos, parte – ilusória – de um "eu" homogêneo e não-fragmentado. Interpretamos que ao ver-se no/pelo olhar do outro, ao passo em que marca as diferenças, esse sujeito fala a partir da heterogeneidade que constitui seu discurso, mostrando-se cindido, clivado, e que, posteriormente, ainda que busque uma completude assegurada pela identificação com o outro, incontrolavelmente o torna fragmentado, pois por buscar normalizar a si e ao outro é que joga entre as "não-coincidências". Ao representar a si e ao outro por meio de uma mesma qualificação, acredita ser indiviso, uno; entretanto, ao buscar dele afastar-se, deixa escapar o que é: fragmentado, cindido, clivado, uma vez que ambos se constituem.

Vejamos a representação que o sujeito da carta (57) faz do “outro filha”:

**Recorte 10:**

Oi (M) como você esta? espero que tudo bem. Comigo tô, indo na medida do possível esperando os dias e as noites passar, para **pagar** logo o que **devo** a justiça e ir cuidar da minha vida. Ou melhor da minha filha e netos. (M) muito obrigada por vc ter vindo me visitar você não tem noção de como foi importante pra mim sua visita que deus te abençoe por vc ter vindo as 2 duas vezes me. ver. [...] logo estou saindo daqui, mais enquanto não saio daqui pedi para (A) me escrever, domingo foi o dia das Mães todas presas teve visita dos filhos **só** eu que não, não sei porque a (D) é assim comigo. Do meu jeito sempre fiz de tudo pra ela, **já** dei uma vida boa pra **ela** será que **ela** não se lembra mais disso, **Ela só** se perdeu na vida depois **dela só** ter atingido a maior idade **depois** dos 20 vinte anos é que **ela** foi se perder na vida se envolvendo com drogas. Eu nunca ensinei isso a **ela**, **só** o que fiz de errado durante um Bom tempo da minha vida foi cuida **dela** proteger **ela** de tudo e de todos o **pago** que **ela** mé dá por tudo que passei é **só** desprezo. Um dia espero que **ela** caia em si. Me Desculpa (M) e **só** um desabafo. [...] diz pro (L) que a titia **ainda** Ama ele muito. [...] Quando você falar com a Di, diz pra **ela** que eu não morri **só** estou presa e logo vou sair não deixei **ainda** de ser a mãe **dela**.  
(Carta 57)

Inicialmente, o dizer: “*esperando os dias e as noites passar, para pagar logo o que devo a justiça*” emerge o sentido de que o sujeito liga o cumprimento de sua pena a uma dívida que deve ser paga. Nesse sentido, os itens lexicais “*pagar*” e “*devo*” advêm de uma formação discursiva capitalista, pois simulam o preço de algo, como se a liberdade girasse também em torno de um sistema econômico, tendo também o seu preço. Assim, se adquiriu uma dívida com a sociedade e a justiça, o pagamento é a privação da liberdade, o que nos leva a averiguar o que discute Foucault (2012, p. 124) a respeito do papel do criminoso na punição: “[...] fazer funcionar a ideia de crime como um sinal de punição, é com essa moeda que o malfeitor paga sua dívida à sociedade”. No desejo de ver os “*dias e as noites passar*” para pagar logo o que deve à justiça (e à sociedade?)<sup>34</sup>, o sujeito se coloca pelo bem-estar fora da prisão e pelo mal-estar dentro da prisão.

Embora busque, pela punição, ser (re)qualificado enquanto um sujeito de direito, constitui esta uma ilusória tentativa, pois em sua ficha criminal constará algo que lhe ficará marcado, bem como pelos discursos cristalizados de exclusão. Logo, embora pareça que sua “dívida será quitada”, o tempo que passa dentro da prisão não redime sua “dívida” perante a sociedade que continua a cobrar, julgar e condenar. Podemos então atrelar ao que diz Sawaia (2001, p. 9) sobre as subjetividades que constituem a dialética inclusão/exclusão, que “determinam e são determinadas por formas diferenciadas de legitimação social e individual, e manifestam-se no cotidiano como identidade, sociabilidade, afetividade, consciência e inconsciência”. Nesse caso, o sujeito que escreve é marcado pela dualidade inclusão/exclusão que determina seu processo de subjetivação.

Sua representação de mãe pode ser observada no dizer “*já dei uma vida boa pra ela será que ela não se lembra mais disso*”. Pela formação discursiva maternal da “boa mãe<sup>35</sup>” – cuidadosa, atenciosa – o advérbio temporal utilizado não remete a um tempo próximo, mas ao que fazia antes, marcando assim, a ingratidão pela qual representa o outro – filha ingrata. Chama-nos à atenção, o fato de que em alguns dizeres posiciona-se como sujeito da ação: “*Do meu jeito sempre fiz de tudo pra ela*”, “*já dei uma vida boa pra ela*” e “*só o que fiz de errado durante um Bom tempo da minha vida foi cuidar dela proteger ela*”, e é por esta organização discursiva que constrói (e legitima) a representação pela qual se vê.

<sup>34</sup> Aqui há exclusão, pois o pagamento não é feito somente à justiça, que determina o que é permitido e proibido perante as leis, mas, sobretudo à sociedade, que clama por “justiça”, que nesse discurso, não se refere (somente) à Instituição Penal, mas ao clamor do povo, que exige o “acerto de contas”.

<sup>35</sup> A esse respeito, ser mãe (im)põe, mediante uma representação, diferentes contratos sociais, onde cabe ao sujeito corresponder ao que sugere que se faça uma mãe: educar, orientar, ensinar, dar carinho, cuidar, proteger, dar boa vida.

A utilização do item lexical “*só*” em sete situações produz diferentes efeitos de sentido. O dizer: “*domingo foi o dia das Mães todas presas teve visita dos filhos só eu que não*” produz o efeito de sentido de que o sujeito se sente rejeitado, pois o pronome “*todas*” nomeia todas as internas enquanto mães, pois na ocasião daquela data comemorativa, tiveram a visita de seus filhos. Assim, o uso do “*só*” marca a sua não-pertença a esse grupo.

Em “*só se perdeu na vida depois dela só ter atingindo a maior idade depois dos 20 anos*”, exclui a possível irresponsabilidade de uma mãe que permitiria que a filha não correspondesse à educação por ela dada, pois enquanto não possuía a maioridade, era total responsabilidade não permitir que se perdesse na vida, fato que segundo ela, só veio a acontecer “*só depois dos 20 anos*”, onde exime a culpa de não tê-la educado “corretamente”.

Em: “*eu nunca ensinei isso a ela, só o que fiz de errado durante um Bom tempo da minha vida foi cuidar dela proteger ela de tudo e de todos*”, emerge o discurso materno, e o item lexical “*só*” exclui erros que possíveis discursos sugerem ter cometido, pois desloca a noção do erro e da culpa. Nesse caso, se cometeu algum erro enquanto mãe foi apenas o excessivo zelo, cuidado e proteção, virtude que pela representação de mãe não é errante, mas característica própria dos anseios (e deveres) maternos. Logo, seu discurso é atravessado pela voz daqueles que possam vir a criticá-la enquanto mãe, que, supostamente, não orientou sua filha.

Já o dizer: “*o pago que ela me dá por tudo que passei é só desprezo*” é perpassado por uma relação de trocas, atravessado também pela formação discursiva capitalista em “*pago (sic) = pagamento*”. Ao cumprir o que legitima a representação materna, essa mulher interna exige em troca um pagamento, isto é, tudo o que é contrário ao desprezo pelo qual a filha lhe representa.

Nesse caso, busca recordar o que fez enquanto mãe pelo já-dito, isto é, aquilo que em outro lugar, outro tempo, outro momento, foi dito o que constituiria o papel de mãe, que não deseja apagar por estar presa, efeito de sentido que se dá por meio dos enunciados: “*ainda ama*”, “*não deixei ainda de ser a mãe dela*<sup>36</sup>” e “*eu não morri só estou presa*”. O operador argumentativo “*ainda*” constitui um desejo que é atual, pois no “*agora*” que perpassa seu dizer, busca permanecer enquanto mãe, produzindo o sentido de que não deveria em momento nenhum ter sido desconsiderada, deixada às margens do esquecimento. Trata-se da

---

<sup>36</sup> Ainda que esse dizer (re)vele a indiferença do “outro filha”, marca também o sentido – uma vez que a interpretação não é estante – foucaultiano das relações de poder, que, por sua vez, ocorrem também “[...] entre os pais e as crianças, na família” (FOUCAULT, 2006a, p. 231). Isso porque o sujeito que escreve – mãe – não deseja que o outro – filha – lhe desrespeite em virtude do lugar que agora lhe constitui, bem como a sua representação: a prisão.

representação do “outro filha” enquanto indiferente, pois esse sentimento é (re)configurado continuamente, mas, sobretudo, no/pelo desejo de que sua imagem materna tenha valia para o outro.

Sobre o dizer “*diz pra ela que eu não morri só estou presa*”, pode-se apontar que o sujeito projeta para si a imagem que acredita que o outro criou a seu respeito: a de que por estar presa, está “morta” – para o outro e para a sociedade é fadada ao esquecimento –, pois se cometeu um crime, é representada pelos estigmas e valores postos em sociedade, que por sua vez, (re)criam representações e identidades. Pelo uso do “*só*” busca excluir a possibilidade do esquecimento, emergindo uma voz que insistentemente clama para que não seja excluída pelo lugar que ocupa.

Ainda nos reportando à materialidade linguística, outros itens lexicais marcam a presença do “outro filha” em seu discurso, e por sua vez, a representação que faz dele – desta vez, enquanto indiferente –: o pronome pessoal “*ela*”, utilizado em dez dizeres; e, ainda, o pronome possessivo “*dela*”, utilizado em duas situações. Como já mencionado, para representar-se – “boa mãe” –, posiciona-se enquanto sujeito da ação; observamos, entretanto, que para representar o “outro filha”, também o posiciona enquanto sujeito de ação, a fim de que o responsabilize pelos atos cometidos, e nesse caso, o item lexical “*só*” isenta sua responsabilidade de mãe nas decisões da filha.

Vejamos: quando diz que “se perdeu na vida”, o “*só*” delimita que foi depois de ter atingido a maioridade; quando relata de que forma a educou – “*eu nunca ensinei isso a ela*” –, o “*só*” a isenta da culpa de seu envolvimento com drogas, validada pela restrição de que o ato cometido ocorreu depois da maioridade, e pela formação discursiva da lei, apoia seu discurso no fato de que, segundo as leis jurídicas, quando atingida a maioridade o indivíduo passa a ser responsável por seus próprios atos.

Assim, faz uma representação do “outro filha” enquanto indiferente e ingrato, e ainda, seu processo de subjetividade consiste em representar-se enquanto uma “boa mãe”, que não foi responsável pelo caminho que a filha assumiu na vida.

Os recortes que compõem este eixo – representações do outro – apontaram, em suma, a constituição dos sujeitos no/pelo olhar do outro. Dessa forma, a imagem que constroem do outro – que não se resume ao interlocutor, mas estende-se à sociedade, Instituição Penal, entre outros – está atrelada ao olhar que lançam também sobre si, por meio da escrita, função característica da escrita de si abordada por Foucault (2006b). Pelas representações que fazem do outro, esses sujeitos (re)criam identidades, sendo seu discurso perpassado pelas relações de poder e jogos de verdade que atravessam esse contexto de privação da liberdade.

Passemos, então, ao último eixo, onde analisamos as representações de prisão que emergem na escrita das mulheres internas.

### 3.3 Representações da prisão

Neste eixo, analisamos de que modo esses sujeitos em privação de liberdade se relacionam consigo a partir do lugar onde estão – a prisão<sup>37</sup> –, a fim de compreendermos como as representações que fazem desse lugar perpassam seu processo de subjetivação. Vejamos, então, o recorte extraído da carta (33):

**Recorte 11:**

Oi minha vida espero que está ao chegar em suas te encontre na **santa paz de Deus, independente o lugar** onde nos encontramos mais **nada é eterno, tenho fé que tudo isso está chegando ao fim...Enfim...** Amor **cada dia que passo dentro desse lugar horrível, fico castelando o que vou fazer ao sair desse sofrimento.** Não vejo a hora de ir ai para a capital para estar ai lado a lado com você nesse **sofrimento**, para te dar forças pois eu sei di qual que é!![...] **Você até pode fugir do que é verdade mas não pode escapar da realidade.** Os anos podem se passar, **e não importa o que aconteça, você sempre será lembrado como o meu amorzinho** pois jamais irei te esquecer ou te tirar da minha vida. **Você pode estar distante, mais não do meu pensamento... O Pensamento é o meio de transporte mais rápido para chegar em um sonho...na esperança de torna-lo Realidade...**Te desejo belos sonhos e uma vida abençoada [...]  
(Carta 33)

Inicialmente o sujeito remete ao outro pelo interdiscurso religioso, em marcas linguísticas como: “*santa paz de Deus*”, “*nada é eterno*” e “*tenho fé que tudo isso está chegando ao fim...*”, desejando que o destinatário esteja bem, e nesse caso, o lugar onde está pode ser também uma prisão. A ideologia da formação discursiva religiosa corrobora uma representação de prisão ineficiente, uma vez que (se) coloca a partir desse discurso que, pela fé em Deus, permite que tenha a sensação de que o sofrimento pelo qual passa é temporário, sendo a esperança pela liberdade o que o sustenta e o faz superar o lugar onde está.

No decorrer de sua carta, o sujeito constrói essa representação acerca da prisão por marcas linguísticas que, ao mesmo tempo em que apresentam uma imagem de um sujeito que deseja superar o lugar onde está, corrobora a representação de prisão como lugar de sofrimento e ineficiência, concomitantemente. À primeira, porque quando olha para si na/pela

---

<sup>37</sup> Conforme já mencionado, os dêiticos marcam o modo como as mulheres internas se referem à prisão, o que, em nossa interpretação, constitui a subjetividade dos sujeitos, que por sua vez, referem-se dessa forma como uma tentativa de “fuga” do lugar de exclusão pelo qual se veem, sob o sentido de que, na ilusão de que ao “não” mencionar o termo “prisão”, esse não o constitua ou possa dele afastar-se. A esse respeito, observamos que essa regularidade perpassa a escrita das mulheres internas, com exceção do sujeito da carta (02) – recorte (12) –, que se refere pelo termo “cadeia”, mas que, diferentemente dos outros, seu processo de subjetivação consiste em se representar como forte para desvalidar o poder da Instituição Penal, que tem a função de controlá-lo.

prisão, o sujeito – objetivado em criminoso – se relaciona consigo ao desejar sair do “sofrimento” que o aflige por meio do poder que busca controlá-lo; à segunda, porque pelo dispositivo de controle, a prisão tem como função transformar os sujeitos que são considerados errantes, mas não impede, entretanto, que eles se constituam em sua singularidade.

Note-se que a representação de prisão ineficiente se dá em: “*independente o lugar*”, onde, na função do advérbio “independentemente”, há uma resposta a um já-dito, pois ao afirmar que é possível ter paz na prisão, produz o efeito de sentido de que outros discursos, em outro lugar, postularam o contrário. Segundo Orlandi (2012, p. 32), “[...] o fato de que há um já-dito que sustenta a possibilidade mesma de todo dizer, é fundamental para se compreender o funcionamento do discurso, a sua relação com os sujeitos e com a ideologia”. Assim, considerando que o discurso é o lugar da alteridade, pois é atravessado por outros discursos, por discursos-outros, o sujeito que escreve responde a essa ideologia. O mesmo ocorre em: “*não importa o que aconteça, você sempre será lembrado como o meu amorzinho*”, pois busca atribuir indiferença ao lugar em que está, e nesse caso, estar presa não diminui seu amor pelo outro, tampouco impede seus pensamentos.

Ainda, em: “*Você pode estar distante, mais não do meu pensamento...O Pensamento é o meio de transporte mais rápido para chegar em um sonho...na esperança de torna-lo Realidade...*” percebemos que “[...] a escrita aparece regularmente associada à ‘meditação’, ao exercício do pensamento sobre ele mesmo” (FOUCAULT, 2006b, p. 146-147, grifo do autor). Assim, produz o efeito de sentido de que sua liberdade se dá em pensamento, e, pela escrita, o sujeito olha para si por meio do exercício do pensamento, que o liberta das grades que o cercam.

Já a representação de prisão como lugar de sofrimento é validada em meio à contradição que perpassa a escrita dessa mulher interna, pois embora afirme pelo interdiscurso religioso – no início de sua carta – que é possível estar em paz em privação da liberdade, os dizeres: “*cada dia que passo dentro desse lugar horrível, fico castelando o que vou fazer ao sair desse sofrimento*” e “*estar ai lado a lado nesse sofrimento*” trazem uma representação de prisão que valida essa imagem – prisão opressora –. Aqui, o sujeito coloca o seu desagrado e desejo de sair desse lugar, produzindo o efeito de sentido de que embora busque representar-se por uma imagem tranquila e serena, o sofrimento do lugar que considera horrível faz relacionar-se consigo, e, portanto, perpassa seu processo de subjetivação, uma vez que não deseja permanecer nesse conflito causado pela penalidade que recebeu ao ter cometido um crime.

Em: “*você até pode fugir do que é verdade mas não pode escapar da realidade*”, chama-nos à atenção o fato de que o pronome pessoal “*você*”, nesse dizer, parece não dirigir-se especificamente ao interlocutor de sua carta, produzindo o sentido de que busca dirigir-se também à sociedade e ao sistema prisional pelo lugar de sofrimento – e exclusão – pelo qual se vê. Isso porque o verbo “*escapar*”, no sentido de “esquivar-se; fugir; livrar-se” (FERREIRA, 2000, p. 280) contrapõe a “*verdade*” e a “*realidade*”, produzindo o efeito de sentido de que enquanto muitos se esquivam, fingem não vê-lo e objetivam-no enquanto inexistente, o sujeito que escreve se representa como uma “*realidade*” da qual a sociedade não pode “*escapar*”. Importante ressaltar que esse sujeito está posto num espaço que o faz “*anormal*” e o considera “o indivíduo a corrigir” (FOUCAULT, 1997). Nesse ponto, seu discurso é atravessado pela voz que circula em sociedade, que por sua vez, busca homogeneizar aqueles que cometeram o crime numa única massa – a de criminosos, delinquentes, errantes – em um local determinado: a prisão.

Além disso, o sujeito questiona pela “*verdade*” e, em face de estar envolto à vigilância e ao controle, vale ressaltar o que diz Foucault (2006c, p. 237-238): “[...] os discursos da doença mental, da delinquência ou da sexualidade só dizem o que é o sujeito dentro de um certo jogo muito particular de verdade”. Nesse sentido, do lugar onde o sujeito fala, qual a “*verdade*” que denuncia estarem os outros fugindo? Assim, o efeito de sentido que perpassa seu dizer é o de que embora a prisão, com todos os sentidos – e memória – que carrega, seja capaz de excluí-la, esse sujeito – posto à margem da sociedade – mostra que existe.

Por meio da contraposição criada pelo fato de estar no lugar do “sofrimento” e da “ineficiência” pelo qual representa a prisão, o sujeito da carta (33) crê, ilusoriamente, que quando “*tudo isso*” tiver fim, sua busca pela completude terá findado, sendo essa, marcada pelo desejo da liberdade, em (querer) ver-se livre.

No decorrer do próximo recorte, a representação de prisão é também enquanto ineficiente, entretanto, o sujeito não (se) escreve pelo sofrimento, mas busca representar-se enquanto forte pelo lugar que ocupa. Vejamos:

#### **Recorte 12:**

**Salve salve** cunhado pelo jeito ta **FMZ** pra ti ne? Ainda bem porque **cadeia é osso muito, sofrimento mais é nois pode crê**. [...] ja até sei falar na gira kkkk [...] (D) mudando de assunto” **Salve salve** ainda bem que você deu um jeitinho na (T) e que ela não compareça no forum **cadeia não é perpetua um dia saímos [...] as vezes bate um desespero principalmente dia de Domingo é osso mas tudo bem quando sairmos daqui vamos continuar. É nois na fita sempre fomos forte não é agora que vamos fraquejar**. (D) fica Com Deus. Retorne. Sem data para não virar passado<sup>38</sup>. (Carta 02)

<sup>38</sup> Em: “*sem data para não virar passado*”, o sujeito deseja manter viva a sua escrita e inscrever-se na folha, na memória, em si, no outro, e nesse sentido, podemos observar o que Skliar (2008, p. 13) coloca no sentido

Diferentemente dos recortes anteriores, a saudação inicial é marcada nessa carta por um dizer cristalizado, o clichê “*salve salve*”<sup>39</sup>, que em outro momento, assinala uma mudança de assunto onde o sujeito novamente cumprimenta o interlocutor por esse dizer. Nesse tocante, gíria pode significar “linguagem de malfeitores, malandros, etc.; linguagem que, nascida em certo grupo social, termina estendendo-se à linguagem familiar” (FERREIRA, 2000, p. 348). Há em sua escrita as gírias: “*é osso*”, “*é nois pode crê*”, “*é nois na fita*”, entre outras<sup>40</sup>, bem como o dizer: “*já até sei falar na gira kkkk*”. Aqui, os advérbios “*já até*” funcionam como “advérbios de inclusão” (NEVES, 2000, p. 240) e, nesse caso, deslocam o sentido do verbo “saber” em: “*sei falar na gira*”<sup>41</sup>.

Isso porque esse verbo, no contexto em que se insere, funciona como uma marca de identidade, de identificação a um saber que confere seu sentimento de pertença a um grupo. Segundo Coracini (2007, p. 51), “[...] constituído na e pela falta, o sujeito (se) constrói uma identidade (que ele crê transparente), constrói sua morada para nela habitar, na ilusão de, assim, poder se definir (identificar-se a si próprio), se encontrar com o outro (identificar-se ao outro)”. Assim, o “saber falar na gíria” a que se refere essa mulher interna constitui o processo de construção de sua representação enquanto forte, pois “assume” a identidade de criminosa e, por ela, representa-se como destemida e inabalável, a fim de legitimar a ineficiência pela qual representa a prisão, que nesse caso, não é capaz de “derrotá-la”.

O fio que perpassa o processo de subjetivação do sujeito da carta (02) ao representar a prisão é o modo como se vê no lugar em que está. Em outras palavras, é possível notar que ao mesmo tempo em que representa a prisão pelo sofrimento, representa-se como forte e autossuficiente, o que contribui para que sua imagem não seja a de inferior pelo lugar em que está. A esse respeito, destacamos os dizeres: “*cadeia é osso muito, sofrimento mais é nois*

---

derridiano: “a data, as datas devem permanecer tanto legíveis quanto ilegíveis, tanto de alguém como de ninguém”.

<sup>39</sup> Significado: “[...] pode ser definido como um apenas Firmeza (para maloqueiro) ou Beleza (para os cultos) e até mesmo já é (para os cariocas)”. (Disponível em: <<http://www.dicionarioinformal.com.br/salve/>>). Acesso em: 30 julh.2013, às 10h08. O significado de saudação também é encontrado na Umbanda, sendo um dizer de influência africana. (Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Sarav%C3%A1>>). Acesso em: 05 jan.2014, às 11h01.

<sup>40</sup> Em outros trechos da carta, o sujeito escreve: “*sou o homenzinho do Barraco*”, “*nossa cela é de Boa*”, “*só cascuda e jegua velha*”, “*aqui fazemos o corre*”.

<sup>41</sup> Respostas de um dirigente em entrevista no dia 07/05/2013, quando perguntamos se percebe o uso de gírias pelas internas: “uns casos assim, de reincidência ou de alguém que vem de uma outra unidade maior, por exemplo, Campo Grande, essas já são mais tarimbadas assim...então elas já tem...é...até o linguajar é diferente...às vezes eu...eu...fico perdida quando elas começam falar certas coisas, eu tenho que perguntar: mas não tô entendendo o que você tá falando, me explica como é isso...porque...é...tem já todo um...um...uma linguagem própria assim...é...não é a maioria, isso aí é realmente...casos isolados, assim...elas até tem uma...uma...forma de comunicar entre elas...bastante peculiar...mas...é...que...se...onde você consegue perceber, que você tem até dificuldade de entender o que elas estão falando, são casos mais raros, assim...então...essa questão de linguagem é muito interessante...porque tem mesmo um...um...é...uma coisa própria, sabe?”.

*pode crê*” e “*as vezes bate um desespero principalmente dia de Domingo é osso mas tudo bem quando sairmos daqui vamos continuar*”. Vejamos de que modo esse processo ocorre.

A representação de prisão enquanto lugar de “*sofrimento*” emerge no discurso uma representação de submissão, inicialmente. Considerando, contudo, que “[...] dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções [...]” (HALL, 2005, p.13), o sujeito transita entre as representações que faz de si, deslocando-se da submissão à fortaleza. Em: “*cadeia é osso muito, sofrimento*” e “*as vezes bate um desespero*”, o sujeito se vê controlado, pois esses itens lexicais contribuem para a construção de uma imagem negativa acerca da prisão – lugar de sofrimento, opressão.

Contudo, ao mesmo tempo, representa-se pela autossuficiência e liderança em: “*mais é nois pode crê*”, “*cadeia não é perpétua um dia saímos*”, “*quando sairmos daqui vamos continuar*”, “*é nois na fita*”, “*sempre fomos forte*” e “*não é agora que vamos fraquejar*”. Esses dizeres produzem o sentido de que não há poder absoluto e sua constituição é marcada pelo desejo de passar a imagem de uma mulher segura, resistente, forte. Trata-se do poder, pois continua liderando, ainda que se veja no sofrimento que descreve.

Ainda, o uso da terceira pessoa do plural nesses dizeres inclui as outras mulheres internas na constituição de sua representação, o que produz o efeito de sentido de que o sujeito busca constituir-se no/pelo olhar do outro e com ele identificar-se. Segundo Coracini (2003, p. 151), “[...] não podemos acreditar na possibilidade de uma identidade acabada, descritível; só podemos postular momentos de ‘identificação’ em movimento constante e em constante modificação”, e isso, em face de considerarmos o sujeito como cindido e descentrado, habitado pelo outro. Logo, embora se represente enquanto submisso, em seguida, mostra-se forte. No dizer “*quando sairmos daqui vamos continuar*”, o advérbio “*quando*” marca o sentido de retorno à fortaleza fora da prisão – observe-se o dêitico “*daqui*”. Já os advérbios temporais “*sempre*” e “*agora*” em: “*sempre fomos forte não é agora que vamos fraquejar*” separam o antes e o depois da prisão, produzindo o efeito de sentido de que este lugar atravessa sua constituição, isto é, sua subjetividade, pois embora passe pela prisão, esse sujeito se vê como alguém que não fraqueja.

Interessante observar que ao escrever: “*cadeia não é perpétua*” há um não-dito que produz uma situação significativa. Na esteira do que diz Orlandi (2007, p. 73), “[...] o silêncio constitutivo pertence à própria ordem de produção do sentido”, o que produz sentidos significativos entre o que se diz e o que não se diz. No contexto desse discurso, o que está silenciado é a representação de prisão ineficiente, uma vez que anula a possibilidade de que será duradoura, ininterrupta, contínua. Em outras palavras, a prisão exerce o controle por meio

de um tempo determinado e, por isso, o poder permanece em circulação, pois o sujeito sabe que não é submisso ou dominado.

Em síntese, esse sujeito, semelhante ao da carta (33) – recorte (11) –, também representa a prisão enquanto lugar de sofrimento. Entretanto, seu processo de subjetivação consiste em representar-se enquanto forte e inabalável, o que acentua a representação de ineficiência da prisão que, embora tenha o poder para privar da liberdade, é representada pelo sentido de que é “apenas” uma passagem que terá fim.

Na sequência, o próximo recorte traz a representação de prisão enquanto lugar de anormais, o que marca uma situação de exclusão. Vejamos:

**Recorte 13:**

Oi gordinho. (A) estou bem na **medida do possível**. Espero que com você também. Gordo aqui é **bom, bom, bom não é porque é cadeia e cadeia só muda de endereço**. Mais estou me **adaptando** bem, ainda estou em **observação** ou seja aqui fica 10 dez dias no corró pra depois ir pro convívio só que vim pro convívio em 2 dois dias porque o corró lotou aqui é muita gente quero dizer vem detentas de todo lugar [...] Três Lagoas é uma cidade ótima quero ficar por aqui qdo eu **ganhar o direito** do semi Aberto, por isso to, te escrevendo porque conto com você + mais uma vez. [...]Ai gordo **só fiz burrada de uns tempos pra ca** Preciso **consertar de um jeito ou de Outro, já te falei isso outras vezes e não cumpri**<sup>42</sup>. Por isso te peço **me ajude eu voltar pelo menos a metade da mulher que eu era 6 seis Anos atrás** [...] **Procure entender tudo que escrevi**.

(Carta 11)

O sujeito inicia escrevendo sobre o seu modo de estar e se mostra regulado por sensações que não permitem que esteja totalmente bem, sendo “*medida*” e “*possível*” as marcas de uma busca pelo que é permitido por meio de um controle. Assim, ao ver-se na/pela prisão, busca representá-la: “*aqui é bom*<sup>43</sup>, *bom, bom não é porque é cadeia e cadeia só muda de endereço*”. O dêitico “*aqui*” marca o lugar de onde fala: a prisão. Há repetições em seu dizer, e nesse sentido, “[...] a mera repetição já significa diferentemente, pois introduz uma modificação no processo discursivo. Quando digo a mesma coisa duas vezes, há um efeito de sentido que não me permite identificar a segunda à primeira vez, pois são dois *acontecimentos* diferentes”. (ORLANDI, 1996, p. 119).

Segundo Authier-Revuz (1990), a heterogeneidade é constitutiva do sujeito e seu discurso. Assim, embora a primeira utilização do adjetivo “*bom*” marque um sentido positivo

<sup>42</sup> A esse respeito, em notícia publicada no dia 05/04/2013, no blog “gazetaweb.com”, discutiu-se acerca da privatização do sistema prisional brasileiro, onde consta na postagem: “O governo federal paga três vezes mais para manter um reeducando na cadeia do que um aluno na universidade. Nessa matemática do crime, o pior é que só 30% dos presos são recuperados. Os outros 70% voltam a reincidir. Caro e ineficiente, o sistema penitenciário brasileiro foi transformado numa espécie de curso de pós-graduação de bandidos”. (Disponível em: <<<http://blogs.dagazetaweb.com.br/edivaldojunior/politica/cada-presos-custa-r-40-mil-por-ano-a-uniao-porque-nao-privatizar>>>). Acesso em: 29 julh. 2013, às 13h58.

<sup>43</sup> Afirma que cadeia é boa porque é o que esperam que diga, mas pela repetição, nega esse discurso, homogeneizando todas as cadeias pela representação de lugar ruim.

– tentativa de se assujeitar ao discurso da Instituição por uma sensação de bem-estar –, ao repetir “*bom, bom não é*” produz uma imagem negativa da prisão. Acrescenta-se a essa representação o que o sujeito diz na sequência: “*cadeia e cadeia só muda de endereço*”, sendo esse discurso um já-dito que é perpassado por um pré-construído que, por sua vez, produz o sentido de que quando se trata desse lugar, a representação que terá será (sempre) por uma imagem negativa, por se tratar da prisão. Espaço esse que é atravessado por uma memória que o constitui, uma vez que os sujeitos que são privados da liberdade são retirados do convívio e colocados num lugar à parte, que por sua vez, tem a função de transformá-los, a fim de que possam retornar à sociedade.

Além disso, vale pensar sobre o que a prisão representou – e representa – ao longo dos tempos, de que maneira os sujeitos que cometeram – e cometem – crimes foram – e são – tratados, bem como, por quais procedimentos foram punidos<sup>44</sup>. Por isso, note-se que a representação de prisão enquanto um lugar ruim é perpassada pela historicidade que a atravessa, sendo o discurso, heterogêneo, pois “toda palavra que, por se produzir ‘no meio’ do já-dito dos outros discursos, é habitada pelo discurso outro” (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 22).

Por isso, a noção foucaultiana de arquivo (FOUCAULT, 2007) é importante para compreendermos de que modo esse dizer (res)significa no momento histórico e condições de produção pelos quais é perpassado. A esse respeito, considerando que o arquivo está relacionado à memória, é que interpretamos esse dizer, pois segundo Foucault (2007, p. 146), essa noção permite compreender o que faz que tantas coisas ditas por pessoas diferentes em tempos distintos faça sentido, uma vez que não as dizem ao acaso, mas em face de um “jogo de relações que caracterizam particularmente o nível discursivo”.

Em: “*estou me adaptando bem, ainda estou em observação*”, a forma verbal “*adaptando*” emerge um já-dito, ressaltando o efeito de verdade de que a cadeia é um lugar de “cura” para o sujeito criminoso. Pelo interdiscurso da medicina, “adaptar” e estar em “observação” significam que tem algo a ser tratado. No contexto prisional, o crime cometido é a “doença” a ser cuidada, necessitando de recuperação, observação, tratamento. Na esteira do que diz Foucault (2012, p. 235), a prisão é local de observação dos indivíduos punidos, de vigilância e também de “conhecimento de cada detento, de seu comportamento, de suas

---

<sup>44</sup> Vale (re)lembrar, nesse momento, a discussão realizada no segundo capítulo, quando falamos sobre a historicidade das prisões, e, sobretudo, sobre a constituição dos indivíduos objetivados enquanto criminosos, pontos esses que constituem o discurso do sujeito que escreve. A esse respeito, destacamos as penas físicas e a atual penalidade que tem enquanto ideologia que a privação de liberdade não mais atinge o corpo, mas o comportamento do indivíduo.

disposições profundas, de sua progressiva melhora; as prisões devem ser concebidas como um local de formação para um saber clínico sobre os condenados”.

O verbo “*ganhar*” em “*ganhar o direito do semi Aberto*”, produz outra significação da palavra “direito”. Note-se que esse dizer é atravessado pelo interdiscurso da lei – pela expressão “*semi Aberto*”, oriunda do Código Penal. Isso porque o que é um direito constitui um poder legítimo que o cidadão possui, ou seja, quando algo é de direito de alguém, não deve ser ganho, concedido, doado, pois é uma garantia que lhe pertence. Assim, nesse dizer emerge o discurso da cidadania, colocando em pauta o direito e o dever, considerando que o primeiro constitui os benefícios que o cidadão possui para usufruir, e o segundo, as obrigações previstas em lei<sup>45</sup>. Ao utilizar o verbo “*ganhar*”, seu dizer emerge o sentido de que por estar presa, sua identidade de cidadã entra em contradição com os deveres estabelecidos em lei, e não os tendo cumprido, perde um direito: o da liberdade. Nesse caso, cabe aqui uma reflexão de Coracini (2007, p. 98): “[...] a questão da cidadania como inserção social e democrática”.

Assim, quando o sujeito escreve que ganhará um direito, emerge uma situação de relação de poder, pois o direito não constitui favores ou gentilezas. No entanto, é regido por uma lei (o dever), que produz o sentido de que sempre estamos em dívida, em débito, pois se existe um direito é porque há uma relação que nos confronta com o dever, com o que devemos fazer, cumprir, seguir. Uma vez que a interna descumpriu a lei, deverá novamente adequar-se às obrigações para que possa usufruir o direito de cidadã. Talvez seja esta uma situação de exclusão, pois o lugar em que está considera-a enquanto descumpridora dos deveres e, por conseguinte, não a vê enquanto cidadã, o que (des)vela o deslocamento de sua identidade.

Interessante notar que diferentemente do sujeito da carta (02) – recorte (12) –, que ao olhar-se na/pela prisão se representa pelo desejo de continuar a ser o que era antes dela – evitando uma ruptura na sua imagem de “forte” pela privação da liberdade –, esse sujeito, (re)conhece a si enquanto errante, como podemos observar pelo dizer “*só fiz burrada*”, onde o sentido figurado emerge o crime como um ato errado que deve ser consertado, para que assim, possa retornar ao que era antes: “*preciso consertar de um jeito ou de Outro*”. O efeito de sentido presente no item lexical “*burrada*” é o de algo ilícito. Em outras palavras, no

---

<sup>45</sup> Cidadão é aquele que se identifica culturalmente como parte de um território, usufrui dos direitos e cumpre os deveres estabelecidos em lei. Ou seja, exercer a cidadania é ter consciência de suas obrigações e lutar para que o que é justo e correto seja colocado em prática. Os direitos e deveres não podem andar separados. Afinal, só quando cumprimos com nossas obrigações permitimos que os outros exercitem seus direitos. (Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/sobre/cidadania/direitos-do-cidadao>>). Acesso em 25 mai. 2013, às 15h58.

contexto em que emerge, refere-se ao crime cometido. Considerando que as relações de poder são pontos móveis, representar-se dessa forma pode constituir uma estratégia, uma vez que deseja ser visto – pela Instituição Penal e pela sociedade – enquanto um sujeito recuperado.

Assim, nos dizeres “*Preciso consertar de um jeito ou de Outro, já te falei isso outras vezes e não cumpri*” e “*me ajude eu voltar pelo menos a metade da mulher que eu era 6 seis Anos atrás*” emerge o sentido de que o sujeito, pelo lugar em que está, olha para si diferentemente de como era antes, tempo passado que está marcado em “*seis anos atrás*”. Logo, ao estar na prisão, olha para si e, ao constituir-se enquanto uma mulher interna, o sujeito que escreve busca o “retorno” ao que era antes.

O dizer “*de uns tempos pra cá*” marca uma transposição temporal, pois pelo vocábulo “*tempos*”, contribui para a ideia de que a partir da prisão, o sujeito se vê incompleto em face do crime cometido. Ao passo em que se representa como um indivíduo a ser corrigido pelo uso do verbo “*consertar*”, esse sujeito não controla os efeitos de sentido do seu dizer que, nesse caso, atende à representação – da Instituição Penal, da sociedade... – de que a prisão é um lugar para sujeitos que fizeram “*burrada*”, ou seja, é o lugar do erro, daqueles que precisam ser “consertados”, enfim, corrigidos. Logo, a representação de prisão que perpassa a escrita desse sujeito é a de que ela constitui um lugar de correção para anormais, uma vez que, pela visão foucaultiana, o indivíduo a ser corrigido também faz parte da genealogia da anomalia (FOUCAULT, 2001).

Interpretamos assim, que por meio de uma contraposição entre presente e passado, diferentemente de outros recortes analisados, em que os sujeitos em primeiro lugar dizem que no passado erraram, e no “agora” se posicionam como recuperados, o sujeito da carta (11) prioriza o passado – que a seu ver era melhor que o presente –, haja vista querer retornar ao que era antes da prisão.

Há uma separação temporal: passado – crime – prisão – presente, e esta distinção (des)mascara a ideia de recuperação assumida pelas outras internas, uma vez que esse sujeito, embora diga que precisa “*consertar de um jeito ou de Outro*” não se representa enquanto arrependido, corrigido, corpo dócil, mas fala a partir do desejo de eliminar sua passagem pela prisão. Confirmamos, então, nossa hipótese de que por passarem por um processo de exposição de sua subjetividade, em face de terem suas cartas lidas pela direção da Instituição, e, interpeladas pelo silenciamento, as mulheres internas emergem, na escrita, discursos da estratégia.

Por fim, em: “*procure entender tudo que escrevi*”, chama-nos à atenção a semelhança do papel dessa escrita ao caso relatado por Foucault (1977). Interessado em investigar as

relações entre psiquiatria e justiça penal, o filósofo abordou o parricídio cometido por Pierre Rivière, na França, no século XIX. No memorial deixado pelo assassino, consta: “toda essa obra será escrita em estilo muito grosseiro, já que sei apenas ler e escrever; mas, contanto que se compreenda o que quero dizer, é tudo o que peço, e redigi tudo da melhor maneira possível” (FOUCAULT, 1977). Em seus escritos, Pierre Rivière, antes de cometer suicídio, deixa o pedido de que, pela escrita, seja compreendido, semelhante ao dizer do sujeito da carta, que pelo verbo “procurar” no imperativo, faz um pedido ao outro: para que o entenda pela escrita.

Coracini (2010b, p. 26-27) comenta algumas questões que atravessam o caso de Pierre Rivière: a identidade e a escrita. Segundo a autora, os textos reeditados pelo filósofo Foucault mostram de que modo as autoridades fabricaram-no uma identidade. Posteriormente, Pierre confessa no texto escrito sua intenção de escrever o crime antes de cometê-lo, o que não foi possível. A autora sustenta que “se o jovem tivesse escrito a história dos crimes que pretendia cometer, antes, como tencionava, inscrevendo-se, dizendo-se, ele não teria chegado às vias de fato: teria sublimado e lançado sua revolta e sua raiva no texto que lhe construiria uma identidade” (CORACINI, 2010b, 26-27). Acrescenta ainda, que sua escrita proporcionaria a leitura de outros, que com ele se identificariam. Assim, como no caso de Pierre, a escrita funciona nessa carta analisada enquanto refúgio para aliviar a angústia de (se) constituir em um lugar de exclusão; lugar esse pelo qual o sujeito é representado enquanto anormal.

Vejamos o último recorte, onde a exclusão perpassa a subjetividade do sujeito que escreve, bem como a representação que faz da prisão:

**Recorte 14:**

Oi minha vida! Venho através desta querer saber como você está??? [...] Vida eu **apesar dos apesares** estou bem, confiante que não vou continua muito tempo **presa** não, essa semana recebi carta da minha mãe me falando que o (H) um dia falo que queria estar preso que assim ele estaria comigo, isso acabo comigo, eu sei que ele **não sabe o significado da palavra preso** más ele queria estar comigo! [...] **Hoje já faz 1 mês que tudo aconteceu, más parece que já faz um século, imagino você minha vida que já faz 5 anos.**

(Carta 49)

O advérbio “apesar” em: “*apesar dos apesares estou bem*”, apresenta na oração uma ideia que assinala intensificação de um mal-estar, sendo esses os “*apesares*” que diz ter. Nesse sentido, esse dizer vem carregado de sentidos, pois as palavras faltam: “[...] faltam para dizer, faltam por dizer – defeituosas ou ausentes – aquilo mesmo que lhes permite nomear” (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 26). Assim, produz o efeito de sentido de que os “*apesares*”

de que fala, são as dificuldades pelas quais vêm passando, e que, ainda assim, busca (se) mostrar por um bem-estar.

O substantivo feminino “*presa*” constitui uma característica, bem como, representa o sujeito a partir do lugar de onde fala: a prisão. Em seguida, em: “*eu sei que ele não sabe o significado da palavra preso mas ele queria estar comigo!*” fala do sentido da palavra “*preso*”, onde certamente não o faz a nível denotativo, mas em referência ao contexto ao qual se insere e à pluralidade de sentidos que se desdobram e atravessam seu discurso. Assim, o sujeito diz a partir “de um não-um do sentido no seu dizer” (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 31), pois as palavras são carregadas de sentidos diferentes e atravessadas pela “heterogeneidade constitutiva de todo discurso, designando com isso a presença permanente, de ‘outros lugares’, do ‘já dito’ dos outros discursos condicionando todas as nossas palavras e ressoando nelas” (p. 135, grifos da autora).

Assim, a prisão carrega consigo traços de um jogo de memória que, para o sujeito, é doloroso. Por isso, o espanto em ter o companheirismo de alguém que se propusesse a imaginar-se preso para acompanhá-lo nesse momento, sendo talvez um ato de compaixão, solidariedade. Essa expressão que utiliza produz o sentido de que a palavra “*preso*” tem um peso pela significação que assume: representa a exclusão.

Nesse sentido, estar preso não é somente submeter o corpo a um limite físico. Foucault (2012, p. 132) descreve que o corpo é investimento de aprisionamento: “em qualquer sociedade, o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõem limitações, proibições ou obrigações”. Entretanto, estar preso é estar privado da liberdade e, nesse tocante, não é pelo corpo que se pune, mas pelas privações. Há, portanto, marcas de exclusão em seu dizer. Isso porque ao escrever que uma pessoa que está do lado de fora não conhece o significado por não fazer parte desse contexto, remete a tudo o que carrega em virtude de falar desse lugar: rótulos, estereótipos, abandono, julgamentos e imposições.

Entretanto, valemo-nos aqui das palavras de Achugar (2006, p. 199) a fim de refletirmos sobre a questão do lugar de onde fala: “[...] não necessariamente tem que ser um lugar geográfico [...] A identidade como o lugar a partir de onde se fala é, hoje – possivelmente, sempre o foi, embora não com as mesmas características do presente – situacional”. Logo, “estar preso” influencia em ter uma representação específica pelo lugar que ocupa, e esse, não é geográfico, mas atravessado por discursos, representações e ideologia que levam ao lugar de exclusão.

Assim, o sujeito que escreve deixa seu espanto ao saber que o outro, mesmo que por companheirismo, gostaria de estar preso junto a ele na prisão. A esse respeito, Reis (2011, p.

58, grifo da autora), ao tratar do lugar de internação para menores infratores, diz que: “[...] o centro se constitui como uma divisão, um recorte, um espaço marcado que divide e ‘protege’ o restante da sociedade do infrator interno, mas a internação vem pregada a uma memória indelével”. Nesse sentido, estar preso é estar posto num lugar que, pela memória, atravessa o modo como os sujeitos ali se constituem e são constituídos. Ocupar esse lugar de exclusão refere-se também à questão da identidade, pois segundo Hall (2005, p. 39, grifo do autor), esta surge “de *uma falta* de inteireza que é ‘preenchida’ a partir de nosso *exterior*, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por *outros*”. Assim, o lugar “prisão” carrega sentidos que constituem o sujeito que ocupa esse espaço, atravessando as representações que faz de si e também aquelas que o outro faz dele.

No dizer: “*hoje já faz Imês que tudo aconteceu, más parece já faz um século, imagino você minha vida que já faz 5 anos*” há marcas temporais pelos itens lexicais “*mês*”, “*século*” e “*anos*”, onde os numerais que os acompanham funcionam enquanto operadores quantitativos, utilizados no intuito de intensificar sua angústia pela privação de liberdade, uma vez que na prisão “*um mês*” parece “*um século*”, o que ilustra seu desejo de se ver livre desse lugar.

Dessa forma, ao retirar a liberdade, a prisão estipula um pagamento, e assim, podemos observar que “[...] permite quantificar exatamente a pena segundo a variável do tempo. [...] permite que ela apareça como uma reparação” (FOUCAULT, 2012, p. 218). Logo, para o sujeito, o passar do tempo constitui uma forma de reparação de seus erros com a sociedade, que é regida por leis e regras.

Assim, o sujeito se vê – e se constitui – por um lugar de exclusão que, por sua vez, é atravessado por uma memória. Estar “preso” tem significado, pois constitui também sua representação – de excluído. Logo, pela privação da liberdade é que o sujeito se vê pelo “peso” da exclusão.

Nesse eixo apontamos as representações de prisão que emergem na escrita das mulheres internas: opressora, ineficiente, lugar de anormais e lugar de exclusão. Notamos, então, que ao serem colocados na prisão, esses sujeitos se constituem pela (in)visibilidade, uma vez que pela sociedade e pelas leis, espera-se que paguem pelo crime cometido e que retornem à sociedade por meio da (re)integração. Entretanto, essas mulheres ocupam um lugar de exclusão, uma vez que vivem em privação de liberdade e são indesejadas no convívio social, emergindo a seguinte constatação que ainda perdura nos dias atuais: a sociedade deve constituir-se de “iguais”; o que é “diferente” – “desviante”, “errante”... – deve ser colocado num local à parte, para que possa transformar-se por medidas de correção.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegamos aqui, no movediço terreno das (in)conclusões. Dizemos movediço porque acreditamos que as considerações finais são um oportuno momento de reflexão, esse, que não é o final de uma pesquisa, mas uma abertura de novas fendas, novos (re)começos. E por ser inconcluso, desliza em palavras e olhares inacabados. Assim, esperamos a partir dessas considerações (que não são finais), perscrutar novos caminhos de investigação e torná-las “considerações iniciais” de novas pesquisas e inquietações. No sentido de “mapear” o que foi pesquisado para abrimo-nos a possibilidades futuras de investigação, tecemos, então, uma “retomada” dos pontos que constituíram nosso trabalho.

Esta pesquisa teve enquanto foco de investigação as representações de mulheres internas do Estabelecimento Penal Feminino de Três Lagoas – MS que, pela sua escrita, emergiram seu discurso. Para tanto, de modo geral, buscamos investigar o processo de subjetivação dos sujeitos em questão, mais precisamente, como esses sujeitos fazem a experiência consigo nesse contexto prisional, com a finalidade de interpretar de que modo acontece a relação sujeito excluído e Instituição.

Partimos do pressuposto de que a resistência é constitutiva da escrita das mulheres internas pelas relações de poder, tendo enquanto hipótese que ao escreverem suas cartas, passam por um processo de exposição de sua subjetividade, por serem essas, lidas pela direção da Instituição e que, interpeladas pelo silenciamento, emergem, na escrita, discursos da estratégia.

Buscamos investigar as formações discursivas presentes nas cartas, e em nossa interpretação, identificamos: a religiosa, a jurídica e a capitalista, bem como, percebemos emergirem diferentes interdiscursos: bélico, jurídico, religioso, da lei, da psicologia, moralista, materno, da medicina, da cidadania e o bíblico. Notamos que por eles e pelas ideologias que atravessam as formações discursivas citadas, é que as mulheres internas buscam constituir sua representação materna, de filha, de irmã, de esposa, de mulher, de cidadã e que, sobretudo, resistem em representar-se como uma mulher interna, em face da imagem de sujeito “errante” que perpassa essa representação.

Propomo-nos a perscrutar as possíveis formas de silenciamento nas cartas validadas pelos critérios internos da Instituição e percebemos que esse se dá, especialmente, quando o discurso das mulheres internas é atravessado pela interdição e, também, em face de constituírem sentidos apagados, colocados de lado, excluídos, mas que, no entanto, significam. Assim, nossa hipótese foi confirmada nas/pelas relações de poder e, por sua vez,

nos/pelos jogos de verdade que se constituem nesse contexto, pois os sujeitos, embora passem por um controle (de comportamentos, ideologias, discursos), deixam marcas de subjetividade em sua escrita. Isso porque pela estratégia cedem ao discurso institucional – de que deve haver a recuperação do sujeito –, mas as representações que fazem da prisão (d)enunciam que seu processo de subjetivação passa pelo desejo de não pertencer a esse lugar – que já os constitui.

Na tentativa de apontarmos as relações de poder-saber na prática discursiva das mulheres internas, observamos que há, também, marcas de exclusão, pois as internas se veem com uma dívida a pagar à sociedade. Nortearam esta investigação as seguintes perguntas de pesquisa: de que modo os “muros” da Instituição constituem os sujeitos e os discursos? Quais os efeitos de sentido que perpassam a subjetividade desses sujeitos? Como a escrita de si acontece nesse contexto? Quais as representações de si, do outro e da prisão emergem nesse contexto de privação da liberdade? Para tais, apontamos os resultados a seguir.

Observamos que no primeiro eixo – representações de si –, ao escreverem as cartas, essas mulheres emergem confissões, constituindo-se a partir do olhar que têm sobre si e no/pelo olhar do outro. Por esse olhar, identificam-se com o outro e se constituem pela subjetividade. Nesse sentido, seu discurso é atravessado pelas relações de poder e pelo lugar de onde falam. A análise mostra que esses sujeitos por ora silenciam, a fim de se representarem por uma imagem positiva, que lhes atribua o retorno à sociedade. Logo, pela estratégia, cedem, por vezes, às representações de mulheres arrependidas, transformadas, regeneradas. Por essa estratégia, seu discurso de arrependimento “atende” ao que espera o sistema prisional: corrigir o “indivíduo a ser corrigido”, e contribui também, para que na leitura de suas cartas, sua escrita seja “autorizada”, pois devem passar pelo crivo da censura, em que, havendo dirigentes responsáveis por esse procedimento na Instituição, podem autorizar ou não o seu discurso. Apontamos as seguintes representações de si: lutadora, vencedora, arrependida, recuperada, pessoa íntegra, injustiçada, inferior, transgressora e excluída.

No segundo eixo – representações do outro –, notamos que há em meio aos discursos de estratégia, a vitimização, pois os sujeitos se posicionam, por vezes, como vítimas de motivos que, supostamente, levaram-nos para o crime. Entre eles, as mulheres internas buscam em suas histórias pessoais e familiares, motivações que as fizeram ingressar nesse contexto, e nesse sentido, é recorrente no *corpus* os relatos de decepções amorosas e familiares. Ao falarem do presente, emergem por meio de suas histórias de vida o passado, assumindo-o como parte integrante de sua trajetória, e que, portanto, justificaria as “escolhas”

atuais, isto é, os acontecimentos passados justificam os presentes. Nesse caso, passado e presente caminham juntos na postura de vitimização.

Esses discursos são sustentados na/pela culpabilização ao outro, onde as mulheres internas, ao buscarem justificativas para sua prisão, ora se representam como vítimas, ora culpam o outro e, nesse sentido, em resposta aos jogos de verdade, buscam construir sua própria verdade e, por vezes, desresponsabilizam-se de seus crimes e culpam o outro. Assim, a constituição de si é marcada pela subjetividade que atravessa sua escrita, e nela, emergem contradições e tensões, que ora situam-nas como fortes, ora como “carentes” de amor, afeto, atenção: precisam da escrita para “sobreviver”. Assim, apontamos as seguintes representações do outro: covarde, culpado, “espinho”, indiferente e ingrato.

No terceiro eixo – representações da prisão –, notamos que o lugar de onde os sujeitos falam significa, pois por meio dele há vestígios da relação entre formação discursiva e ideológica e, ainda, é atravessado pela memória. Sobretudo, entendemos o “lugar” não como espaço físico, mas como posição no discurso, perpassada pelas representações imaginárias que antecipam a constituição da identidade daquele que fala. Notamos que os referentes que as internas utilizam para fazer alusão à prisão também constituem marcas de subjetividade e denunciam uma situação de exclusão pelo lugar que ocupam na sociedade. São exemplos os dizeres: “lugar maldito”, “cadeia de coisa”, “aqui é onde o filho chora e a mãe não vê”, entre outros, que marcam sua constituição: sujeitos criminosos, validada por um lugar – prisão – que não desejam ocupar, o que leva à exclusão.

Assim, o Presídio em si, não é um “lugar maldito” enquanto espaço físico e crítica à Instituição Penal. Mas, sobretudo, pelo que delega, pois nele, as mulheres internas passam a serem (des)consideradas e excluídas, uma vez que são representadas mediante uma nomeação homogeneizante: internas. Para elas, esse termo tem “peso” e significado, pois por ele são vistas como “anormais”; são “os espinhos” da sociedade. Logo, passam a serem vistas com outros olhos: pela sociedade, pelo Estado, pelas leis. Passam a constituir parte de uma “massa” que é denominada como errante e que precisa ser “recuperada”, pois precisam ser retiradas da sociedade, do convívio, serem isoladas, em face de uma (trans)formação comportamental e ideológica. Nos recortes analisados, é possível notar que o dizer dessas mulheres é perpassado pela memória do espaço que ocupam, pois notamos as seguintes representações de prisão: opressora, ineficiente, lugar de anormais e lugar de exclusão.

No (per)curso de análise aqui apresentado, os sujeitos (se) e(in)screvem pelas representações que tecem a si, ao outro e à prisão e, numa (ilusória) tentativa de fixá-las, as desestabilizam. Em outras palavras, ao tentarem (se) definir entre “isso” ou “aquilo”, são ditos

(e dizem) pela porosidade das palavras, deixando traços de si que se (con)fundem entre o “eu” e o “Outro”, emergindo confissões, (in)completudes e frustrações que (re)velam a multiplicidade de identificações do “eu” a partir do “outro”, do “outro” a partir do “eu” e, ainda, do “eu” e do “outro” a partir do “lugar” que os representa, sendo todos – “eu”, “outro” e “lugar” – constituídos constante e concomitantemente.

Esse processo de subjetividade marca identidades complexas, em constante processo, multifacetadas que, via escrita de si, desnudam o modo de constituição dos sujeitos que encontram, na escrita, o (im)possível: o (re)fazer de suas histórias de vida, o (re)fazer de sua existência, o (sobre)viver, o (re)tratar-se a si e ao o(O)utro...

Ainda, vale ressaltar que a escrita, nesse contexto, é fonte de vigor, pois por meio dela, os sujeitos encontram refúgio, consolo, e, sobretudo, encontram o outro, saem de trás das “grades”, dos “muros” e das “muralhas” para serem presença. Pela escrita das cartas, essas mulheres internas se fazem presentes para o outro e para si, são lembradas, e, portanto, marcam sua “existência” pelas letras que grafam no papel. Por elas, inscrevem-se: no outro, na memória, no discurso. Pela escrita, dizem “voar pelo pensamento”, o que significa que por ela são livres da prisão na qual se encontram. Essa prisão, entretanto, não se reduz às grades de ferro, mas é atravessada pelos estereótipos, verdades construídas e discursos cristalizados.

Ressaltamos aqui, que esta pesquisa visou problematizar as relações de poder que atravessam os discursos oriundos da escrita de cartas de internas do Estabelecimento Penal Feminino de Três Lagoas – MS, a fim de investigar de que modo esses sujeitos se constituem no seu processo de subjetivação, imersos nesse contexto prisional. Em nossos gestos de interpretação, buscamos, via escrita de si das mulheres internas, delinear as regularidades discursivas que, nesse contexto, deixa(ra)m marcas de subjetividade e singularidade. Entretanto, não cabe generalizar, pela análise, esse espaço de privação da liberdade, todavia, estarmos cientes de que os discursos que aqui emergem contemplam o contexto a que investigamos, cujas brechas e lacunas não estão esgotadas.

Assim, longe de nos posicionarmos enquanto “favoráveis” ou “contra” aos sistemas prisionais, pretendemos, em suma instância, investigar como ocorre a relação sujeito excluído e Instituição, e, por conseguinte, investigar o papel da escrita nesse contexto. Pretendemos “dar voz” (ou ouvir a voz?) (d)a(s) essas mulheres internas. Enquanto resultados, esperamos por meio da análise aqui feita (e que não é única!) contribuir para que a sociedade, em geral, desconstrua suas verdades cristalizadas, seus discursos hegemônicos. Muito mais que isso, pretendemos que esses sujeitos, ao dizerem, se digam; ao e(in)screverem, e(in)screvam-se, pois suas cartas “narram” suas histórias, pelas quais perambulam entre passado, presente e

futuro, na ilusão de se alicerçar sobre um todo coerente, indiviso, centrado e consciente. Entretanto, ao tentar fazer-se pelo “UM”, traços de sujeitos cindidos, clivados, descentrados e heterogêneos vêm à baila, atravessando-os pela busca da completude, em que a escrita e a subjetividade se entrelaçam.

Por fim, quanto à pergunta incitada no subtítulo desta pesquisa – muros que silenciam? – talvez tenhamos chegado a uma “resposta”: embora as grades e os muros, por seus dispositivos de controle, busquem igualar o que é singular, bem como controlar, docilizar, regular e homogeneizar, pela escrita – que carrega em sua constituição a resistência – as mulheres internas deixam marcas de subjetividade que “mostram” de que modo se constituem enquanto sujeitos singulares. Portanto, se refletirmos no sentido de silenciamento pela interdição, notamos que as relações de poder são os pontos móveis que deslocam seu discurso. Assim, mesmo em meio à interdição e ao controle, os muros não conseguem silenciar esses sujeitos, uma vez que, conforme já mencionamos, embora haja exclusão, esses sujeitos não se constituem pela dicotomia dominante/dominado, mas pela singularidade que os perpassa.

Diante de tal (in)quietação, pretendemos olhar sob múltiplos olhares – pela singularidade e subjetividade – a fim de desconstruir representações formatadas, que condenam e reduzem os sujeitos às margens da exclusão. Não nos cabe aqui dar espaço a essas dicotomias que, ainda hoje, dividem, separam, selecionam e excluem a tantos, mas, sobretudo, a uma reflexão que nos impulse a sair de nós mesmos e olhar o outro, a fim de que possamos perceber que somos constituídos e nos constituímos no/pelo olhar do outro. Queremos atravessar as nossas próprias “muralhas”, nossos próprios “muros” que tanto nos imobilizam, prendem e excluem: o outro e a nós. Muralhas essas que nos deixam ver um lado somente.

É por isso que olhamos além das muralhas e dos muros...

## REFERÊNCIAS

- ACHARD, P. et. al. (Org.). **Papel da memória**. Tradução e Introdução José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999.
- ACHUGAR, H. **Planetas sem boca**: escritos efêmeros sobre arte, cultura e literatura. Tradução Lyslei Nascimento. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- ALMEIDA, T. L. de. **Hupomnêmata**: registro de histórias de vida de adolescentes em acolhimento institucional como escrita de si. 2011. 481 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Educação, Faculdade de Educação da UNICAMP, Campinas, 2011.
- ARENDT, H. **A condição humana**. Tradução Roberto Raposo. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- AUTHIER-REVUZ, J. **Heterogeneidade(s) Enunciativa(s)**. Tradução Celene M. Cruz e João W. Geraldi. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990. p. 25-42. (Cadernos de Estudos Linguísticos, n. 19).
- \_\_\_\_\_. **Palavras incertas**: as não-coincidências do dizer. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.
- BARCINSKI, M de M. e A. Protagonismo e vitimização na trajetória de mulheres envolvidas na rede do tráfico de drogas no Rio de Janeiro. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 577-586, 2009.
- BATISTA JR, J.; BARROS, M. Em busca da segunda chance. **Veja**. São Paulo: Abril, ano 44, nº8, p. 32 - 44, fev., 2011.
- BRASIL. Senado Federal. **Lei n. 7.210/84**. Lei de Execução Penal. Brasília: Senado Federal, 2009.
- CARDOSO, S. H. B. **Discurso e ensino**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- CASTRO, E. **Vocabulário de Foucault**: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Tradução Ingrid Muller Xavier. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- CORACINI, M. J. R. F. (Org.). **Identidade & discurso**: (des)construindo subjetividades. Campinas: Editora da UNICAMP; Chapecó: Argos Editora Universitária, 2003.
- \_\_\_\_\_. **A celebração do outro**: arquivo, memória e identidade: línguas (materna e estrangeira), plurilinguismo e tradução. Campinas: Mercado de Letras, 2007.
- \_\_\_\_\_.; ECKERT-HOFF, B. M. (Org.) **Escrit(ur)a de si e alteridade no espaço papel-tela**: alfabetização, formação de professores, línguas materna e estrangeira. Campinas: Mercado de Letras, 2010a.
- \_\_\_\_\_. Discurso e escrit(ur)a: entre a necessidade e a (im)possibilidade de ensinar. In: CORACINI, M. J. R. F.; ECKERT-HOFF, B. M. (Org.) **Escrit(ur)a de si e alteridade no**

**espaço papel-tela:** alfabetização, formação de professores, línguas materna e estrangeira. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2010b. p. 17-50.

DUARTE, M. Punição: justiça ou vingança? **Revista Filosofia Ciência & Vida**, São Paulo, p. 63-71, fev. 2013.

ECKERT-HOFF, B. M. **Escritura de si e identidade:** o sujeito-professor em formação. Campinas: Mercado de Letras, 2008.

EMEDIATO, W. Organização enunciativa e modalização no discurso didático. In: LARA, G. M. P. (Org.). **Lingua(gem), texto, discurso:** entre a reflexão e a prática. Rio de Janeiro: Lucerna; Minas Gerais: FALE/UFMG, 2006. p. 137-154.

FERREIRA, A. B. H. **Miniaurélio Século XXI Escolar:** O minidicionário da língua portuguesa. Coordenação de edição Margarida dos Anjos, Marina Baird Ferreira; Lexicografia Margarida dos Anjos... [et al.] 4. ed. rev. Ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

FOUCAULT, M. **Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão...**um caso de parricídio no século XIX, apresentado por Michel Foucault. Tradução de Denize Lezan de Almeida. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder.** Tradução e Organização Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

\_\_\_\_\_. Método. In: **História da sexualidade I:** a vontade de saber. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque, J.A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988. p. 102-113.

\_\_\_\_\_. **A ordem do discurso.** Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 20. ed. São Paulo: Loyola, 1995.

\_\_\_\_\_. **Resumo dos cursos do Collège de France:** (1970-1982). Tradução Andréa Daher; Consultoria Roberto Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

\_\_\_\_\_. **Os anormais:** curso no Collège de France (1974-1975). Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

\_\_\_\_\_. **A verdade e as formas jurídicas.** Tradução Roberto Cabral de Melo Machado, Eduardo Jardim Morais. Rio de Janeiro: NAU, 2002.

\_\_\_\_\_. **Estratégia, poder-saber.** Organização e seleção de textos Manoel Barros da Motta; Tradução Vera Lucia Avellar Ribeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006a. (Coleção: Ditos e Escritos IV).

\_\_\_\_\_. A escrita de si. In: \_\_\_\_\_. **Ética, sexualidade, política.** Organização e seleção de textos Manoel Barros da Motta; tradução Elisa Monteiro, Inês Autran Dourado Barbosa. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006b. p. 144-162. (Coleção: Ditos e Escritos V).

FOUCAULT, M. **Ética, sexualidade, política**. Organização e seleção de textos Manoel Barros da Motta; tradução Elisa Monteiro, Inês Autran Dourado Barbosa. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006c. (Coleção: Ditos e Escritos V).

\_\_\_\_\_. **A Arqueologia do Saber**. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

\_\_\_\_\_. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). Tradução Maria Ermantina Galvão. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010a.

\_\_\_\_\_. **Repensar a política**. Organização e seleção de textos: Manoel Barros da Motta; Tradução Ana Lúcia Paranhos Pessoa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010b. (Coleção: Ditos e Escritos VI).

\_\_\_\_\_. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Trad. de Raquel Ramallete. 40. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

GADET, F.; HAK, T. (Org.) **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Trad. Bethania S. Mariani. [et al]. 3. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

GREGOLIN, M. do Rosário. **Foucault e Pêcheux na construção da análise do discurso**: diálogos e duelos. São Carlos: Clara Luz, 2004.

GUERRA, V. M. L.; SOUZA, C. C. Entre o (dis)curso e a identidade, a emergência de uma epistemologia crítica para entender o jogo da diferença. In: NOLASCO, E. C.; GUERRA, V. M. L. **O sol se põe na fronteira**: discursos, gentes e terras. São Carlos: Pedro & João Editores, 2013. p. 37-65.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. de Tomaz T. da Silva e Guaciara L. Louro. 10. ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2005.

HENRY, P. Os fundamentos teóricos da “Análise automática do discurso” de Michel Pêcheux (1969). In: GADET, F; HAK, T. **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Trad. Bethania S. Mariani. [et al]. 3. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997. p. 13-38.

JONAS, H. **O princípio responsabilidade**: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica. Tradução Marijane Lisboa, Luiz Barros Montez. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

MACHADO, R. Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Trad e Org. de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p. 7-23.

MAIA, M. C. G. O lapso de escrita como refúgio do sujeito. In: MARIANI, B. (Org.). **A escrita e os escritos**: reflexões em análise do discurso e em psicanálise. São Carlos: Claraluz, 2006. p. 31-44.

MASCIA, M. A. A. O professor de língua inglesa e as confissões de si frente ao mundo cibernético. In: CORACINI, M. J. R. F.; ECKERT-HOFF, B. M. **Escrit(ur)a de si e**

**alteridade no espaço papel-tela:** alfabetização, formação de professores, línguas materna e estrangeira. Campinas: Mercado de Letras, 2010. p. 217-228.

NASCIMENTO, C. A. G. S. Dizeres de professores e alunos de escolas públicas estaduais integradas às Unidades Educacionais Internas do MS: entre o ensino e o não-ensino. In: **III SIMPÓSIO NACIONAL DISCURSO, IDENTIDADE E SOCIEDADE (III SIDIS) DILEMAS E DESAFIOS NA CONTEMPORANEIDADE.** Disponível em: <[http://www.iel.unicamp.br/sidis/anais/pdf/NASCIMENTO\\_CELINA\\_APARECIDA\\_GARCIA\\_DE\\_SOUZA.pdf](http://www.iel.unicamp.br/sidis/anais/pdf/NASCIMENTO_CELINA_APARECIDA_GARCIA_DE_SOUZA.pdf)>. Acesso em: 12 set. 2013, às 08h03.

NEVES, M. H. de Moura. **Gramática de usos do português.** São Paulo: Editora UNESP, 2000.

NOLASCO, E. C.; GUERRA, V. M. L. A leitura na diferença: uma visão desconstrutivista do movimento interpretativo. In: LIMBERTI, R. C. P.; GUERRA, V. M. L.; NOLASCO, E. C. (Orgs.). **Olhares sobre a constituição do sujeito contemporâneo: cultura e diversidade.** Dourados: Editora UFGD, 2013. p. 19-34.

ORLANDI, E. P. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso.** 4. ed. Campinas: Pontes, 1996.

\_\_\_\_\_. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos.** 6. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

\_\_\_\_\_. **Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos.** 3. ed. Campinas: Edição Pontes Editores, 2008.

\_\_\_\_\_. **Análise de discurso: princípios e procedimentos.** 10. ed. Campinas: São Paulo: Pontes Editores, 2012.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio.** Tradução Eni P. Orlandi. [et al]. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988.

\_\_\_\_\_. **O discurso: estrutura ou acontecimento.** Tradução Eni Pulcinelli Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 1990.

\_\_\_\_\_. A Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. (Org.) **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux.** Tradução Bethania S. Mariani. [et al]. 3. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997a. p 61-161.

\_\_\_\_\_. A Análise de Discurso: três épocas (1983). In: GADET, F.; HAK, T. (Org.) **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux.** Tradução Bethania S. Mariani. [et al]. 3. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997b. p. 311-319.

REIS, V. S. Representações e deslocamentos no diário de aprendizagem de língua estrangeira: uma escrita de si para o outro. In: CORACINI, M. J. R. F.; ECKERT-HOFF, B. M. **Escrit(ur)a de si e alteridade no espaço papel-tela: alfabetização, formação de professores, línguas materna e estrangeira.** Campinas: Mercado de Letras, 2010. p. 137-163.

REIS, V. S. **O ensino-aprendizagem do inglês como língua estrangeira (ILE) no espaço dentro-fora da lei de uma Unidade Socioeducativa para adolescentes infratores.** 2011. 266 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Estudos Linguísticos, Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

REVEL, J. **Michel Foucault: conceitos essenciais.** Tradução Maria do Rosário Gregolin, Nilton Milanez, Carlos Piovesani. São Carlos: Claraluz, 2005.

SAVENHAGO, I. J. S. **Linguagem e sociedade: análise do discurso de cartas de detentas e ex-detentas.** 2009. 96 f. Dissertação (Mestrado em Ciência, Tecnologia e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciência, Tecnologia e Sociedade, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009.

SAWAIA, B. (Org.) et al. **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social.** 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

SCURCIATTO, A. L. **A construção da verdade e a constituição do sujeito em casos de violência sexual contra adolescentes do sexo feminino.** 2007. 97f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Letras, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2007.

SIMÕES, V. F. N. **Filhos do cárcere: limites e possibilidades de garantir os direitos fundamentais dos filhos das mulheres privadas de liberdade no Brasil.** Porto Alegre: Núria Fabris, 2013.

SKLIAR, C. A escrita na escrita: Derrida e Educação. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Derrida & a Educação.** Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 9-33.

STECANELA, N.; KUIAVA, E. A. As escritas de si na privação da liberdade: jovens em conflito com a lei arquivando a própria vida. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 49, p. 175-242, 2012.

VEIGA-NETO, A. **Foucault & a Educação.** 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

## ANEXO A – MEMORIAL DESCRITIVO

### **“Quebrando pedras e plantando flores”**

(Cora Coralina – *Das pedras*)

Interessante este momento: a escrita de um memorial descritivo. Em particular, considero-o mais profundo ainda pelo fato de que, nesta pesquisa, na posição de analista do discurso debrucei-me sobre a “escrita alheia”, e, agora, debruçar-me-ei, nesse momento, na “escrita de mim”. Ilusória distinção, uma vez que a escrita de si atribui o olhar para si e para o outro, o que significa que incontrolavelmente já olhei para mim ao olhar para o outro. Por isso, ciente estou de que neste memorial descritivo o leitor descortinará os processos de constituição de minha subjetividade, e, ainda, tecerá representações que o levam a arquitetar-me como profissional, estudante, enfim, a fragmentos “do todo” que pareço ser: Daniele Cristina Scaliante.

Nas palavras de Cora Coralina, poetisa goiana, é que vejo passar o filme de minha trajetória pessoal e acadêmica: “quebrando pedras e plantando flores”, e, no cantarolar desses versos, inscrevo o meu caminhar, pois embora haja o desajuste de alguns percalços que “balançaram o meu eu” (como a separação dos meus pais aos oito anos), plantei flores pelos caminhos que trilhei. Atrevo-me a escrever numa ousadia, pois embora seja o objetivo deste memorial descrever minha trajetória acadêmica até o momento atual, não vejo como “narrar minha história” em fragmentos, por isso, traços de escolhas da minha vida pessoal se entrelaçam à trajetória acadêmica.

Início por recordações da infância que me impulsionam a buscar as motivações que me fizeram chegar até aqui. Há muito se diz que “as palavras convencem, o exemplo arrasta”. Filha mais velha que sou de Clarice (anteriormente empregada doméstica, hoje merendeira) e José Carlos (antes serralheiro, hoje encarregado de mecânica), decidi atuar como professora. Profissão esta que escolhi com satisfação, na lembrança dos dizeres de meus pais de que é necessário escolher, e, uma vez escolhido, fazê-lo de um modo bem feito, doando-se o máximo que puder. Com certeza, foi esse o exemplo que me impulsionou. Não escolhi esta profissão por tradição: em minha família fui a primeira professora!

Lembro-me de minha mãe me ensinando a ler gibis, e também da bizarra vez em que, aos três anos, arrumei uma bolsa e disse que iria à escola. Resultado: quando minha mãe notou minha ausência, eu já estava num quarteirão abaixo de casa, literalmente rumo à escola! Guardo em minhas recordações os momentos de brincadeiras, a maioria delas relacionadas ao

âmbito escolar: lousinha e giz (na falta deles: o tijolo e o asfalto), “planejamento” de aulas, o brincar de ser a professora dos irmãos mais novos. Observo hoje, que todos esses fragmentos de memórias constituem minha tentativa de justificar a escolha desta profissão: algo me fascinava (e fascina), algo me encantava (e encanta). Ainda hoje, há algo nesta profissão com o qual me identifico...

Há alguns traços em minha trajetória estudantil que desvelam como fui me constituindo “um sujeito professor”. Há um dizer dos professores com os quais convivi que perpassa (e constitui) essa minha escolha: “nunca deixe de estudar”. Engraçado, em distintos momentos da minha vida ouvi essa mesma frase, dita da mesma forma, mas por pessoas diferentes, nas cidades que já estudei: Rinópolis – SP, Tupã – SP, Adamantina – SP e Araçatuba – SP.

A primeira vez que ouvi esta frase foi quando cursava a antiga quarta-série na cidade de Rinópolis – SP (onde nasci), no momento em que minha professora “Toninha”, que lecionava Matemática, pediu que eu fosse à lousa e explicasse a tarefa que havia passado. O segundo deles foi quando na antiga sexta-série, minha professora de Língua Portuguesa Cleusa, depois da aula, perguntou-me qual faculdade eu pretendia fazer, motivando-me a cursar Letras. Ambas disseram: “nunca deixe de estudar”. Assim, estudei em Rinópolis – SP até o 1º ano do Ensino Médio, e foi esta uma etapa concluída: “quebrando pedras e plantando flores” (Cora Coralina).

No ano de 2003, ingressei no CEFAM (Centro Específico de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério) na cidade de Tupã – SP, sendo o objetivo desse curso a formação do magistério. Seu diferencial era que tinha uma distinta visão sobre a formação educacional. O curso funcionava em período integral, e tínhamos uma bolsa no valor de um salário mínimo vigente naquela época, destinada aos gastos com material e transporte, sob o risco de ser desligado do curso caso não apresentasse um desempenho satisfatório. No CEFAM fiz concomitantemente o 2º e 3º ano do Ensino Médio e, cursando o 4º ano, obtive habilitação para o Magistério. Nesse período, participei de várias oficinas que complementaram minha formação. Em minha formatura, no ano de 2005, minha professora Maria Áurea, com um abraço, disse-me: “nunca deixe de estudar”. Outra etapa concluída: “quebrando pedras e plantando flores” (Cora Coralina).

No ano seguinte, embora quisesse muito lecionar, tinha duas preocupações: conseguir um trabalho e ingressar numa faculdade. Pensava muito em substituir nas escolas, mas precisava também conseguir um emprego. Assim, no ano de 2006, concorri à vaga de Escriturária, na cidade de Piacatu - SP, e, antes de ser convocada, trabalhei num escritório de

contabilidade e fiz experiência numa fábrica de calçados. No dia 16 de maio de 2006 fui chamada a assumir o cargo na cidade de Piacatu e aceitei.

Embora estivesse feliz pelo emprego, queria algo mais, no contínuo desejo de ser professora, mas, contudo, prosseguir meus estudos, o que fez com que no ano de 2007 eu começasse a cursar Letras na FAI – Faculdades Adamantinenses Integradas, na cidade de Adamantina – SP. No final daquele ano, em momentos muito próximos, prestei dois concursos em Piacatu – SP: um para Educador e outro para Professor PEB I. Para minha surpresa, fui aprovada nos dois. E assim, em 2008, renunciei ao cargo em que estava, bem como à vaga de Educador, para concretizar um dos meus sonhos: ser professora. Minha trajetória nessa profissão foi (e é) marcada pela participação de variados cursos, palestras e oficinas, que estimularam (e estimulam) novos conhecimentos e reflexões.

No ano de 2008, período da graduação, apresentei em comunicação individual o trabalho intitulado: “A poesia satírica de Gregório de Matos: uma proposta de unidade didática”, no II Congresso de Iniciação Científica da FAI, que posteriormente, foi publicado em resumo, na *Revista Omnia*, edição de 2008. Já no ano de 2009, apresentei no III Congresso de Iniciação Científica da FAI o trabalho “A alfabetização e os textos: recepção da linguagem”, que em seguida foi publicado em resumo na *Revista Omnia*, edição de 2009, e ainda, em artigo completo no *Boletim Científico* da FAI também em 2009, sob a orientação do Prof. Dr.º Orlando Antunes Batista.

Ao fim da graduação, em 2009, minha professora de Língua e Literatura Inglesa, Maria Hélia, (re)afirmou o dizer “nunca deixe de estudar”. Nesse período, aumentava em mim o desejo de prosseguir os estudos. Cogitei a ideia de iniciar um curso *lato sensu* na mesma Faculdade, que seria organizado pelo professor Dr.º Orlando Antunes Batista (que eu só soube, depois de ingressar no Mestrado, de sua “pertença” à Três Lagoas – MS), o que não se concretizou, pois esse curso não abriu naquele ano. Entretanto, etapa concluída: “quebrando pedras e plantando flores” (Cora Coralina).

Assim, em 2010, iniciei no Centro Universitário Toledo de Araçatuba – SP, a pós-graduação em Alfabetização e Letramento. Quando estava prestes a terminá-la, almejava ingressar no Mestrado, sonho que sempre delineou meu percurso, mas que, entretanto, parecia distante. Motivada pelo meu namorado Valdeci e pela minha até então professora Roseli Imbernom, que também recomendou que eu “não parasse de estudar”, decidi em 2011, ao término do curso, participar do Processo Seletivo para o Mestrado em Letras da UFMS, Câmpus de Três Lagoas – MS, a fim de “ver como era”. Para isso, tive que me preparar teoricamente, pois eu nunca havia lido sobre o que a Linha de Pesquisa “Discurso,

subjetividade e ensino de línguas” abordava. Também nesse ano, lecionei na EJA (Educação de Jovens e Adultos). Mais uma etapa se finalizava e outra iniciava, e assim, segui “quebrando pedras e plantando flores” (Cora Coralina).

Então, “apaixonada” pelo trabalho com textos em sala de aula, elaborei um Projeto de Pesquisa voltado para a questão dos gêneros textuais, na área de concentração em Estudos Linguísticos, referente à linha de pesquisa a que já me referi. Assim, juntamente com meu namorado Valdeci (que também participou do Processo Seletivo naquele ano), encaminhei os documentos necessários para a inscrição. No dia 08 de outubro de 2011, foi publicada no site da UFMS a relação de inscrições deferidas e indeferidas para o Processo Seletivo de 2012. Para o nosso agrado, as inscrições foram deferidas, o que nos levaria pela primeira vez ao estado do Mato Grosso do Sul, a fim de realizar a prova de proficiência em Língua Espanhola. As etapas foram seguindo e os resultados sendo divulgados com aprovações obtidas por ambos: em 16 de novembro de 2011 fomos aprovados na Prova de Proficiência e em 22 de novembro de 2011, na Prova Escrita, o que, com surpresa, nos levou à última etapa do processo, que consistia na entrevista e arguição do Projeto de Pesquisa elaborado.

Após essa etapa, no dia 29 de novembro de 2011 foi publicado o Resultado Final do Processo Seletivo, que para meu espanto de um lado e decepção do outro, trazia minha aprovação e a reprovação do meu namorado, o que causou em nós, uma mistura de sentimentos. Também nesse dia, foi divulgada a indicação dos orientadores, trazendo a informação de que a Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Onilda Sanches Nincao seria a minha orientadora.

Assim, depois da dupla surpresa, persisti em seguir “quebrando pedras e plantando flores” (Cora Coralina), a fim de aproveitar a oportunidade de cursar o Mestrado. Iniciei, a partir desse momento, o meu contato com a Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Onilda, que até então eu não conhecia, pois embora eu tivesse “vasculhado” a linha de pesquisa do Programa, não havia tido antes nenhum contato com os professores, sendo o Processo Seletivo a minha “chegada” à UFMS.

Pela escrita enquanto “papel muito próximo da confissão” (FOUCAULT, 2006b, p. 145), deixo aqui marcas de uma sensação que me colocou no início do Mestrado numa desconfortável região de conflito: senti-me, nas palavras de Coracini (2007, p. 206-207), no “entre-lugar”, no “entre-línguas, entre-culturas”, e, assim, vivenciei o que explica a autora quando diz que “as identificações de si e ao outro se entrelaçam e se confundem para constituir a identidade do sujeito”. Esse processo acontecia ao tempo em que eu me deparava com novas pessoas, costumes, ideias, conhecimentos, sendo todos eles, estranhos a mim naquele momento.

Ainda, ao constatar que a maioria dos meus colegas de turma já haviam feito antes disciplinas como alunos especiais, a sensação que eu tinha era a de estar num “terreno estranho”, pois eu não conhecia a fundo a Linha de Pesquisa, os professores, a Universidade. No sentido derridiano explicado por Skliar (2008, p. 29), sentia-me como um estrangeiro a pedir hospitalidade, e nesse caso, é o outro quem deve, sendo estrangeiro, falar a outra língua e pedir hospitalidade. Sentia-me então, na necessidade de identificar-me com o outro para ter assegurado o meu “sentimento de pertença”, e esse, refletido por Coracini (2007, p. 51), também pelo viés derridiano, significa a “inscrição do sujeito que se faz no espaço e no tempo, admitida, permitida ou coibida pelo outro”. Assim, no decorrer do Mestrado, aos poucos tudo foi se “ajeitando” (em constantes movimentos), e, hoje, sinto-me “pertencente” ao Mestrado, à UFMS, a Três Lagoas, ao Mato Grosso do Sul, que passaram a me constituir.

Na busca de relacionar meu projeto à linha temática da professora Dr.<sup>a</sup> Onilda, voltada à formação de professores indígenas, educação bilíngue, letramento em língua indígena e ensino de língua materna, sem, contudo, lançar mão da minha proposta com o trabalho textual, elaborei o projeto “Temas presentes em textos em língua terena: significados culturais e identitários”. Nessa proposta de investigação, o objetivo focalizou-se em identificar, em oficinas de produção de texto em Língua Terena para professores indígenas, quais os significados culturais e identitários poderiam emergir na temática escolhida pelos professores para as produções textuais, a fim de compreender qual a relevância desses temas escolhidos para o povo terena.

Para a coleta de dados, em 23 e 24 de julho de 2012, eu e minha colega Ana Alice (também orientanda da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Onilda na época) estivemos em Aquidauana – MS, participando da “Oficina de Produção de Textos em Língua Terena” para professores indígenas, ministrada pela professora Onilda na Aldeia Bananal, especificamente na escola General Rondon. Também nesses dias, visitamos as demais aldeias do Distrito de Taunay: Água Branca, Ipegue, Lagoinha e Morrinho. Assim, após a coleta de dados, iniciei a análise do *corpus* e as transcrições das falas que se deram no decorrer da oficina.

Quanto às disciplinas cursadas no Mestrado, no primeiro semestre de 2012 frequentei as seguintes: Análise do Discurso, Políticas Linguísticas e Teorias da Linguagem. A primeira teve início no dia 08 de março de 2012, e foi ministrada pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Vânia Maria Lescano Guerra, sendo essa disciplina o meu primeiro contato com a perspectiva teórica da AD. Logo de início, percebi que o que eu pensava ser a Análise do Discurso estava totalmente aquém do que essa abordagem realmente representa, e, por isso, busquei empreender de modo significativo as leituras que a professora indicava. Cursar esta disciplina foi de suma

importância para que eu compreendesse o escopo teórico da Linha de Pesquisa a qual meu estudo se insere. Nas leituras, seminários e discussões em sala de aula, pudemos ter um entendimento das bases teóricas da AD: seu percurso, as noções de discurso, interdiscurso, formação discursiva, relações de poder, entre outros aspectos, que sem dúvida, fizeram-me adquirir um novo olhar, bem como, compreender que certas verdades que trazemos tão arraigadas em nossos discursos cristalizados podem ser desconstruídas a todo o momento.

Já a disciplina Teorias da Linguagem, iniciada em 09 de março de 2012 e ministrada pelo Prof.º Dr.º Edson Rosa Francisco de Souza e pelo Prof.º Dr.º Eduardo Penhavel de Souza, contribuiu para que tivéssemos o conhecimento dos vários estudos já desenvolvidos em diferentes perspectivas: Linguística Histórica, Estruturalismo, Funcionalismo, Gerativismo, Análise da Conversação, Linguística Textual, Sociolinguística, Análise do Discurso, Linguística Aplicada e Aquisição da Linguagem.

Na disciplina Políticas Linguísticas, iniciada em 16 de março de 2012 e ministrada pela Prof.ª Dr.ª Onilda Sanches Nincao, pudemos compreender que esse campo de pesquisa focaliza o poder entre as línguas, e, por políticas de intervenção, relaciona-se com a política educacional de uma nação, e, ainda, serviu-nos para modificar a cristalizada concepção do mito do monolingüismo rege os países.

No segundo semestre do mesmo ano, cursei a disciplina Estudos de Línguas em contextos multilíngues, ministrada pela Prof.ª Dr.ª Onilda S. Nincao e pela Prof.ª Dr.ª Claudete Cameschi de Souza, onde foram abordadas mais profundamente as questões referentes ao bilingüismo, em especial, o de minorias. Já a disciplina Linguística Aplicada II, ministrada pela Prof.ª Dr.ª Celina Aparecida Garcia de Souza Nascimento e pela Prof.ª Dr.ª Vânia M. L. Guerra, permitiu-nos compreender, por meio de uma abordagem discursivo-desconstrutivista, a importância dessa perspectiva para o estudo da língua em uso em diversos contextos de interação, que não só o da sala de aula, uma vez que a Linguística Aplicada, nessa perspectiva, utiliza-se da prática para reflexões teóricas, a fim de problematizar situações, por vezes, já naturalizadas como inquestionáveis.

De acordo com a decisão do Colegiado deliberada na 92ª Reunião Ordinária do Colegiado do PPG-Letras, ocorrida no dia 13 de novembro de 2012, a partir desse dia passei a ter enquanto orientadora a Prof.ª Dr.ª Celina Aparecida Garcia de Souza Nascimento, conforme CI 205/2012 e Res. nº 131. Por esse motivo, houve conseqüentemente, a necessidade da elaboração de um novo Projeto de Pesquisa, o que alterou totalmente a pesquisa realizada até então, e o projeto anterior, não poderia ser utilizado. Entretanto, apesar de angustiada, segui “quebrando pedras e plantando flores” (Cora Coralina).

Preocupad(íssim)a com a situação de ter que traçar, em pouco tempo, um “novo rumo” para minha investigação no Mestrado, fiz contatos constantes com a Prof.<sup>a</sup> Celina, que, também preocupada, falou-me da possibilidade de desenvolvermos uma pesquisa no Estabelecimento Penal Feminino de Três Lagoas – MS, local em que a professora já vinha mantendo contato com a direção, bem como coletando algumas cartas em face do desenvolvimento de seu Projeto de Pesquisa intitulado “Linguagem, discurso e identidade de adolescentes e adultos em situação de exclusão: escrita de si”.

Para a satisfação de ambas, o tema “escrita de si” coincidiu com o que eu estava pensando em investigar, e, então, aceitei a proposta. Nesse período, a Prof.<sup>a</sup> Celina repassou-me as primeiras cartas que havia coletado para que eu pudesse dar início a minha investigação. Assim, coloquei-me numa verdadeira “maratona”: elaborei o projeto, iniciei os contatos com a Direção do Presídio, e ainda, coletei mais cartas escritas pelas mulheres internas, que constituem o *corpus* desta pesquisa. Pude ver assim, meu novo Projeto de Pesquisa tomando “forma” e “corpo”.

No dia 25 de fevereiro de 2013, a Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Kelcilene, coordenadora do Mestrado em Letras, informou-me sobre a disponibilidade de uma bolsa da CAPES, o que permitiu com que eu me afastasse do cargo de Professor PEB I para dedicação exclusiva ao Mestrado, passando a residir na cidade de Três Lagoas – MS. Vinda em boa hora, a bolsa contribuiu para que eu pudesse desenvolver esta pesquisa, uma vez que eu tinha que “correr contra o tempo” para desenvolvê-la.

No primeiro semestre de 2013 cursei a disciplina Tópicos Especiais: Análise do Discurso, oferecida ao DINTER (Doutorado Interinstitucional em Letras), programa realizado pela parceria entre a UFMS e a Universidade Presbiteriana Mackenzie, entretanto, foi também ofertada aos alunos do Mestrado em Letras. Ministrada pela conceituada Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Diana Luz Pessoa de Barros e pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Neusa Maria Oliveira Barbosa Bastos essa disciplina tratou da abordagem da semiótica pelo viés greimasiano, e ainda, dos estudos da linguagem sob a perspectiva da enunciação e da interação, o que possibilitou uma ampliação de nossos conhecimentos sobre esses assuntos.

Nesse período de disciplinas concentradas do DINTER, estive presente no Câmpus I da UFMS para a cerimônia de abertura desse programa, a Prof.<sup>a</sup> Maria Helena de Moura Neves, coordenadora do mesmo pela Mackenzie e, na ocasião, aproveitei para dizê-la o quanto seus estudos contribuem para esta pesquisa. Ainda nesse período, assisti à palestra da Prof.<sup>a</sup> Marisa Lajolo, intitulada “Literatura infantil e a construção de leitores: Lewis Carrol & Monteiro Lobato”, que possibilitou reflexões que me fizeram pensar, enquanto profissional,

em diferentes estratégias para o trabalho de leitura em sala de aula, embora estando distante, nesse momento, da sala de aula.

Também no primeiro semestre de 2013 realizei o Estágio de Docência no Câmpus I da UFMS, ministrando aulas na Graduação em Letras, especificamente na disciplina Introdução à Linguística para o 1º ano e Estágio Obrigatório de Língua Portuguesa no 5º semestre. Participei também dos encontros de Metodologia em AD ministrados pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Vânia M. L. Guerra, que focalizaram o estudo da arqueogenealogia foucaultiana, o que favoreceu em muito nossa pesquisa, e ainda, tivemos a oportunidade de expor nesses encontros as análises da dissertação para contribuições do grupo. Já no segundo semestre de 2013, cursei a disciplina Tópicos Especiais: Leitura Orientada, ministrada pelas Prof.<sup>as</sup> Dr.<sup>as</sup> Vânia, Celina e Claudete que, entre outros aspectos, trouxe em seu escopo leituras relevantes para a elaboração da dissertação, bem como viabilizou discussões acerca das análises já realizadas.

Em relação à participação em eventos durante o Mestrado, participei, no período de 12 a 14 de setembro de 2012, do VII Seminário de Pesquisa – Pesquisa e Ensino em Letras: Outras Linguagens, promovido pelo Programa de Pós-graduação em Letras da UFMS/CPTL, trabalhando também na organização do mesmo. Nesse evento, em sessão de comunicação individual, apresentei em coautoria com a Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Onilda S. Nincao o projeto de pesquisa e, para nossa surpresa, o renomado Prof.<sup>o</sup> Kanavillil Rajagopalan da UNICAMP compareceu à sala para assistir à apresentação. Também nesse evento, participei nos dias 13 e 14 de setembro do minicurso “O conceito de sujeito e políticas de subjetividade”, ministrado pelo Prof. Dr.<sup>o</sup> Conrado Neves Sathler. Ainda, no dia 13, assisti, no Anfiteatro da Unidade I da UFMS/CPTL, à conferência “As Tendências Contemporâneas de Pesquisa no Campo dos Estudos da Linguagem”, ministrada por Kanavillil Rajagopalan, e, na ocasião, aproveitei para adquirir uma dedicatória em um dos livros de sua autoria.

No período de 23 a 26 de outubro de 2012 participei do evento conjunto realizado na UFMS, Câmpus de Campo Grande: VI Encontro Nacional do Grupo de Estudos de Linguagem do Centro-Oeste & IV Colóquio Regional da Associação Latinoamericana de Estudos do Discurso, frequentando também o minicurso “Educação bilíngue no contexto indígena”, ministrado por Denize Elena Garcia da Silva. Em sessão de comunicação individual apresentei o trabalho intitulado “Temas presentes em textos em Língua Terena: questões sobre letramento”, sob a orientação da Prof. Dr.<sup>a</sup> Onilda. Ainda nesse evento, assisti à palestra da Prof.<sup>a</sup> Maria J. R. F. Coracini, intitulada “Subjetividade e leitura: (in)scrição de si e do outro”, sendo uma das mais significantes para minha investigação, pois trouxe novas

reflexões e (des)estabilizou outras, e, num momento de “tietagem”, não perdi a oportunidade de pedir uma dedicatória em uma de suas obras.

Entre os dias 18 a 20 de abril de 2013 estive presente no IV SELL – Simpósio Internacional de Estudos Linguísticos e Literários da UFTM, na cidade de Uberaba – MG, e, com a coautoria da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Celina Ap. G. S. Nascimento, apresentei em sessão de comunicação individual o trabalho “Marcas identitárias em cartas de detentas: silenciamento ou resistência ao poder?”, que resultou na publicação do resumo do trabalho apresentado, e que, por conseguinte, foi aceito para publicação do trabalho completo.

O segundo semestre de 2013 foi marcado pela participação de eventos que certamente contribuíram para a minha pesquisa. No período de 10 a 12 de julho de 2013, participei do 61º Seminário do GEL, realizado na Universidade de São Paulo – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, na cidade de São Paulo – SP, e em sessão de comunicação individual, apresentei o trabalho intitulado “Representações de ‘cadeia’ em discursos de detentas do Presídio Feminino de Três Lagoas – MS: disciplina e/ou relações de poder?”, sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Celina, o qual foi também enviado para a publicação do trabalho completo.

De 20 a 22 de novembro compareci ao SILEL – IV Simpósio Internacional de Letras e Linguística, promovido pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), em Minas Gerais, onde apresentei o trabalho “Marcas de subjetividade em cartas de internas de Três Lagoas – MS: reflexões sobre escrita e ensino-aprendizagem”, com a coautoria da Prof.<sup>a</sup> Celina. A participação nesse evento proporcionou uma interlocução entre os que estavam presentes, e que, por sua vez, também pesquisam acerca do contexto de privação de liberdade.

Em seguida, de 25 a 27 de novembro participei do IV Simpósio da Rede Centro-Oeste de Ensino e Pesquisa em Arte, Cultura e Tecnologias Contemporâneas (Rede CO3), na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS/CPTL), onde, em sessão de comunicação individual, apresentei o trabalho intitulado “Escrita de si: marcas de subjetividade em cartas de internas de Três Lagoas (MS)”. Nesse evento, tivemos a oportunidade de receber contribuições para as nossas pesquisas, muitas delas, pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elzira Yoko Uyeno – *in memoriam* – (UNITAL).

Por fim, nos dias 10 e 11 de dezembro de 2013, tive a satisfação de participar do V SEPIDIS – Seminário de Pesquisas “Identidade e Discurso”, realizado na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Nesse evento, além de apresentar minha pesquisa, recebi contribuições valiosas. Isso porque foi uma experiência ímpar participar de um evento que reuniu pesquisadores, entre eles, alunos e participantes dos grupos e projetos de pesquisa coordenados pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria José R. F. Coracini – que constitui esta pesquisa por seus

escritos e reflexões. Entre outros nomes que nos são “familiares” pelas leituras realizadas ao longo desses dois anos de Mestrado, tive a oportunidade de conversar – e apreciar a apresentação de seu trabalho – com a pesquisadora Eckert-Hoff, que tanto contribui para este estudo, por tratar também em suas investigações, da escrita de si. Estimulada pelas colegas de curso, aproximei-me dela que, atenciosamente, deu-me sugestões valiosas acerca do tema de minha pesquisa.

Assim, posso dizer que estou prestes a concluir uma nova etapa de minha trajetória por meio da defesa da dissertação, que me fará prosseguir “quebrando pedras e plantando flores” (Cora Coralina). Posso também dizer que uma “mudança” em minha vida já me constitui. Falo em mudança, não no brusco sentido da palavra: de deixar um “lugar” para habitar outro. Mas no sentido de movimento, deslocamento, desconstrução, constituição. No sentido de que pelas reflexões articuladas na/pela Análise do Discurso é impossível ser a mesma Daniele enquanto pessoa, pesquisadora e profissional, pois agora carrego “em mim” o que já me constituía e o que hoje me constitui.

Por isso, deslocamentos, (in)quietações e (des)estabilizações fizeram em meu olhar, meus gestos, meus dizeres e em meu ouvir, infinitas (res)significações, e, assim, o outro já não é para mim o mesmo também. Impossível seria que fôssemos os mesmos, fato esse que eu pensava ser tão comum antes de adentrar no Mestrado, e não percebia que me constituí (e continuo a me constituir) de diferentes maneiras, no/pelo olhar do outro.

Percebi uma incontrolável desconstrução de conceitos e verdades cristalizadas. Percebi então, que mais uma vez estou “quebrando pedras e plantando flores” (Cora Coralina)... E desta vez, com um sentido a mais: sigo quebrando a solidez cristalizada nas/pelas pedras de “minhas” verdades, “minhas” crenças, “meus” gestos, rumo à diversidade das flores, que podem ser variadas em espécie, tamanhos, cores, cheiros e espessuras...

## REFERÊNCIAS

CORACINI, M. J. R. F. **A celebração do outro: arquivo, memória e identidade: línguas (materna e estrangeira), plurilinguismo e tradução.** Campinas: Mercado de Letras, 2007.

FOUCAULT, M. A escrita de si. In: \_\_\_\_\_. **Ética, sexualidade, política.** Organização e seleção de textos Manoel Barros da Motta; tradução Elisa Monteiro, Inês Autran Dourado Barbosa. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006b. p. 144-162. (Coleção: Ditos e Escritos V).

SKLIAR, C. A escrita na escrita: Derrida e Educação. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Derrida & a Educação.** Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 9-33.

## ANEXO B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)



Serviço Público Federal  
Ministério da Educação  
**Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul**  
Câmpus Universitário de Três Lagoas  
Programa de Pós-Graduação em Letras



### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO-TCLE

Eu, Daniele Cristina Scaliante, mestranda pelo Programa de Mestrado em Letras – Estudos Linguísticos – pelo Campus de Três Lagoas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), bem como as Sras. \_\_\_\_\_ e \_\_\_\_\_, respectivamente \_\_\_\_\_ do Presídio Feminino de Três Lagoas – MS entendemos que estamos de acordo com os termos explicitados abaixo.

#### **Introdução**

Bem-vindo (a) ao Projeto: A (DES) CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE DETENTAS DO PRESÍDIO FEMININO DE TRÊS LAGOAS – MS: MUROS QUE SILENCIAM?

Agradecemos a sua colaboração, interesse e, sobretudo, apoio para a realização e sucesso deste projeto.

#### **Informações sobre o Projeto**

O pesquisador principal é Daniele Cristina Scaliante, responsável pelo projeto e pós-graduanda pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - MS, onde realiza curso de Mestrado em Letras - Estudos Linguísticos, sob orientação da Prof<sup>a</sup>. Dra. Celina Aparecida Garcia de Souza Nascimento.

Pretendemos analisar por meio da escrita de cartas das detentas deste local a (des) construção da identidade, visto que considerando as relações de saber/poder que constituem este espaço, e partindo da hipótese de que há exclusão em discursos cristalizados onde a sociedade (pre) vê as detentas enquanto submissas e passíveis ao controle emergem discursos que (des) constroem

representações de identidade a elas projetadas, uma vez que constitui este, instrumento de poder.

O cópuz deste projeto constitui-se da coleta de em média cinquenta cartas escritas pelas presidiárias, a fim de selecioná-las e/ou descartá-las conforme critérios especificados mais adiante. Considerando o local de pesquisa enquanto um todo, ou seja, constituinte de variadas posições, encargos e, sobretudo, delegada autoridade, entrevistaremos os servidores responsáveis pela seleção e/ou autorização da circulação destas cartas. Assim sendo, para fins de conhecimento do contexto ao qual nos propusemos pesquisar, fazem-se necessárias, visitas, bem como entrevistas com roteiro semiestruturado, podendo estas ser gravadas e/ou escritas, a fim de refletirmos posteriormente acerca das condições de produção aos quais estão predispostos os discursos, para por fim, interpretar possíveis efeitos de sentido mobilizados por meio da análise.

Faz-se necessário esclarecer, ainda, que o projeto tem finalidades acadêmicas, não objetivando fins comerciais. No término deste trabalho, as gravações deverão ser destruídas, bem como quaisquer dados que comprometam o sigilo previsto pela dada Instituição, uma vez que não há necessidade de disponibilizar tais dados para consultas posteriores.

#### **Informações sobre o Projeto: direitos e possibilidades**

A realização deste trabalho se sujeita à autorização da coleta de cartas, visto que estas passam pelos crivos da Instituição. Posteriormente, a seleção dar-se-á conforme os objetivos de análise deste projeto, optando pelos critérios: conteúdo do discurso presente nas cartas; assuntos que remetam às questões de identidade, bem como suscitem reflexões acerca da exclusão; presença de representações de identidade; possíveis estratégias de resistência. Deste modo, há que se considerar enquanto possível o descarte de cartas que não suscitem reflexões posteriores conforme o discurso nelas apresentado, bem como não atendam aos fins da proposta de análise.

Ademais, pode haver no decorrer do desenvolvimento do projeto, possíveis visitas e/ou entrevistas não previstas inicialmente à referida Instituição, uma vez que constitui enquanto fundamento primordial para análise proposta, o conhecimento das condições de produção destes discursos. Tais entrevistas restringem-se de início, à

Diretora, bem como à oficial penitenciária chefe do setor de vigilância do Presídio, podendo no decorrer da análise suscitar a relevância de entrevistar outro membro do quadro de funcionários da referida Instituição.

Fica assegurado, no entanto, que quaisquer informações fornecidas serão sigilosamente tratadas, não havendo identificação de remetentes das cartas quando na análise, sendo substituídos os seus referidos nomes por denominações como "sujeito 1", "sujeito 2" e assim sucessivamente, bem como de todo e qualquer funcionário que ceda a informações por nós solicitadas.

#### **Confiança e Anonimato:**

Informamos que, a fim de manter a ética e o sigilo dos participantes da entrevista, os nomes não serão registrados e, como já esclarecido, possíveis gravações não ficarão à disposição para consulta da comunidade acadêmica, sendo somente o objetivo desta coleta, a constituição do corpus de pesquisa.

#### **Benefícios:**

As informações obtidas por meio de entrevistas, bem como a autorização para retirada das cartas, possibilitará por meio de análise posterior, a reflexão acerca de questões que reflitam a identidade, exclusão, bem como discursos que remetam aos contextos prisionais. Esta pesquisa visa contribuir na problematização das relações de poder que permeiam os discursos provenientes das detentas do Presídio Feminino de Três Lagoas – MS, a fim de (des) construir concepções de representações de identidade, visando emergir questões que suscitem o desvelamento de possíveis situações de exclusão, por vezes camufladas, "dando voz" a sujeitos e discursos supostamente silenciados.

A assinatura deste documento prevê que a Senhora Diretora, bem como a Senhora Chefe do Setor de Vigilância do Presídio Feminino de Três Lagoas – MS, encontram-se por meio deste, devidamente informadas sobre o proposto projeto, seus direitos e que posicionam-se favorável e voluntariamente de acordo com as pretensões do mesmo.

Nome e assinatura do pesquisador:

Daniele Cristina Scaliante

Daniele Cristina Scaliante

[REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]

Endereço do pesquisador:

Rua Darcy Pio, nº 965 (fundos)

Bairro: Santos Dumont

Três Lagoas – MS

CEP: 79620 - 010

Tel: (18) 9758-8300

## ANEXO C – QUESTIONÁRIO



Serviço Público Federal  
Ministério da Educação  
**Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul**  
Câmpus Universitário de Três Lagoas  
Programa de Pós-Graduação em Letras



ENTREVISTADOR: \_\_\_\_\_

LOCAL: \_\_\_\_\_

DATA: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

### 1. Dos encargos da função do entrevistado:

1.1. Qual a função que exerce nesta Instituição?

\_\_\_\_\_

Há quanto tempo trabalha nesta função?

\_\_\_\_\_

1.2. Já trabalhou em outra função nesta Instituição? Durante quanto tempo?

\_\_\_\_\_

1.3. Quais os encargos designados à função que ocupa?

\_\_\_\_\_

### 2. Da Instituição:

2.1. Qual a denominação correta dessa Instituição?

\_\_\_\_\_

2.2. Há quanto tempo foi instalado em Três Lagoas – MS o Presídio Feminino?

\_\_\_\_\_

2.3. Qual a capacidade que comporta?

\_\_\_\_\_

2.4. Há no momento, número excedente ao estipulado? Qual a quantidade excedente?

\_\_\_\_\_

### 3. Dos regimentos internos:

3.1. Quais os dias e horários determinados para visitas às detentas?

\_\_\_\_\_

3.2. As visitas são supervisionadas?

\_\_\_\_\_

3.3. O regimento interno prevê saídas temporárias?

\_\_\_\_\_

**4. Das detentas:**

4.1. Qual a denominação predominante utilizada para designá-las enquanto reclusas da Instituição? (Ex: detentas, presidiárias, internas, entre outros)

---

4.2. Qual a faixa etária predominante no momento atual?

---

4.3. Quanto à classe social das detentas, predomina-se o perfil: classe baixa, média ou alta?

---

4.4. Há predominância de algum movimento religioso em particular?

---

4.4. Qual a maior incidência criminal?

---

4.5. Há atos de indisciplina? Quais os motivos?

---

4.6. Quais as penalidades adotadas em caso de descumprimento das regras internas?

---

4.8. Como as detentas se autodenominam no dia-a-dia? Qual a imagem que buscam passar?

---

4.9. Há gírias que as definem enquanto pertencentes de determinado grupo?

---

**5. Das ações de recuperação:**

5.1. Há um plano governamental de recuperação para as detentas? Atualmente, encontra-se este plano em pleno exercício?

---

5.4. Tais Projetos realizam-se com que frequência e finalidade?

---

5.5. Há possibilidade de redução do tempo destinado ao cumprimento das sentenças?

---

5.6. Após o período de cumprimento das sentenças, há casos de reincidência criminal? Quais em sua maioria?

---